

COLEÇÃO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

organizadores

Maro Lara Martins
Rodrigo Machado da Silva
Cláudio Araújo de Souza e Silva

História das ciências sociais.

Intérpretes e interpretações
do Brasil contemporâneo

volume **2**

FAPEs
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

 **pimenta
cultural**

COLEÇÃO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

organizadores

Maro Lara Martins
Rodrigo Machado da Silva
Cláudio Araújo de Souza e Silva

história das ciências sociais.

Intérpretes e interpretações
do Brasil contemporâneo

volume **2**

FAPEs
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO



2022
São Paulo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673

História das ciências sociais. Intérpretes e interpretações do Brasil contemporâneo / Organizadores Maro Lara Martins, Rodrigo Machado da Silva, Cláudio Araújo de Souza e Silva. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

(Pensamento social brasileiro, V. 2)

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-574-3

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95743

1. Ciências sociais. 2. Pensamento. 3. História. I. Martins, Maro Lara (Organizador). II. Silva, Rodrigo Machado da (Organizador). III. Silva, Cláudio Araújo de Souza e (Organizador). IV. Título.

CDD 301

Índice para catálogo sistemático:

I. Ciências sociais

Janaina Ramos – Bibliotecária – CRB-8/9166

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2022 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2022 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Marketing digital	Lucas Andrius de Oliveira
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Peter Valmorbidia Potira Manoela de Moraes
Imagens da capa	Nuchao, Rawpixel.com, Pikisuperstar, Freepik - Freepik.com
Tipografias	Swiss 721, Gobold Uplow, Montserrat (OTF)
Revisão	Maro Lara Martins
Organizadores	Maro Lara Martins Rodrigo Machado da Silva Cláudio Araújo de Souza e Silva

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

história das ciências sociais.

- Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
- Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil
- Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
- Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
- Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil
- Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil
- Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
- Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
- Fábrica Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
- Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil
- Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil
- Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
- Germano Ehler Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil
- Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
- Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
- Handherson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil
- Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela
- Helciclever Barros da Silva Sales
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil
- Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
- Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil
- Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil
- Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil
- Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
- Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
- Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal
- Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil
- Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil
- Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil
- Jônata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil
- Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil
- Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
- Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil
- Julierme Sebastião Moraes Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
- Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil
- Katia Bruginiski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil
- Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
- Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
- Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
- Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil
- Manoel Augusto Polastrelli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
- Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
- Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
- Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

história das ciências sociais.

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taiza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiane Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

sumário

Apresentação..... 11

parte 1

História das ciências sociais

Capítulo 1

O regionalismo em Gilberto Freyre:
uma análise entre os artigos da década
de 20 e o Manifesto Regionalista de 52 16
Antônio Cecílio Barboni Júnior

Capítulo 2

**O Compilador Constitucional e o problema
da independência do Brasil** 32
Arthur Ferreira Reis

Capítulo 3

O Rio sem história e a memória da nação:
o Rio São Francisco e a unidade nacional
segundo Vicente Licínio Cardoso 44
Flávio Dantas Martins

Capítulo 4

**Etnologia do Contato Interétnico no Brasil
(1947-1967) – Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro
e Roberto Cardoso de Oliveira** 63
Francisco Emanuel Silva Meneses Alves

Capítulo 5

O nascimento de um antropólogo:

a transformação intelectual de Arthur Ramos

vista a partir de sua correspondência (1935-1949) 82

Heloísa Maria Teixeira

Capítulo 6

As ideias de civilização e raça no pensamento

político e social de Alberto Torres (1865-1917)..... 102

João Paulo de Souza Favoretti

Capítulo 7

A contribuição do pensamento

social brasileiro para a questão regional 118

Tatiana Thaís Lasta

parte 2

**Intérpretes e interpretações
do Brasil contemporâneo**

Capítulo 8

Sob o sol uma Coroa: Lilia Schwarcz

e a Monarquia brasileira 157

Hilton Costa

Capítulo 9

Estado, culpa e desigualdade no Brasil:

os presos do “seguro”, o surgimento

do Povo de Israel e seus modos de organização

no sistema prisional do Rio de Janeiro 170

Jaider dos Santos Costa

José Colaço Dias Neto

Capítulo 10

A montanha-russa “dilmista” (2011-2016)..... 186

Lázaro Cezar Dias

Luiza Karla Castilho Camargos

Priscila Soares dos Santos

Gabriel Floriano Lourenço

Capítulo 11

Crise democrática sob o governo Bolsonaro:

uma análise crítica acerca da Política

Pública de Saúde Mental..... 204

Maycon Leandro da Conceição

Capítulo 12

“Deus acima de todos”: o projeto de poder
pentecostal e o retrocesso democrático
no Brasil (2016-2020) 216

Washington Phillip Spanhol Carneiro

Sobre os organizadores..... 239

Sobre os autores e autoras..... 240

Índice remissivo..... 243

Apresentação

Entre os dias 23 e 27 de novembro de 2020, o Netsib-Ufes – Núcleo de Teoria Social e Interpretação do Brasil organizou o II Seminário de Pensamento Social Brasileiro – Intelectuais, cultura e democracia. Neste evento foram apresentadas mais de uma centena de comunicações divididas em áreas temáticas, mesas redondas, além das conferências de abertura e encerramento. Os apresentadores de trabalho e conferencistas vieram das mais diversas regiões do país interessados em debater estes temas candentes do pensamento social brasileiro e do contexto social e político em que vivemos.

Este livro é fruto dos debates realizados durante o evento, cujos autores, gentilmente, se dispuseram a encarar o desafio de compartilhar suas reflexões com público mais amplo. Os textos foram divididos em 4 volumes que compõem a Coleção Pensamento Social Brasileiro: Volume 1 – Economia, Estado e Sociedade / Nacionalismos, Modernismos, Modernidades, Volume 2 – História das Ciências Sociais / Interpretes e Interpretações do Brasil Contemporâneo, Volume 3 – Marxismo / Gênero / Raça e Volume 4 – Educação / Arte e Literatura.

Parte

1

História
das ciências sociais

Uma das principais características de um campo científico em expansão é a capacidade de refletir sobre a sua própria trajetória de consolidação, tanto seus objetos de estudos quanto os métodos empregados na produção científica. Nestes termos, a Parte 1 – História das ciências sociais demonstra de modo decisivo a consolidação do pensamento social brasileiro como área de investigação em franco crescimento.

No capítulo de abertura, Antônio Cecílio Barboni Junior compreende a obra de Gilberto Freyre no ambiente intelectual pernambucano da primeira metade do século XX, os diálogos com o modernismo do eixo Rio-São Paulo e as reflexões em torno do conceito de cultura popular, demonstrando a evolução do conceito de regionalismo no pensamento freyreano.

Em seu texto, Arthur Ferreira Reis tem como objetivo analisar o pensamento político exposto no periódico fluminense *Compilador Constitucional Fluminense* no ano de 1822, publicado por José Joaquim Gaspar do Nascimento e João Baptista de Queiroz.

Através de uma análise focada no contextualismo linguístico, o trabalho mapeia a circulação do periódico por outras províncias e sua citação por outros periódicos brasileiros, seu raio de difusão como suas alianças políticas com outros atores do período.

Por sua vez, Flávio Dantas Martins lança a hipótese sobre a tese de Rio da Unidade de Vicente Cardoso sobre o Rio São Francisco foi um exemplo do uso público da memória na medida em que o autor construiu, com base em citações e autores da historiografia brasileira, uma retórica na qual o passado justificava ações para o presente. Para operacionalizar a metodologia foram usados os conceitos de consenso de pesquisa e geografia imaginária desenvolvidos por Edward Said em *Orientalismo*, como forma de perceber como determinadas teses se estabelecem como consenso a partir de processos de sedimentação, citação, seleção, adição e esquecimento de autores, obras e citações. Também foram usados os conceitos de acréscimo de mais-valor

de sentido no ato de interpretação de Paul Ricoeur em *Le conflit des interprétations* e as discussões sobre interpretação de Johann Michel em *Homo interpretans*. As discussões sobre uso público da memória são tributárias de Luciana de Castro Soutelo em *A memória pública do passado recente nas sociedades ibéricas*.

No capítulo *Etnologia do Contato Interétnico no Brasil (1947-1967)* – Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira Francisco Emanuel Silva Meneses Alves reconstruiu as condições intelectuais e sociais que presidiram a elaboração das teorias acerca das relações entre índios e não-índios, que são constitutivos dos estudos antropológicos acerca das teorias do contato interétnico, buscando a compreensão do universo histórico-intelectual da Antropologia brasileira, as etnografias e os conceitos que construíram a história da Etnologia brasileira e dos estudos sobre contato.

Ainda na área da História da Antropologia, Heloísa Maria Teixeira analisa o caminho percorrido por Arthur Ramos através das correspondências ativa e passiva estabelecidas entre ele e seus maiores interlocutores como Donald Pierson, Richard Pattee, Lynn Smith, Melville J. Herskovits, Rüdiger Bilden Lewis Hanke. As correspondências de Ramos desvelam um intenso intercâmbio de textos, experiências de pesquisas, comentários, pareceres e divulgação das produções sobre os africanismos no Novo Mundo.

Em seu capítulo, João Paulo de Souza Favoretti vislumbra apresentar as ideias de Alberto Martins de Seixas Torres (1865-1917), especialmente as concepções sobre o Imperialismo Europeu no continente africano e asiático, a ideia de civilização, o conceito de raça e como ele pensava a importância desta ideia para o meio social. Tendo em vista a ampla atuação política de Torres, operacionalizar os conceitos de capital social e político permitiu compreender como sua ascensão por meio do voto a cargos públicos estava ligada às redes de sociabilidade que pertencia.



história das ciências sociais.

Por fim, Tatiana Lasta e Ivo Marques Theis abordaram a íntima relação entre pensamento social e a questão regional brasileira, em especial sobre três intérpretes brasileiros e suas contribuições para o debate da questão regional, Caio Prado Jr., Celso Furtado e Milton Santos.

1

Antônio Cecílio Barboni Júnior

o regionalismo em Gilberto Freyre:

uma análise entre os artigos da década
de 20 e o Manifesto Regionalista de 52

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo explorar as reflexões de Gilberto Freyre que tematizaram a região e que tiveram por propósito somar ao Movimento Regionalista que se organizou em Recife na década de 1920. Nesse sentido pretendo explorar alguns artigos que foram publicados por Freyre no período, especialmente no *Diário de Pernambuco*, importante periódico recifense. A ideia é sintetizar algumas ideias-chave que compuseram a argumentação de Freyre em torno da valorização da província.

A partir dessa análise, meu foco estará em contrapor tais ideias com aquilo que se encontra expresso no *Manifesto Regionalista*, que Freyre alegou ser um texto apresentado no Congresso Regionalista de 1926. Entretanto, o texto só foi publicado em 1952, e sempre levantou suspeitas sobre sua autenticidade: tratando-se de um documento tão importante é de se estranhar que tenha levado vinte e seis anos para sair da gaveta.

Cabe ressaltar que não se trata de uma tentativa de reduzir a importância do *Manifesto* como o principal documento que sintetiza o regionalismo pernambucano. Muito pelo contrário, as inúmeras menções a essa obra comprovam que ela é uma referência obrigatória para os que pretendem estudar o movimento intelectual do qual Freyre fez parte logo quando voltou dos Estados Unidos. Antes, o que está em questão é que, a despeito do que foi falado, o *Manifesto* não é um texto de 1926, como procurou indicar o sociólogo pernambucano, mas sim uma obra posterior, o que estaria de acordo não só com o depoimento de alguns intelectuais da época, bem como seria mais coerente com os próprios textos de Freyre para o *Diário*.

Logo, a proposta é dialogar não só com as reações mais externas às reflexões regionalistas de Freyre, mas também observar internamente

como seus argumentos são distintos nos dois momentos. Para isso sigo algumas a pista deixada em *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos* (2005), quando Maria Pallares-Burke afirmou que as reflexões de Freyre na década de 1920 ainda guardavam uma considerável distância daquilo que seria publicado como suas principais obras na década de 1930. Passo então para a análise dos artigos.

ARTIGOS DO JOVEM FREYRE

Gilberto Freyre, nascido em 1900, ficou em Recife até os 18 anos para concluir sua educação básica. Então mudou-se para os Estados Unidos, onde cursou graduação em ciências sociais na modesta Universidade de Baylor, localizada na cidade de Waco, ao sul de Dallas. Depois seguiu para a Universidade de Columbia, ao final de 1920, dedicando-se a um mestrado que produziu a dissertação intitulada *Social Life in Brasil in the middle of the 19th century*, em 1922 - posteriormente publicada no Brasil com o título de *Vida Social no Brasil nos meados do século XIX* (2013 [1964]).

Após completar seus estudos nos Estados Unidos Freyre viajou pela Europa entre agosto de 1922 e março de 1923 antes de voltar para o Brasil. No Velho Mundo ele passou por França, Alemanha, Inglaterra e Portugal, destacando em seus diários a impressão deixada por tal experiência. Freyre se sentiu deslumbrado, principalmente, pelo ambiente inglês e pela atmosfera de Oxford, que segundo ele teria sido capaz de associar a tradição inglesa com os elementos modernos (PALLARES-BURKE, 2005).

Este sentimento explicaria muito daquilo que ele esboçou dentro do movimento regionalista pernambucano, o qual o autor ajudou a constituir quando retornou ao Recife. Cabe mencionar que Freyre

incorporou uma série de discussões que estavam sendo feitas nos círculos intelectuais pernambucanos seguindo uma tradição que vinha ao menos desde a década de 1870 com Silvio Romero e Franklin Távora – tradição que ele reconheceu em alguns textos.

Entretanto a posição regionalista não era uma unanimidade. Na capital pernambucana Freyre se defrontou com a defesa de Joaquim Inojosa em torno do futurismo. A inspiração nada mais era que o movimento modernista deflagrado em 1922 em São Paulo, com o qual Inojosa travou contato ao longo de uma viagem que fez para a capital federal e depois para a capital paulista. Tendo sido profundamente impactado pelas ideias vanguardistas, ele voltou ao Recife pregando em torno de um abandono do passado em prol das formas estéticas modernas (AZEVEDO, 1996).

Foi em oposição ao futurismo e ao modernismo, que no começo da década de 1920 só eram conhecidos através dos textos que chegavam do Rio de Janeiro e de São Paulo, além do movimento de reformas urbanas que tinha por objetivo modernizar o Recife (CHAGURI, 2007), que Freyre começou a escrever seus artigos em defesa das tradições regionais. Este elogio da tradição apareceu insistentemente na sua coluna para o Diário de Pernambuco, em passagens como o tempo [que] poetiza as coisas e as pessoas (11 de setembro de 1921).

Um primeiro exemplo é artigo A democracia nos Estados Unidos, publicado no Diário em 3 de abril de 1923, tematizando a relação do norte americano com a tradição. Havia um claro elogio à forma como o problema foi equacionado, já que lá a ânsia de modernismo, a vontade de adaptar-se a condições novas de vida, não exclui o respeito pelas experiências prévias, sem o qual as aventuras passam a perigosas e as vezes trágicas alucinações, citando o caso da Rússia revolucionária (FREYRE, 1923, p. 3).

Freyre argumentou que o espírito histórico adquiria um caráter dinâmico nos Estados Unidos, na medida em que se reconhecia a base de sua força na tradição, por sua vez longe de ser um saudosismo colectivo, vago e passivo, é activo, dynamico, pragmatico. Mais ainda, lá o povo foi capaz de reconhecer a influencia dos mortos sobre os vivos, e a despeito de ser contemporâneo volta-se constantemente para o passado, como para um velho mestre (FREYRE, 1923, p. 3).

A questão regional foi retomada em outubro de 1924 num artigo publicado na Revista do Norte. Com o título Do bom e do mau regionalismo tratava-se de um empreendimento claro de teorização. O autor abriu o texto citando o regionalista francês Lafcadio Hearn, um diálogo que não foi desprezioso: em muitos momentos Freyre se apoiou no diálogo com autores estrangeiros para legitimar sua posição, em muitos casos dando a entender que, se lá fora se pensava assim, ele estaria junto com a vanguarda. Retomando Hearn, o exemplo citado foi sua surpresa ao chegar numa ilha na Martinica e ver que faltava àquelles ilhéus [...] o senso, a consciência ou o sentimento local que os animasse para o gozo e para o aproveitamento dos valores próprios, das coisas da ilha, das beleza que ali se revelaram [...] (FREYRE, 1924).

Com este exemplo Freyre voltou a crítica a seus conterrâneos, para os quais só o remoto os interessa e os apaixona: as coisas de perto são como se não existissem, pensando especificamente nas referências europeias importadas pelos pernambucanos. Ele argumentou que o problema não estaria no contato com as referências estrangeiras, mas no que ele chamou tirania mística do exótico que podia prejudicar as boas tradições locais (FREYRE, 1924).

Os conceitos de tradição e valores locais foram mobilizados pela necessidade de serem, ao mesmo tempo, valorizados e protegidos. Tal necessidade, além de um apresso pelo exótico, significaria eleger as diferenciações regionais como caminho para o Brasil ser uma pátria independente na suficiência econômica e moral do seu todo.

Para isso ele citou as reflexões de Sílvio Romero: A grandeza futura do Brasil virá do desenvolvimento autônomo de suas províncias, ideia muito influente para o sociólogo (FREYRE, 1924).

Logo, o bom regionalismo descendia de Sílvio Romero e se caracterizava por permitir a diversidade de aptidões dentro do Brasil. Ele estaria longe do mau regionalismo, aquele que advogava separatismo e imposição dos interesses locais sobre os gerais, todos termos utilizados por Freyre. Nesse sentido Pernambuco ou, antes, o Nordeste, deve trazer à cultura brasileira uma nota distinta, um impulso original, uma criação sua, que podia vir com a paisagem nos seus valores naturais ou com a arquitetura portuguesa, um pouco prejudicada pelos caprichos de simetria e de modernismo. O que não impediu o sociólogo de acreditar na capacidade de que Recife volte ao espírito e às sugestões do seu passado.

Nesta altura fica expresso o elogio à tradição por ela mesmo, como um valor que remete ao passado. Ao mesmo tempo ele antecipa algumas críticas que entendiam o elogio à tradição como sinônimo de passadismo: para Freyre tratava-se de algo dinâmico, capaz de contribuir com o presente pelo exemplo do passado. O regionalismo aparecia como chave para estabelecer a grandeza nacional, na linha do que propôs Sílvio Romero. As imagens mobilizadas para construir tal grandeza, por sua vez, eram da arquitetura e da culinária, algo que se repetiu ao longo dos textos de Freyre. Apesar das menções a Pernambuco, e ao Nordeste, não estava ainda sugestão de primazia dessa região, algo que abordarei adiante.

No ano seguinte, em 7 de fevereiro de 1926, Freyre publicou o artigo Ação regionalista do Nordeste no dia de abertura do 1º Congresso Regionalista. Nele o autor polemizava com Gilberto Amado e Guilherme de Almeida sobre a possibilidade de se sentir e criar 'regionalisticamente' no Brasil. O debate com Guilherme de Almeida foi especialmente caro à Freyre, que tentou contornar as confusões que

levariam, no limite, a enxergar uma expressão artística do regionalismo como a literatura caricaturesca do 'caipirismo' ou do 'Jeca Tatu', como em mais de uma oportunidade havia atacado Guilherme de Almeida. Nesse sentido Freyre defendeu a importância do Congresso para clarificar a ação regionalista, que seria ao mesmo tempo mal compreendida e superficialmente julgada. Para isso ele reforçou sua defesa sobre o movimento, de que ele não configura qualquer espécie de separatismo, caipirismo, bairrismo, ao mesmo tempo que fez frente às críticas dos modernistas (FREYRE, 1926).

Nas palavras de Freyre Um Brasil regionalista seria um Brasil não dividido, mas respeitando-se nas suas diversidades e coordenando-se num alto sentido de cultura nacional. Um Brasil livre de tutelas que tendem a reduzir a feudos certas regiões, evidenciado seu desconforto com o lugar de segundo plano legado à Pernambuco e ao Nordeste no cenário nacional.

Com o tempo, o esforço do grupo regionalista pernambucano conquistou a simpatia de alguns intelectuais que estavam no eixo Rio-São Paulo. Começando pelo poeta Manuel Bandeira que escreveu para Carlos Drummond em fevereiro de 1926 elogiando Freyre e outros passadistas como seu xará, o pintor Manoel Bandeira, e Joaquim Cardozo que parecem muitíssimo mais interessantes do que os 'modernistas' de lá [de Recife], todos muito fraquinhos, crítica direcionada ao grupo de Joaquim Inojosa. A ligação com Bandeira abriu portas para Freyre fazer outros contatos no Rio e em São Paulo, incluindo Mário de Andrade alguns anos depois (AZEVEDO, 1996, p. 141–142).

Até aqui o que indiquei foi um elogio da tradição, que deixou de ser irrestrito para pensar uma tradição moderna, ou ao menos viva, diferente daquela construída nos Institutos Históricos como memória morta. Esse ponto parece ser importante nas reflexões de Freyre, motivo pelo qual sua defesa da culinária e dos monumentos históricos e prédios de arquitetura antiga se dava nos termos de preservação, pois

tais elementos permitiriam vantagens reais para o mundo do século XX. Sigo para um momento central da década de 1920, que foi a realização do Congresso Regionalista.

A PARTICIPAÇÃO NO CONGRESSO REGIONALISTA

Em 1924 um grupo de intelectuais fundou na casa de Odilon Nestor o chamado Centro Regionalista do Nordeste. Freyre esteve presente na fundação. O grupo teve atividades oscilantes e acabou não realizando tudo o que havia proposto no seu programa, como a organização de conferências e exposições de artes, a edição de uma revista e de uma biblioteca próprias, além de um congresso bienal. Entretanto, o 1º Congresso Regionalista do Nordeste foi uma realização expressiva que ocorreu entre os dias 7 e 11 de fevereiro de 1926 (AZEVEDO, 1996, p. 151).

As únicas fontes disponíveis e confiáveis sobre as atividades do Congresso são os jornais Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio e A Província. Eles anunciaram o evento e convidaram para sua abertura entre os dias 4, 5 e 6 de fevereiro, sendo que o Diário citou o pronunciamento de abertura de Moraes Coutinho, criticando o federalismo e defendendo sua tese sobre a superioridade do regionalismo. Já Freyre foi citado no segundo dia, com um discurso sobre a estética da cozinha nordestina e as suas tradições, tema que está no Manifesto publicado em 1952. Freyre defendeu as mesmas ideias em artigo de 7 de fevereiro no Diário - artigo que reproduz em Tempo de Aprendiz com algumas alterações, que acabam diminuindo a importância do discurso de Moraes Coutinho, como Neroaldo Azevedo indicou em nota de rodapé.

Entretanto, nada indica a existência de um pronunciamento de Freyre no nível do Manifesto feito no Congresso, e o artigo sobre a

cozinha sequer tem a profundidade que ganharia vinte e seis anos depois, outro indício de que o texto não é do período. Por outro lado, a conferência de Moraes Coutinho parece ter tido um papel mais central e merece ser analisada com mais profundidade. Apesar de não ter sido transcrita, há um artigo do autor publicado em junho de 1924 na revista carioca *Ilustração Brasileira* que trata do mesmo tema indicado pelo *Diário* e que interessa por ter sido retomado por Freyre no Manifesto – ainda que sem a devida menção ao amigo.

Com título de Pernambuco e o regionalismo Nordestino, naquele texto Coutinho afirmou que faltava maior atenção sobre a diferenciação regionalista da nação brasileira, pois tratava-se de processo espontâneo de evolução antropogeográfica, mas que não tinha um sentido político e social ou mesmo simples inspiração estética. A crítica estava dirigida à Primeira República, especialmente a sua organização federalista, incapaz de entender o regionalismo brasileiro como simples fato de vida, insistindo numa organização político-administrativa que seria fictícia, sem lastro na história nacional, cuja natureza fragmenta, dissocia, desvirtua e individualiza (COUTINHO, 1924). Nesse sentido a proposta em torno de um federalismo regionalista seria, então, a forma da unidade nacional, fundamentada nas bases históricas e geográficas do regionalismo, de regiões brasileiras autônomas e convergentes. Isso porque o regionalismo não necessitaria de elaboração, de construção, ele seria uma realidade concreta (*idem, idem*).

Nesse processo espontâneo e embrionário marchariam na frente cinco estados, os mais orientais do Nordeste brasileiro. Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará constituem, com efeito, o núcleo de mais intensa diferenciação natural e onde se definia um verdadeiro pensamento regionalista. A sugestão de uma suposta prioridade do Nordeste é muito interessante pois dialoga com proposições posteriores de Freyre, inclusive no Manifesto. Teria vindo do Nordeste, inclusive, alguns dos mais belos atributos

da brasilidade que se opunha à civilização sem forma e sem cor que ameaça submergir o Brasil (idem, idem).

É nítido o tom de lamento e de saudosismo nas menções ao Nordeste, criando uma tensão entre cosmopolitismo e pitoresco que orientou a leitura regionalista (idem, idem). Encontra-se aqui uma das referências caras ao pensamento de Freyre. Para Coutinho, o regionalismo típico do Nordeste seria fruto de sua paisagem típica, que quanto mais intocada melhor, algo próximo ao núcleo do argumento ecologista de Freyre quando trata de reflexões sociológicas.

Ao encerrar o artigo, Coutinho dá novas pistas sobre a visão bairrista, de certa forma, que ele apresenta. Pois no Nordeste, Pernambuco teria uma posição de liderança justificada pelo seu passado. O autor retomou o passado colonial e imperial, citando em especial os acontecimentos de 1817 e 1824 para argumentar pela vocação do estado, alimentando o pensamento político da região, além da vida na sociedade e na cultura. Recife, como não poderia deixar de ser, foi colocada à frente, a capital moral do Nordeste, seu grande centro econômico, seu foco de cultura e de vida política (idem, idem).

Esse artigo nos diz muito sobre o tipo de conceito de tradição que foi operado para fundamentar o pensamento regionalista na década de 1920. Apesar de alguma tentativa ou outra de Freyre, parece difícil distinguir essa concepção de um apego com o passado demasiado estático. Em alguns momentos soa como se a experiência histórica tivesse em si status para negar a própria ânsia de renovação que a jovem geração modernista expressava. Ainda mais quando essa geração, à exemplo do texto de Mário de Andrade publicado no *Jornal do Commercio* de Recife em 1925, começa a abandonar a chave maniqueísta que dividia passado e futuro para criar novos projetos estéticos com vistas à questão da brasilidade (ANDRADE, 1925).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O MANIFESTO REGIONALISTA

Conforme afirmei na introdução, o Manifesto Regionalista é o principal texto de síntese do movimento regionalista pernambucano. Ele contempla diversos pontos que foram discutidos ao longo da década de 1920, como o elogio à unicidade do Nordeste, muitas vezes numa perspectiva saudosista, e que seria exemplo de tradição para o país, na defesa de uma organização político-administrativa baseada nas regiões em detrimento do federalismo de estados republicanos. Também foi marcante o elogio aos monumentos arquitetônicos, à literatura regional, à cozinha nordestina e a outras manifestações culturais que teriam estabelecido uma especificidade da região. Outro elemento chave foi o lugar conferido à sociedade da cana-de-açúcar, aos engenhos e à relação entre senhores e escravizados como exemplo do que seria a harmonia racial no Brasil. A região estava constantemente associada a essa vida rural.

Apesar de sua importância, há uma controvérsia sobre o Manifesto ter sido escrito em 1952, quando foi publicado, e não em 1926, como afirmava Freyre que o teria lido no Congresso Regionalista. Wilson Martins foi o primeiro a lançar o questionamento em 1965, seguido por Joaquim Inojosa em 1968. O impacto sobre a obra foi quase imediato: inicialmente publicada como Manifesto Regionalista de 1926, ela passou em 1967 a ser chamada apenas Manifesto Regionalista (AZEVEDO, 1996).

Do ponto de vista interno, o texto trouxe alguns elementos com os quais Freyre havia trabalhado em artigos para o Diário, o que sugere uma escrita contemporânea ao Congresso. Por outro lado, alguns temas não estavam presentes ainda na reflexão do autor, ao menos não com a maturidade do texto final, contradizendo a hipótese da elaboração na década de 1920. Dois temas são fundamentais nesse sentido:

o olhar sobre o Nordeste dos engenhos, centrado na figura dos senhores e da exploração do trabalho escravo, com uma linguagem que abusava do conceito de raça e que recorrentemente lamentava a abolição da escravidão pelas consequências que teve sobre a decadência da sociedade do açúcar; o uso do conceito de cultura popular, que não foi desenvolvido em nenhum dos textos de Freyre da década de 1920, onde as menções às camadas da população que não a elite eram muito raras, mesmo em temas como a cozinha, uma diferença gritante com o Manifesto. Diferença que levou Freyre a afirmar: Quem se chega ao povo está entre mestres e se torna aprendiz, por mais bacharel em artes que seja ou por mais doutor em medicina (FREYRE, 1996, p. 71).

O lugar central conferido para a cultura popular, como possibilidade que permite reestabelecer a harmonia de polos opostos presente na sociedade patriarcal, para a interpretação de Freyre, é o que salta aos olhos neste momento. O termo povo apareceu ao longo dos artigos de 1920 como exemplo da concretização da região. É o caso do elogio da culinária ou dos mucambos. Entretanto parece haver um ponto de inflexão que levou Freyre a eleger o termo cultura popular para ocupar posição privilegiada no Manifesto. Posição que antes estava nas mãos da sociedade patriarcal, no engenho de cana, na relação entre senhores e escravizados.

Além disso, é possível identificar no texto a apropriação de ideias de seus contemporâneos, como foi o caso da defesa da estrutura político-administrativa proposta por Moraes Coutinho. Entretanto, Freyre fez isso sem citar o amigo. Nas suas palavras

Somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de 'Estados', uns grandes, outros pequenos, a se guerrearem economicamente [...] – São Paulo contra Minas, Minas contra o Rio Grande do Sul – num jogo perigosíssimo para a unidade nacional (FREYRE, 1996, p. 51).

Por outro lado, alguns elementos são resgatados de reflexões consolidadas do autor, como o elogio das casas regionais, especialmente do mucambo como um valor ajustado às necessidades de habitação dos trópicos, além do elogio às ruas estreitas capazes de gerar sombras – as avenidas largas não seriam adequadas (FREYRE, 1996, p. 53–56). Outro elemento é a cozinha regional, marcante em diversos artigos e palestras de Freyre, inclusive durante o congresso, sempre em diálogo com memórias de infância e com constantes alusões aos doces (FREYRE, 1996, p. 59–68).

Sobre isso é possível comparar a polêmica e reacionária passagem sobre a educação das moças, na qual Freyre sugere maior foco nos livros de missa e de receitas com intuito de preservar as tradições regionais. A passagem em questão com suas propostas apareceu quase que sem alterações no artigo do Diário de Pernambuco que resumiu o trabalho apresentado pelo sociólogo no segundo dia do Congresso Regionalista. Não há objeção possível ao fato de que esta parte do texto foi efetivamente escrita em 1926.

Ainda no Manifesto, o autor defendeu que o objetivo do movimento regionalista não era desenvolver a mística de que, no Brasil, só o Nordeste tenha valor (FREYRE, 1996, p. 49). Entretanto ao longo do texto o autor trouxe argumentos que remetem às já mencionadas posturas bairristas dos regionalistas. Por exemplo:

Talvez não haja região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter. Vários dos seus valores regionais tornaram-se nacionais depois de impostos aos outros brasileiros menos pela superioridade econômica que o açúcar deu ao Nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral e pela fascinação estética dos mesmos valores. Alguns até ganharam renome internacional [...]. Como se explicaria, então, que nós, filhos de região tão criadora, é que fôssemos agora abandonar as fontes ou as raízes de valores e tradições de que o Brasil inteiro se orgulha ou de que se vem beneficiando como de valores basicamente nacionais? (FREYRE, 1996, p. 52).

Está explícito o orgulho na forma como Freyre escreveu sobre a história nordestina. Ao mesmo tempo seu esforço em exaltá-la foi feito em perspectiva comparada com outras regiões do Brasil, colocando o Nordeste não só em posição ímpar como acima das demais – sempre com algo especial, o mais, o melhor, nenhum outro. Por exemplo, Talvez não haja região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter, ou ainda, o Nordeste tem o direito de considerar-se uma região que já grandemente contribuiu para dar a cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade e não apenas doçura ou tempero (FREYRE, 1996, p. 52).

Entretanto, a imagem saudosista foi construída justamente na oposição desse passado grandioso com o presente decadente. O autor saudou o fato de que Durante a ocupação holandesa, outros valores aqui surgiram ou foram aqui recriados para benefício do Brasil inteiro, mas admitiu que nos últimos decênios é que o Nordeste vem perdendo a tradição de criador ou recriador de valores e se mostrou inconformado com a situação de população quase parasitária ou uma terra apenas de relíquias: o paraíso brasileiro de antiquários e de arqueólogos (FREYRE, 1996, p. 53). Este tom geral de lamento prevaleceu em boa parte das reflexões regionalistas.

A guisa de consideração final, minha pesquisa tem se encaminhado para investigar as transições que ocorreram na obra de Gilberto Freyre entre 1926 e a publicação do Manifesto em 1952. Mais especificamente, trata-se de entender como se processou a incorporação do conceito de cultura popular nas reflexões do sociólogo pernambucano até que ela alcançou o lugar privilegiado do Manifesto, em detrimento do objeto que antes lhe era preferencial, a saber, a cultura da casa-grande e a elite da sociedade do açúcar.

Nesse sentido me parece, como hipótese, que dois momentos foram fundamentais para Freyre. Primeiro durante a década de 1930, quando ele passou alguns anos no Rio envolvido com o projeto da

Universidade do Distrito Federal, além de ter integrado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (MEUCCI, 2006). Com isso ele teve contato direto com intelectuais que coordenaram a política cultural do governo Vargas, muitos deles envolvidos com um projeto de valorização da cultura popular e do folclore brasileiro. Além disso, grande parte desses intelectuais integraram o movimento modernista na década passada, o que justificaria uma mudança na postura de Freyre com relação ao grupo de intelectuais que antes ele teve como opositores. Isso estaria expresso, por exemplo, na nova forma como o autor passou a identificar o movimento regionalista em textos contemporâneos ao Manifesto como regionalista, tradicionalista e, a seu modo, modernista (FREYRE, 1996, p. 235)

Por fim cito o contato com a geração de estudantes pernambucanos da Faculdade de Direito que reviveu o Teatro dos Estudantes de Pernambuco em 1946, com destaque para Hermilo Borba Filho – Ariano Suassuna integrava o grupo escrevendo algumas de suas primeiras peças. A defesa que eles fizeram do teatro enquanto uma arte que deveria ser produzida a partir de elementos do povo e estar voltada para essa parcela da população parece ter impactado Freyre sobre o lugar que a cultura popular deveria assumir na sua obra. Cabe uma investigação mais sistemática para verificar as mudanças na obra de Freyre, que de outro modo não assume tais influências, para constatar o real impacto que tiveram sobre suas reflexões.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. DE. Modernismo e Ação. **Jornal do Commercio**, 24 maio 1925.
- AZEVEDO, N. P. DE. **Modernismo e Regionalismo: os anos 20 em Pernambuco**. 2a ed. João Pessoa/Recife: UFPB/Editora Universitária; UFPE/Editora Universitária, 1996.
- CHAGURI, M. **Do Recife do anos 20 ao Rio de Janeiro dos anos 30: José Lins do Rego, regionalismo e tradicionalismo**. Dissertação de Mestrado—Campinas, São Paulo: UniCamp, 2007.

- COUTINHO, M. Pernambuco e o regionalismo nordestino. **Ilustração Brasileira**, jun. 1924.
- FREYRE, G. A democracia nos Estados Unidos. **Diário de Pernambuco**, p. 3, 3 abr. 1923.
- FREYRE, G. Do bom e do mau regionalismo. **Revista do Norte**, out. 1924.
- FREYRE, G. Ação Regionalista no Nordeste. **Diário de Pernambuco**, p. 3, 7 fev. 1926.
- FREYRE, G. **Manifesto Regionalista**. 7a ed. Recife: Massangana, 1996.
- FREYRE, G. **Vida Social no Brasil nos meados do século XIX**. 1a edição digital ed. São Paulo: Global Editora, 2013.
- MEUCCI, S. **Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico**. Tese de Doutorado—Campinas, SP, Brasil: UniCamp, 2006.
- PALLARES-BURKE, M. L. G. **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos**. 1a edição digital ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

2

Arthur Ferreira Reis

o compilador constitucional e o problema da independência do Brasil

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.95743.2](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.95743.2)

Os ventos de ideias e pessoas que vivenciaram as modificações políticas e sociais pelo que o mundo passava diante das alterações nos regimes políticos no século XVIII, bem como a crescente escalada de movimentos constitucionalistas que visavam pôr fim ao Antigo Regime, chegaram a Portugal e Brasil durante a era napoleônica e se transformou em conflito aberto e claro em 1820, quando a Revolução do Porto propôs uma séria mudança ao Império Luso-brasileiro. Essa mudança teve a ver, dentre outras coisas, com a reivindicação de uma constituição e retorno do Rei para Portugal (DIAS, 1980). Diante dos acontecimentos, o monarca d. João VI, reconhecendo a impossibilidade de manter o Antigo Regime em tempos convulsos ou ao menos tentando evitar mudanças abruptas, decidiu por jurar as bases da constituição e retornar para Portugal em 1821.

A ida de D. João VI para Portugal modificou o cotidiano fluminense. Acostumados a terem entre si o monarca desde 1808, habitantes do Rio de Janeiro sentiram a alteração na cidade, com menos nobres e funcionários públicos, já que parte deles retornaram com o monarca, além da diminuição no número de cerimônias públicas com a principal figura do Império. Todavia, a atitude de D. João VI que mudou a vida dos habitantes do Rio de Janeiro e do Brasil de forma mais profunda foi o juramento das bases da constituição. A partir dessa ação, uma série de direitos que eram negados aos luso-brasileiros, como a liberdade de imprensa, se tornaram realidades e abriram novas oportunidades a esses homens.

Em tempos de mudanças, diversos letrados espalhados na América Portuguesa viram a oportunidade de tornar público os debates a respeito do futuro do Império e informar a população sobre os mais distintos acontecimentos. Por isso, se em 1820 eram publicados apenas dois

periódicos no Brasil¹, em 1821 surgiram mais dezessete². Preocupados em informar e debater (LUSTOSA, 2000), esses jornais tornaram-se elementos centrais e cotidianos no dia a dia dos luso-brasileiros.

Foi nesse período que se teve início o processo de alargamento e desenvolvimento dos espaços públicos brasileiros. A partir de impressos e manifestações, diferentes grupos e pessoas puderam expor seus desejos e opiniões em uma cena pública em constante transformação diante das novidades e mudanças políticas (MOREL, 2006).

Nesse contexto, diferentes grupos políticos lançaram mão de estratégias para atuar na opinião pública. Foi por isso que historiadores como Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (NEVES, 2003) utilizaram os impressos como fonte primária privilegiada para a compreensão da dinâmica política do Rio de Janeiro no processo de independência. Segundo a autora, durante o processo de independência existiram dois grupos que disputaram o poder no Rio de Janeiro. O primeiro, chamado por Neves de “Coimbrão”, era liderado por José Bonifácio, formado principalmente pela alta nobreza e funcionalismo e, a grosso modo, defendia a soberania da nação. O segundo, o grupo “brasiliense”, era formado por comerciantes abastados e grupos urbanos, que liderados por homens como Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa – redatores do periódico *Revérbero Constitucional Fluminense* -, defendia a soberania do poder legislativo. A compreensão das ideias desses grupos bem como de suas ações teve nos periódicos um espaço especial de publicidade e debate.

1 Gazeta do Rio de Janeiro e Idade d'Ouro

2 Minerva (BA), Diário Constitucional (BA), Semanário Cívico (BA), Conciliador do Maranhão (MA), Aurora Pernambucana (PE), Segarrega (PE), Relator Verdadeiro (PE), El Pacífico Oriental (CIS), Amigo do Rei e da Nação (RJ), Conciliador do Reino Unido (RJ), O Bem da Ordem (RJ), Diário do Rio de Janeiro (RJ), Revérbero Constitucional Fluminense (RJ), O Espelho (RJ), Malagueta (RJ), Sabatina Familiar dos Amigos do Bem-Comum (RJ) e Compilador Constitucional Fluminense (RJ).

Seguindo essa linha, buscamos analisar o periódico *Compilador Constitucional Fluminense* para entendermos melhor sua posição no debate político que ocorria no início de 1822. Desta feita, essa pesquisa enfocou nesse periódico de forma a conhecer melhor a dinâmica política e também dos espaços públicos durante o processo de independência. Por isso, analisamos informações sobre locais de publicação e venda e características do conteúdo.

O COMPILADOR CONSTITUCIONAL FLUMINENSE

Publicado entre 5 de janeiro e 26 de abril entre 1822, o *Compilador* teve 15 edições e foi escrito por José Joaquim Gaspar do Nascimento e João Baptista Queiroz. Se sobre o primeiro temos poucas informações, o segundo foi um importante escritor do Primeiro Reinado e Regência. Paulista, era mestre de 1^a letras, professor adepto do método de Lancaster, comerciante e funcionário público. Após o fim do *Compilado*, graças às suas posições políticas João Baptista foi deportado para a França, mas retornou ainda no Primeiro Reinado e se aliou ao grupo radical exaltado.

As primeiras informações recolhidas foram as de compra e venda do periódico. Sua assinatura anual era de 6\$000 réis, a semestral 3\$200, a trimestral 1\$800, a mensal 600 e a edição avulsa era 80 réis. Desses dados, percebemos que o periódico tinha a intensão de ser duradouro pois pouquíssimos ofereciam a opção de assinatura anual. Ademais, os valores eram extremamente baixos. Para se ter uma ideia, uma garrafa de aguardente custava 80 réis, e a diária de um alfaiate branco pobre ou escravo variava entre 320 e 1\$000 réis.

Quadro 1 – Locais de venda

Estabelecimento	Localização
Loja da Gazeta	Rua da Quitanda
Loja do Diário	Largo do Rocio
Loja de Fazendas de João Xavier d'Abreu Gama	Rua da Direita
Loja de Manuel Joaquim da Silva Porto	-
Loja de João Baptista dos Santos	Rua da Cadeia
Loja do Armazinho	Rua da Quitanda

A segunda informação são os locais de venda. Conseguimos localizar a partir da leitura do jornal seis locais onde ele podia ser comprado. Olhando o Quadro 1 podemos tirar algumas conclusões. A primeira é que a ausência de endereço da Loja de Manuel Joaquim da Silva Porto. Ao ser ele o único estabelecimento sem o endereço registrado, podemos ter como hipótese que já era um estabelecimento bem conhecido dentro do grupo de leitores e por isso desnecessária tal informação. Também destacamos que dois dos seis estabelecimentos estavam localizados na Rua da Quitanda, o que nos revela essa localização como um dos importantes centros de comércio de impresso no Rio de Janeiro de 1822. Por fim, é interessante ver que o periódico se misturava com outros produtos, como é o caso da Loja de Fazendas e do Armazinho.

Quadro 2 – Referências a intelectuais

Autor	Referência	Característica da citação
Luis de Camões	Prefácio	-
Dominique Dufor De Pradt	n.7, 16 de fevereiro de 1822	Correspondente elogia a iniciativa dos redatores do Revérbero de traduzirem obra do Abade De Pradt
Luis de Camões	n.9, 2 de março de 1822	Poema que introduz um editorial
Dominique Dufor De Pradt	n.11, 12 de março de 1822	Referência histórica ao tratar das leis de comércio

Jean-Jacques Rousseau	n.12, 18 de março de 1822	Ao reclamar das dificuldades da imprensa, evoca Rousseau para dizer que não é fraco e que não vai desistir de sua tarefa: “o Suicídio só é cometido pelas almas fracas como Catão”
-----------------------	---------------------------	--

Na leitura dos jornais reunimos as citações que ele fez de intelectuais. Nessa parte conseguimos localizar 5 citações. Delas, retiramos algumas conclusões como: 1) a presença de De Pradt foi importante em assuntos relacionados às independências e fonte histórica; 2) Rousseau não é utilizado apenas como referência política, mas também em assuntos como educação e sociedade; 3) prevalecem autores franceses; 4) poucas citações, uma média de 1 a cada 12 páginas, resultado do caráter combativo e de circunstância do jornal; 5) autores usados como argumento de autoridade; 6) por fim, importante destacar que Pradt e Rousseau eram proibidos antes de 1820. Todavia, sua popularidade nos periódicos só confirma sua extensa leitura antes desse período, reforçando a ideia de que a elite intelectual brasileira não só estava atenta aos debates europeus, como que a justiça e os censores não conseguiam conter essas leituras (VILLALTA, 2009).

Quadro 3 – Jornais estrangeiros citados

Periódico	País de publicação	Tipo	Informação
Correio Braziliense	Inglaterra	Referência	Indica como leitura necessária ao redator da Malagueta
Correio Braziliense	Inglaterra	Referência	Reflexões sobre o fracasso da colônia Suíça.
Correio do Porto	Portugal	Notícias	Relação de pessoas com mais de um emprego público, utilizado como forma de pedir uma reforma administrativa
Diário de Madrid	Espanha	Notícias	Informa que a Espanha está em ordem política e fala do massacre dos gregos pelos turcos.

Independente	Espanha	Notícias	Notícias da Espanha
Pacífico Oriental de Montevideú	Cisplatina	Extrato	Extraí a proclamação do príncipe Demétrio Ypsilante aos gregos, expondo como exemplo de desejo de liberdade.
Português Constitucional	Portugal	Extrato	Publica um extrato informando sobre a decadência da Inglaterra.
Português Constitucional	Portugal	Notícias	Utilizado como comparação ao dizer que, enquanto nesse periódico se lê importantes informações sobre a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, pouco ou nada se consegue descobrir da do Rio de Janeiro, e o que se consegue são más informações.

Além dos autores citados, observamos também os jornais citados. No quadro acima vemos os jornais estrangeiros e chegamos às seguintes conclusões: 1) Os jornais portugueses são maioria, o que reflete o momento de união e debate unificado entre ambos os lados do Atlântico; 2) Espanha e Grécia são noticiadas constantemente pois estavam envolvidas em movimentos liberais assim como o Império Luso-brasileiro; 3) O Correio Braziliense é admirado pelo redator, servindo tanto de referência como sendo indicado para leitura e informação; 4) Todos os jornais são europeus, mostrando que o Atlântico serviu como caminho para informação e ideias, não uma barreira.

A partir dessas informações retornamos a uma discussão iniciada na introdução desse capítulo. A informação de que os jornais europeus chegavam no Brasil de forma frequente, trazendo ideias e notícias comprova a existência de um fluxo de periódicos pelo Atlântico. Através desse fluxo que se dava a partir dos navios, acontecimentos e ideias das Era das Revoluções Atlânticas eram compartilhados entre povos de diferentes regiões, principalmente europeus e americanos (ARMITAGE; SUBRAHMANYAM, 2009).

Quadro 4 - Periódicos da elite Coimbrã citados no Compilador

Periódico	Tipo	Informação
Conciliador do Reino Unido	Crítica	Chama ele de “Conciliador do Sono”
Espelho	Neutro	Cita as reflexões feitas no periódico a respeito do Conselho de Procuradores.
Espelho	Crítica	Diz que o redator, ao comentar notícias da Europa, faz questão de grifar as palavras liberal e revolução.
Espelho	Crítica	Diz que conta notícias da Bahia sem ter confirmações.
Gazeta do Rio de Janeiro	Crítica	Acusa o redator de apresentar princípios “subversivos e contraditórios ao nosso sistema representativo; como foi o dizer ali, que o Povo diretamente (não falou nos representantes) devia fazer, acontecer e etc.”. Isso ao comentar o encontro entre Avilez e o povo do RJ. Porém diz que quem estava errada era a tropa ao querer agir independentemente.
Gazeta do Rio de Janeiro	Crítica	Acusa de mentir sobre notícias da Espanha, de ser grosseiro e servil.
Gazeta do Rio de Janeiro	Notícias	Notícia de uma Ordem Régia que pedia que os bispos fizessem pastorais em prol do regime constitucional
Gazeta do Rio de Janeiro	Crítica	Diz que conta notícias da Bahia sem ter confirmações
O Bem da ordem	Elogio	Concorda que no Brasil seria melhor ter dois centros.
O Bem da ordem	Crítica	Diz que o redator teria dito que os reputados só iriam falar da constituição, não decidir sobre ela, já que ela já teria sido jurada.
Reclamação do Brasil	Elogio	Diz que a obra merece elogios, principalmente ao defender o não retorno do Príncipe, porém acha que errou em alguns pontos. Porém, diferente da obra, defende que o que mantém o príncipe no Brasil é a vontade geral do Brasil e a idade do príncipe, já independente.
Reclamação do Brasil	Crítica	Fala que a tipografia da prioridade à obra e acusa ela de “revolucionária”, “corcundática” e “incendiária”

No quarto quadro estão reunidas as citações de periódicos ligados ao grupo denominado “Coimbrão”. Vemos nesse quadro que ele manteve relação conflituosa contra esse grupo, prevalecendo citações críticas e, mesmo quando elogiosas, com algumas observações.

Quadro 5 - Periódicos da elite brasileira citados no Compilador

Periódico	Tipo	Informação
Malagueta	Crítica	Afirma que o autor desconhece o que realmente ocorreu na Revolução Pernambucana de 1817.
Malagueta	Elogio	Elogia a iniciativa mas faz algumas críticas pontuais ao Conselho de Procuradores.
Malagueta	Crítica	Diz que conta notícias da Bahia sem ter confirmado.
Reverbero Constitucional Fluminense	Crítica	Correspondente ironiza a intenção do Revérbero de traduzir toda a obra de Abade De Pradt, dizendo que se continuar no ritmo que está, vai levar 666 anos para terminar toda a obra.
Reverbero Constitucional Fluminense	Elogio	Elogia uma correspondência do Amigo da Razão publicada no Revérbero, bem como elogia outra correspondência que pede um monumento constitucional
Reverbero Constitucional Fluminense	Crítica	Crítica a hipótese lançada pelo periódico de lançar apólices e pedir empréstimos para abater o déficit. É importante, segundo ele, antes de todo mostrar que futuramente não haverão problemas com novos déficits.
Reverbero Constitucional Fluminense	Crítica	Pede explicações sobre quem eles definem como “encapitados inimigos” e o que é a “verdadeira liberdade”. Acusa os redatores de distorcerem notícias e intenções das Cortes.
Reverbero Constitucional Fluminense	Crítica	Questiona qual constituição “reverbera” no Revérbero
Reverbero Constitucional Fluminense	Crítica	Diz que prega a revolução e a perseguição e não quer constituição para o Brasil.
Reverbero Constitucional Fluminense	Crítica	Diz que contam notícias da Bahia sem ter confirmado

O mesmo se observa no quinto quadro, onde destacamos as citações dos periódicos que compunham o “grupo brasileiro”.

O *Compilador* também se portou de maneira crítica aos jornais desse grupo e foi ainda mais ofensivo com o principal periódico da época, o *Revérbero Constitucional Fluminense*.

Quadro 6 - Jornais de outros estados citados no *Compilador*

Periódico	Tipo	Informação
Idade D'Ouro	Notícias	Notícias da Bahia
Semanário Cívico	Notícias	Notícias da Bahia

Bem, se estava em conflito com ambos os grupos, a quem se aliava o *Compilador*? A verdade é que não conseguimos obter essa informação. O que sabemos é que no último número ele fez uma série de críticas aos jornais fluminenses e usou como referência para notícias dois jornais baianos que eram tratados como inimigos públicos no Rio de Janeiro graças aos conflitos interprovinciais e a defesa que seus redatores faziam às medidas das Cortes de Lisboa, já vistas de forma negativa pelos jornais fluminenses. Se antes já estava isolado, a última edição serviu para torna-lo um pária na Corte. Como causa ou consequência, o número 15 foi o último, e os redatores foram ameaçados e deportados do Brasil.

NOTAS DE CONCLUSÃO

A análise, ainda que muito breve do conteúdo do *Compilador* de forma a combinar elementos quantitativos e qualitativos, nos revelou alguns aspectos elementares desse periódico. Escrito em um momento de intensa agitação e incerteza política, onde as mudanças pareciam atropelar as soluções e a modernidade política se tornava uma realidade a ser enfrentada (KOSELLECK, 2006), os redatores do *Compilador* tiveram um interessante posicionamento durante o processo da independência.

Das informações recolhidas, pudemos perceber que o periódico tinha um preço acessível. Seus valores de compra avulsa e assinatura tornavam possível que grande parte dos habitantes do Rio de Janeiro com alguma função gratificada pudesse compra-lo. Aliás, ele poderia ser encontrado em vários estabelecimentos da cidade, sendo de fácil acesso à gente fluminense. Resta destacar que se era de fácil acesso financeiramente, infelizmente não o era pelo seu conteúdo, já que o nível de alfabetização no Brasil de 1821 era extremamente baixo.

A partir das citações feitas a outros jornais e autores, também pudemos perceber algumas coisas. Por ser um periódico envolvido em uma intensa discussão política e implicado em um espaço periodiquero bastante acalorado, com agressões verbais e até físicas, o *Compilador* fez poucas referências a intelectuais, o que revela seu caráter combativo e panfletário. Aliás, esse caráter é revelado no grande número de citações a jornais conterrâneos, a maioria das vezes de forma crítica. O *Compilador* ficou isolado politicamente na cena pública e colecionou inimigos entre os seus concorrentes.

Por fim, destacamos que as informações aqui trazidas não pretendem ser conclusivas, mas subsidiárias a pesquisas futuras. Esses dados devem ser confrontados e enriquecidos com elementos discursivos do jornal a partir de seus discussões. Aliás, os mesmos dados podem também ser comparados com os de outros jornais de forma a podermos compreender melhor o universo de referências intelectuais e ligações políticas entre e dos periódicos. Todavia, esse artigo buscar dar um passo inicial a esse tipo de análise e, mesmo que breve, pode nos esclarecer um pouco do *Compilador* e do universo em que circulava.

REFERÊNCIAS

ARMITAGE, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The Age of Revolutions in Global Context, c.1760-1840**. Londres: Palgrave MacMillan, 2009.

DIAS, J. S. Da Silva. **O vintismo : realidades e estrangulamentos políticos.** *Análise Social*, v. XVI, n. 61–62, p. 273–278, 1980.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RIO, 2006.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos e impressos: a guerra dos jornalistas na Independência.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840.** São Paulo: HUCITEC, 2006.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira **Das. Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822).** Rio de Janeiro: REVAN, 2003.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Os livreiros, os “livros proibidos” e as livrarias em Portugal sob o olhar do Antigo Regime (1753-1807).* **Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

3

Flávio Dantas Martins

o rio sem história e a memória da nação:

o Rio São Francisco
e a unidade nacional
segundo Vicente Licínio Cardoso

“O rio sem história e a memória da nação: o Rio São Francisco e a unidade nacional segundo “
(Vicente Licínio Cardoso)

INTRODUÇÃO

As águas, as rochas, as árvores, os animais, entes da natureza, não se nomeiam, segundo frase já célebre do historiador britânico Simon Schama (1996, p. 17). Os rios, águas correntes, entidades importantes nas mitologias antigas e nas religiões não perderam seu espaço de importância nas modernas mitologias nacionais. Como os deuses, têm epítetos. O Rio São Francisco, no Brasil, tem vários nomes: Velho Chico, Rio da Integração, Opará. Esse texto pretende investigar a urdidura de um deles, a do rio da unidade.

As perguntas que motivam esse texto começam à partir da proposição de Schama. Sendo nomeadas pela cultura, as águas a quem chamam Rio São Francisco, em um determinado momento também ficaram conhecidos como rio da unidade. Porque ele e não o Amazonas, o Paraná ou o Paraíba? O que há de unificador de uma nação em um rio? Esse epíteto diz mais sobre o São Francisco ou sobre a nação que se pretende construir?

A hipótese defendida é que o epíteto de rio da unidade foi estabelecido no período do Estado Novo à partir de interpretações feitas dos textos do início da década de 1920, de um engenheiro fluminense, Vicente Licínio Cardoso, falecido em 1931. O contexto da década de 1930 era de

1. crise de abastecimento elétrico nas grandes cidades em processo de industrialização,

2. migrações internas motivadas por grandes estiagens no norte,
3. projetos de modernização dos transportes para atender a demanda por integração do interior do país com as cidades industriais do litoral e
4. a hegemonia de uma ideologia bandeirante materializada no programa da ditadura varguista da Marcha Para Oeste. Nesse contexto ganhou força a construção de uma ideia de que o Rio São Francisco era o rio da unidade e por isso deveria ser objeto prioritário de ações públicas que criassem nele um meio técnico-científico que propiciasse produção hidrelétrica, colonização das margens capaz de disciplinar e ocupar flagelados e produzir de forma moderna as mercadorias que o mercado do país precisava, como algodão e ovos. A ação pública de planificação econômica com o projeto de criar no Rio um meio técnico-científico se justificava na história de unificação do rio, afirmavam os intelectuais da década de 1930.

A justificativa precisava se assentar em um consenso de pesquisa e o recurso à autoridade de autores e historiadores foi buscado em Euclides da Cunha, João Ribeiro, Capistrano de Abreu e Vicente Licínio Cardoso, sendo que este último, quando cunhara a expressão “rio da unidade” a desenvolvia à partir da interpretação de citações dos três anteriores. De intérprete, ele passou a ser interpretado e seus textos mais citados foram os publicados postumamente, confirmando uma queixa do autor de antes da morte de que não era lido, pois, o que publicara continuava sem ser lido e aquilo que deixara inédito foi que ganhou celebridade na coleção Brasileira.

Vicente Licínio Cardoso e sua abordagem do Rio São Francisco já foram tratados por outros autores. João Marcelo Ehlert Maia afirmou que em “O Rio São Francisco: Base física da unidade do imperio”, Cardoso elege a terra como personagem central da aventura civilizadora

brasileira, em um movimento teórico que parece indicar que a geografia prefigurava a história (MAIA, 2007, p. 104). Nísia Lima, em estudo sobre os conceitos de sertão e litoral no pensamento brasileiro, comentando Cardoso, afirma que a tese de centralidade do São Francisco confere primazia aos condicionamentos de natureza geográfica nos processos históricos (LIMA, 2013, p. 106). Para Elson de Assis Rabelo, Cardoso foi “aclamado” pelo pioneirismo como argumentador sobre o que se considerava a contribuição do rio para a unidade nacional e de seu livro retiraram a expressão rio sem história que deu a entender não apenas uma visão posicionada e naturalizadora de espaço e de história, mas também o aspecto paradoxal da relatividade das atribuições dada por esses discursos localizadores. Segundo Rabelo, para Cardoso, o Rio São Francisco era margem temporal da história e vários textos da Brasileira seriam tentativas de preencher a lacuna do ‘rio sem história’ e de retirar-lhe dessa marginalidade perante a Nação, dando-lhe, ao contrário, centralidade (RABELO, 2016, p. 66). A contribuição deste texto consiste em mostrar como Cardoso urdiu a tese de rio da unidade à partir de uma montagem e interpretação produtora de sentidos feita à partir de citações de autores considerados clássicos e como produziu uma nova memória para o rio sem história que justificava a prioridade merecida pelo São Francisco de ações públicas de modernização.

A INVENÇÃO DO RIO DA UNIDADE

Este texto não pretende investigar o rio como condicionamento geográfico ou coisa-poder (VITAL, 2019), mas como um objeto da história social do pensamento histórico. Vasculhando vestígios do passado, especialmente livros, notadamente aqueles que tratam de algo relacionado ao São Francisco é possível perceber quando o epíteto surgiu. No século XIX muito se escreveu sobre esse vale que conectava algumas das províncias mais populosas de então, Minas Gerais,

Pernambuco e Bahia. Não há referências à ideia de rio da unidade nos escritos de Saint-Hilaire, Richard Burton, Guilherme Halfeld, Milnor Roberts, Orville Derby, George Gardner e von Spix e von Martius. Giovanna Gobbi Alves de Araújo (2016, p. 36) destacou que a viagem de Pedro II à cachoeira de Paulo Afonso visava também a renovação do imaginário em torno da unidade e legitimidade do império. Mas o epíteto estava ausente. Ao contrário, na década de 1930 há largo uso da ideia de unificação, como atestam os livros do professor mineiro Orlando Carvalho, *O Rio da Unidade Nacional - o São Francisco de 1935* e *O Rio de S. Francisco - fator precípua da existência do Brasil* do jornalista, latifundiário e engenheiro baiano Geraldo Rocha. Uma brochura de 1942 publicada pelo Serviço de Informação Agrícola da cidade do Estado Novo apresentou, no anexo de um relatório sobre colonização agrícola na cachoeira de Itaparica, citações da imprensa que noticiavam - ou dado o contexto de censura prévia, faziam propaganda - a colônia, repetindo, no título e no texto, a louvação do rio da unidade. De acordo com Elson Rabelo, a ideia de Vale do São Francisco nos anos 1930 estava entre o determinismo e a institucionalização da geografia (RABELO, 2016, p. 58).

Em 1945 Sérgio Buarque de Holanda escreveu que o São Francisco era chamado por alguns historiadores, o 'rio da unidade nacional' (HOLANDA, 2014, p. 99). Isso pode indicar larga difusão do uso da ideia. A hipótese mais plausível é que o Estado Novo consolidara com sua máquina de propaganda o uso desse epíteto para o São Francisco. Os escritores de livros, de modo geral, como a imprensa, citavam Vicente Licínio Cardoso e seu livro *À margem da história do Brasil* no qual estava desenvolvida a tese de que era o São Francisco o principal fator geográfico que permitiu a unidade do Brasil, entendida como unidade política do império diante de rebeliões separatistas. A grande difusão na imprensa e nos livros pode indicar uma hegemonia na medida em que esses sentidos e projetos eram compartilhados por elites políticas e intelectuais e grupos que tinham poder de decisão

no âmbito da ação pública do Estado, mas estavam longe de circular e influenciar os sentidos dados ao rio na sociedade. Na raridade de textos escritos por sujeitos oriundos dos setores camponeses e pobres urbanos dos municípios do São Francisco, a julgarmos por um vestígio coletado entre eles, as coletâneas folclóricas, não é possível inferir que esse sentido de rio da unidade fosse compartilhado, pelo menos nos versos e chulas de artistas rurais (SOUZA, 1979; SOUSA, 1956). O rio desses materiais era um espaço banal (SANTOS, 2017), carregado de valor sentimental, afetivo. Era um caminho por onde se ia para outro lugar, outra cidade, mas não por onde passava a nacionalidade. Ao contrário do que pode ser intuitivo, enquanto os camponeses tinham uma visão pragmática do rio à partir de sua experiência, os engenheiros enxergavam o rio pela lente do mito nacional.

O livro que se tornou a obra de referência para creditar a ideia de rio da unidade era uma coletânea póstuma. Cardoso morreu em 1931. Nasceu no Rio de Janeiro em 1889, filho do professor positivista e republicano histórico Licínio Atanásio Cardoso. Coursou a Politécnica do Rio de Janeiro onde o pai lecionava, se formando em engenharia geográfica e depois engenharia civil. Prestou concurso na Politécnica com uma tese sobre filosofia da arte, mas o certame foi anulado. Dedicou-se a um escritório de arquitetura, mas sua carreira não foi adiante. Nísia Lima acredita que ele não encontrou aí sua identidade profissional. Além de engenheiro civil e geógrafo, foi atleta fundador do Botafogo Football Clube, estudante premiado com bolsas do Clube de Engenharia que viajou muito pelas Américas e Europa. Na imprensa da época, ficou famoso por ser o primeiro brasileiro passageiro do LZ 127 Graf Zeppelin quando este partiu do velho continente para o Brasil em 1930. Lima indica que foi na identidade profissional de educador que Cardoso se encontrou. Ao final da década de 1920 conseguiu se tornar professor da Politécnica e era membro da Associação Brasileira de Educação, próximo de Fernando Azevedo. Talvez o fez em 1921 quando pegou um trem para Pirapora onde comprou passagens para

uma viagem até Juazeiro da Bahia levando um exemplar de *Os Sertões* para ler na proa enquanto descobria o Brasil e a si mesmo. Em suas palavras: Descobri-lo, é conhecer-se (CARDOSO, 1924, p. 135).

Da experiência da viagem é que extraiu “A lição de Euclides da Cunha”, como intitulou texto de agosto de 1924, a qual era: quem quer conhecer o Brasil deve ir a uma bandeira intelectual. Mas também, nesse referido texto, enunciou a tese que se celebrizaria na década seguinte, a de que o São Francisco era o fator da unidade política do império. No texto ele afirmou que a Bahia e o Rio de Janeiro possuíam uma costa sem ligações estáveis feita à navegação à vela. O interior, pelo contrário, possuía um caminho andante no qual se encontravam bandeirantes vindo do sul e do norte. Escreveu que, sem nenhum temor de erro, (...) sem aquelle rio, sem aquella estrada natural interior, teria sido impossivel manter a unidade de nossa patria (CARDOSO, 1924, p. 126, destaque no original).

A tese de que o São Francisco era o rio da unidade da pátria não se baseava apenas em Euclides da Cunha e na travessia. Cardoso citou estrangeiros do século XIX que estudaram o interior do país como von Martius, Saint-Hilaire e Guilherme Halfeld. Afirmou que o único brasileiro que estudou o São Francisco foi Teodoro Sampaio, colocando no esquecimento engenheiros como André Rebouças, Antonio Maria de Oliveira Bulhões, Eduardo José Moraes, naturalistas como José Vieira Couto e Marcos Antonio de Macedo, militares como Ignacio Acioli Cerqueira da Silva e Mariano Joaquim de Cerqueira, magistrados como Thomaz Garcia Paranhos Montenegro e ficcionistas como J. M. Cardoso de Oliveira e João Salomé Queiroga. Talvez o fizesse por desconhecimento, mas foi bastante conveniente que esse esquecimento coletivo de brasileiros que estudaram o São Francisco de modo a sustentar sua ideia, a de que ele era um rio sem historia, ignorado por muitos, descoberto por ilustres estrangeiros e uma meia dúzia de brasileiros, incluindo ele. Se outros historiographos silenciaram de todo

(CARDOSO, 1924: p. 125), João Ribeiro o chamou de caminho da civilização brasileira do qual se partiu para a conquista das minas e para a pecuária extensiva, dous maximos factores de povoamento entre São Paulo e o Piauí e Pernambuco coloniais. O historiador citado que escreveu que as águas deste rio abraçam o que se poderia chamar de o Brasil brasileiro. Segundo Ribeiro (1900, p. 90, destaque no original), enquanto o Amazonas era em excesso indiatico, o sul era demasiado platino. Foram desses elementos de Ribeiro que Cardoso retirou sua interpretação. A ideia que está em Cardoso, não em Ribeiro, é que esse local estratégico de povoamento o foi também da manutenção da unidade política do Império frente às rebeliões separatistas.

Antes de Cardoso interpretar a citação de Ribeiro, Euclides fez a sua própria leitura do significado das águas que abraçam. Para o autor de *Os Sertões* a ideia de Brasil brasileiro se transformou no cerne vigoroso da nossa nacionalidade (CUNHA, 1969, p. 161). Mas Euclides lhe acrescentou uma nova função histórica, a de unificador étnico, longo traço de união entre duas sociedades que não se conheciam (CUNHA, 1969, p. 161). Foi no São Francisco que uma raça de cruzados idênticos àqueles mamalucos estrênuos que tinham nascido em São Paulo se conservou, quando os curibocas quase puros do sul desapareceram (CUNHA, 1969, p. 160-161).

A terceira fonte que Cardoso citou foi João Capistrano de Abreu. Em *Capítulos de história colonial* ele deu muito destaque ao vale, chamando-o de condensador de população. Cardoso modificou essa citação para condensador de gentes, mas mais importante foi o que ele não citou. Capistrano entendia que o São Francisco era importante não por ser especial em si, mas por participar de uma grande rede fluvial de comunicação que unia várias bacias e sub-bacias como as do Paraná, Xingu, Amazonas, Madeira, Tocantins-Araguaia, Jaguaribe e Parnaíba.

As fontes de Cardoso para fundamentar sua tese gozavam de grande status no mundo das letras do Brasil. Euclides, Capistrano e

João Ribeiro eram prestigiados na década de 1930, quando circularam os textos de Cardoso. A canonização de Euclides como grande escritor começou após sua morte e ganhou foros oficiais com o Estado Novo, quando o escritor bandeirante foi associado ideologicamente ao programa Marcha para Oeste (ABREU, 1998). O livro de João Ribeiro era um compêndio didático amplamente editado e usado. Capistrano era reconhecido como historiador do sertão, portanto, do Brasil autêntico.

O RIO SEM HISTÓRIA E A MEMÓRIA

O “rio sem história”, expressão que sintetizava para Cardoso a ignorância rebelde e perigosa em que temos incidido sobre as nossas próprias cousas (CARDOSO, 1924, p. 123), já havia sido tratado com certa atenção por vários historiadores. A ideia de rio da unidade, portanto, não era uma inovação completa, mas um acréscimo de mais-valor de sentido (RICOEUR, 1969, p. 51). As citações e comentários que Cardoso fez de seus antecessores, mais ou menos clássicos do pensamento histórico brasileiro, correspondia a um processo de interpretação em que se descontextualizava e recontextualizava o sentido inicial de narrativas em novos contextos interpretativos (MICHEL, 2017, p. 195). A inovação de sentido dada à representação do São Francisco era feita à partir de textos, autores e ideias já aceitas no cenário intelectual como corretas, clássicas, consolidadas. É possível dizer que Cardoso se baseava no consenso de pesquisa, um processo que não é aditivo e cumulativo, mas no qual o aumento do conhecimento ocorre com acumulação seletiva, rearranjo e insistência (SAID, 2007, p. 245). Após ele, alguns elementos desenvolvidos em seus textos foram acrescentados e reinterpretados no consenso de pesquisa do São Francisco da década seguinte.

O consenso de pesquisa sobre o qual Cardoso se baseava pode ser sistematizado nas seguintes ideias:

1. A tendência que lhe era contemporânea e retratava o interior do país como um local de miséria, atraso e abandono, bem ao estilo do relatório de Arthur Ramos e Belisário Penna e dos escritos de Monteiro Lobato (LIMA, 2016).
2. Cardoso apoiava sua tese em uma estrutura já de longa duração na história do Brasil, a associação entre natureza e nação, manifesta na ficção, na história e na literatura de viajantes e naturalistas do século XIX, que persistia no pensamento social republicano. Essa busca da nação na natureza precisava de um tipo mediador, papel cumprido pelos indígenas no primeiro romantismo e pelo sertanejo à partir da segunda metade do século XIX no chamado romance do norte (RIBEIRO, 2016) e encontrou no sertanejo do semiárido do São Francisco seu tipo preferido de ser natural após Euclides da Cunha. Desse modo, associar o São Francisco à unidade territorial do império era inovar sobre um consenso no qual a natureza e a nação coincidiam de forma ahistórica.
3. Os naturalistas, viajantes e engenheiros que escreveram sobre o Rio São Francisco no século XIX o retrataram como um espaço de riqueza enorme, que dormia sob a terra, à espera de um colonizador que soubesse aproveitá-la. Retratado como um “caminho natural” haveria que corrigi-lo para com a abertura das comunicações se transformar em um celeiro de riquezas agrícolas, pecuárias e minerais (OLIVEIRA, 2015). Cardoso ia nesse sentido ao destacar que era preciso melhorar a navegabilidade do caminho andante (CARDOSO, 1924: p. 126). Em suas palavras, contrista, de facto, rio tão imponente como aquelle, valle-celeiro tão digno de outra sorte, trafegado por calhambeques tão mesquinhos e alquebrados (CARDOSO, 1924, 129-130). Aqui pode-se afirmar que parte central no consenso de pesquisa sobre o São Francisco desde o século XIX até o período de Cardoso de projeto de meio técnico-científico (SANTOS, 2017). Isso porque

esse consenso de pesquisa reiterava duas temporalidades e espacialidades para o São Francisco, i) de um lado, uma realmente existente caracterizada por um espaço arcaico, de técnicas rudimentares e uma temporalidade anacrônica em relação ao mundo moderno, habitado por seres quase naturais, ii) ao mesmo tempo em que havia o vislumbre de um futuro descrito de forma quase religiosa como Terra da Promissão, quando o espaço se caracterizaria pela racionalidade de um meio técnico-científico.

Cardoso, como os naturalistas e viajantes antes dele, representou o Rio São Francisco como um anacronismo, simultaneamente tempo passado e futuro, desajustado do presente moderno. Lugar de arcaísmo e primitivismo, ao mesmo tempo em que o representa como possível lugar de um futuro meio técnico-científico. Cardoso transformava um rio, objeto típico das ciências naturais e da engenharia, em um objeto historiográfico, ao chamá-lo de rio sem história e rio da unidade do império, associando a história à geografia. Ele seguia seus historiadores alemães preferidos, Martius e Handelmann, o primeiro quem sugeriu e o segundo quem realizou a história do Brasil como a narrativa das grandes regionalidades que o compunham (ALMEIDA, 2014). A temporalidade anacrônica do “espaço” do sertão era uma ideia bastante recorrente no Brasil, tendo, talvez a melhor síntese na expressão de Euclides para se referir à distância entre sertanejos e os homens instruídos do litoral não no-los separa um mar, separam-nos três séculos (CUNHA, 1969, p. 231).

Nessas duas operações de transformar o São Francisco em objeto historiográfico, simultaneamente rio sem história e rio da unidade política do império, e pensá-lo segundo uma estrutura de sentimento de um projeto de meio técnico-científico, Cardoso produzia sua principal inovação que seria aproveitada nas décadas seguintes: a do uso público da memória para justificar ações públicas no vale do São Francisco. Enquanto os engenheiros do século XIX usavam argumentos

das ciências naturais, hidrologia, geologia, climatologia, economia política, para justificar um projeto de meio técnico-científico, Cardoso Ihes acrescentou o suporte das ciências históricas. Os serviços prestados pelo Rio no passado da nação justificavam intervenções públicas para definir o aproveitamento econômico do vale no futuro.

Esse uso da memória no qual a justificativa de uma ação estatal de regularização no vale do São Francisco como uma recompensa pelo papel cumprido no passado na conservação da unidade política se dava num contexto de discussão de unificação das redes de comunicação e transporte do Brasil. Nos três textos em que tratou do assunto, após citar naturalistas e historiadores, Cardoso interviu no debate que Ihes era contemporâneo para criticar o traçado da ferrovia Pirapora-Belém. Tratava-se de um plano presidencial, nunca posto em prática. No mesmo figurava o absurdo, dizia Cardoso, que consistia em ligar Montes Claros, norte de Minas Gerais, com Juazeiro da Bahia, por meio de uma estrada férrea. Esta passaria por uma região despovoada, pobre de recursos naturais e agrícolas, o que a condicionava como deficitária e montanhosa, o que encareceria as obras. Paralelo à ferrovia projetada, apontava no mapa à esquerda, Cardoso destacava o caminho andante do São Francisco, francamente navegável entre Pirapora e Juazeiro, numa sucessão de fazendas, vilas e cidades, com produção agrícola, pecuária e mineral. A única medida necessária para tirá-lo do abandono, afirmou Cardoso, consistia em investir na navegabilidade, renovando a frota, medidas mais econômicas que a abertura de uma via férrea.

Esse uso público da memória em Cardoso não se restringiu ao passado para a implementação de políticas de transporte. Cardoso compreendia que a historiografia tinha uma função importante na constituição da própria nacionalidade. O romance tinha papel similar. Para Cardoso, em países como Rússia e Brasil, verdadeiros caldeirões de heterogeneidade étnica, o romance tinha por função formar a consciência nacional, diferente de países onde esta já existia, como França e Inglaterra. Similarmente, a história pátria tinha uma função cívica.

O positivista Cardoso não via contradição entre verdade histórica e uso do passado para formação de uma identidade nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas conferências que fez na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, respectivamente “Rio S. Francisco – Rio sem história” de 29 de julho de 1923 e “O Rio São Francisco – Base physica da unidade do Império” de dois de agosto de 1925, pouco acrescentam ao texto “A lição de Euclides da Cunha”, de agosto de 1924. O único destaque é que na conferência feita para o público paulista Cardoso destacou a historiografia local sobre as bandeiras e debateu com mais detalhe como regiões como o extremo sul e o norte amazônico, zonas fora da influência do São Francisco, foram mantidos atrelados à monarquia. A resposta de Cardoso eram guerras sangrentas com vizinhos platinos e proibição da navegação internacional na bacia do Amazonas. O São Francisco conectava o centro do sul, São Paulo e Minas Gerais, com o centro do norte, Bahia e Pernambuco. Falecido em 1931, Cardoso só publicou em vida “A lição de Euclides”. Os textos mais citados seriam as conferências, publicadas em 1933.

Ajudou o fato de, na coletânea À margem da história do Brasil, elas serem os dois primeiros capítulos. Foi publicada com pelo menos em duas edições, em 1933 e em 1938, na série Brasileira da Biblioteca Brasileira da Companhia Editora Nacional que pertencia a Octalles Marcondes, editor alinhado a Vargas (ABREU, 1998, p. 330). A direção da coleção era do intelectual paulista Fernando Azevedo, que mantinha correspondência com Cardoso e que o convidara para trabalhar no departamento de ensino quando Azevedo foi superintendente do mesmo no distrito federal (SANTOS, 1975). Quem assinou o prefácio

da segunda edição foi Acácio França, crítico de arte baiano que trabalhava então no Ministério de Educação e Cultura.

Vários escritores se dedicaram ao assunto do São Francisco em livros, como Medeiros Neto, Carlos Lacerda, Agenor Miranda, Orlando Carvalho, Luís Flores de Moraes Rego, Cavalcanti Proença, Jorge Zarur e Lucas Lopes. Repetiam a ideia de Cardoso, o citando ao lado de Euclides da Cunha, João Ribeiro e Capistrano de Abreu. Transformado em intérprete do Rio, o sentido da unidade dado por Cardoso foi interpretado de formas distintas: de fator de unidade política e geográfica ele se transformou em fator de unidade racial biológica, cultural ou sócio-econômica. Modificado o sentido da unidade, conservou-se a estrutura argumentativa de uso da memória para justificativa de ações públicas. A escala da ação mudara sensivelmente com a advento do planejamento econômico estatal.

Cardoso viu a “revolução” de 1930, mas pensava como os engenheiros do século XIX. Sua ideia de meio técnico-científico consistia em um canal de navegação fluvial com modernos navios singrando o rio, carreira acima e carreira abaixo, com portos conectados a estações ferroviárias. Os escritores que leram seus textos estavam em outro patamar. O advento de grandes projetos de colonização irrigada e hidrelétricas dos rios Níger, na África Ocidental, Tennessee, nos Estados Unidos, e Papaloapan, no México, os faziam falar em grandes barragens. A navegação dava lugar à produção hidrelétrica, prioritariamente, e à agricultura irrigada e mecanizada. O Brasil dos anos 1930 tinha um grave problema de abastecimento. Seu sistema elétrico se baseava em pequenas hidrelétricas e termelétricas (CÔRREA, 2003, p. 93). Não se tratava mais, apenas, de levar a civilização, o comércio e os costumes pacíficos e laboriosos ao interior, trazendo de volta algodão e charque. O São Francisco poderia oferecer energia elétrica barata para os centros industriais, estrangulados pela ausência de oferta. E de fato o fez: nos anos 1950 já operavam no vale a usina de Três Marias, garantindo

o desenvolvimento industrial belo-horizontino, e a de Paulo Afonso, permitindo a modernização de Recife, e do Nordeste em geral.

Durante a segunda guerra mundial o torpedeamento de navios brasileiros na costa por submarinos alemães levou à intensificação da comunicação interna no país. O Rio abandonado pela República foi revitalizado na Marcha para Oeste do Estado Novo, ditadura na qual colaboraram ativamente vários dos intelectuais da geração de Cardoso, chamados de republicanos críticos quando na ocasião da publicação da coletânea por ele organizada, chamada de *À margem da história da república*. Na Constituinte, quando se discutiu o destino de no mínimo um por cento da receita da união para o aproveitamento econômico do vale do São Francisco, udenistas, pessedistas, trabalhistas e comunistas tinham consenso sobre a criação da Comissão do Vale do São Francisco, autarquia de planejamento que cuidaria da geração de energia, da colonização, de melhorias urbanas, da capacitação técnica, da erradicação da malária. A Comissão, segundo seus críticos, não tinha foco, por isso foi ineficiente (HIRSCHMAN, 1965; PAULA, 2015).

A memória vencera. Com novos especialistas dando depoimentos numa comissão parlamentar especial para tratar do plano da Comissão em 1946, alguns deles formados em universidades americanas e com livros publicados com substanciais materiais históricos, foi Cardoso quem começou a ser esquecido. Foi citado apenas por Manuel Novais, deputado pela Bahia por décadas, com base eleitoral nos municípios do vale, em seu discurso na Constituinte, quando afirmou que o Rio São Francisco era o mais brasileiro de todos os rios, traço de união entre o Centro e o Nordeste necessitando apenas de saneamento, de transporte, de irrigação e de crédito para transformar-se, como queria Licínio Cardoso, na coluna dorsal da nacionalidade (BRASIL, 1955, p. 8). É sintomático que a unidade nacional, na leitura que Novais fez de Cardoso, estava no futuro, não no passado colonial e imperial.

O meio técnico-científico deixava de ser apenas um projeto, e se tornava uma realidade, transformando o espaço e o tempo do São Francisco à partir dos anos 1950 (PAULA, 2017). Paulo Afonso, de matéria contemplativa de poesia condoreira, se tornou objeto de intervenções da engenharia. O papel da unidade da nação do rio cumprido no passado não era mais necessário. O desenvolvimento passou a justificar as ações públicas. A manutenção da unidade política não estava no passado, no sertanejo, nas canoas de sal e nas tropas de boiadas, mas na integração econômica inexistente a ser construída. Em algum momento entre a redemocratização pós-Estado Novo e a abertura política do final dos anos 1970 o rio da unidade também ficou conhecido como rio da integração. O passado deu lugar ao futuro.

Se Vicente Licínio Cardoso foi esquecido como intérprete do Rio e da nação, o epíteto que ele ajudara a forjar permaneceu no léxico político brasileiro, coabitando com outros epítetos. À medida em que o meio técnico-científico avançava na construção de novos espaços capitalistas no Vale, novos sentidos surgiram e com eles, novas interpretações sobre as águas. Foi o tempo do progresso, do desenvolvimento. Mas também foi quando novos sujeitos passaram a reivindicar ouvidos para sua voz e para seus sentidos sobre o rio, espaço no qual habitavam. Deixaram de ser representados e passaram a se representar. Com suas identidades reivindicadas novas memórias emergiam e novas identidades eram criadas. Era o tempo do Velho Chico. Os ribeirinhos não eram o passado, mas uma alternativa de futuro. Mas aí são outros mitos e outras histórias.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1088.

ALMEIDA, Bárbara Pacheco de. O desenvolvimento histórico do Brasil na obra de História de Heinrich Gottfried Handelman. **Revista História UEG**, Anápolis, v. 3, n. 1, p. 183-201, jan./jun. 2014.

ARAÚJO, Giovanna Gobbi Alves. **A pintura das águas: um estudo da visibilidade poética em A Cachoeira de Paulo Afonso de Castro Alves**. 2016. 196 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRASIL - COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Antecedentes do plano geral para o aproveitamento econômico do Vale do S. Francisco**. Rio de Janeiro: [s.e.], 1955.

BRASIL - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **O Rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1942.

CARDOSO, Vicente Licínio (org.). **Á margem da história da República**. 3. ed. rev. atual. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1990.

CARDOSO, Vicente Licínio. **Á margem da história do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

CARDOSO, Vicente Licínio. **Figuras e conceitos**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1924.

CARVALHO, Orlando M. **O Rio da unidade nacional: o São Francisco**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1937.

CORRÊA, Maria Letícia. **O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939-1954)**. 2003. 329 f. Tese (Doutoramento em História) - Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CUNHA, Euclides da. Os sertões. *In*: CUNHA, Euclides da. **Obra completa**. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1966.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HIRSCHMAN, Albert. **Política econômica na América Latina**. Rio de Janeiro/São Paulo/Lisboa: Editora Fundo de Cultura, 1965.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. 2 ed. aumentada. São Paulo: Hucitec, 2013.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Espaço e pensamento brasileiro: a Rússia Americana nos escritos de Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 01, p. 83-115, 2007.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **Terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

MICHEL, Johann. **Homo interpretans**. Paris: Hermamm, 2017.

NICOLA, Lucas Santiago Rodrigues de. As bases precárias: economia e política no ensaio À margem do Segundo Reinado, de Vicente Licínio Cardoso. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 2, p. 249-265, 2015.

OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. **O Rio e o caminho natural: propostas de canais do São Francisco, aspectos físicos fluviais e dinâmicas políticas no Brasil Império (1846-1886)**. 2015. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

OLIVEIRA, J. M. Cardoso de. **Dois metros e cinco - aventuras de Marcos Parreira (Costumes brasileiros)**. 3 ed. Rio de Janeiro: Briguier, 1936.

PAULA, Dilma Andrade de. (Des)Venturas do desenvolvimento: a Comissão do Vale do São Francisco sob a ótica de Alfred Hirschman. *In*: PAULA, Dilma Andrade de (org.); CORRÊA, M. L. (org.). **Intelectuais e desenvolvimento: perspectivas da pesquisa em História**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2015.

PAULA, Dilma Andrade de. Sob o “domínio das águas”: as hidrelétricas de Três Marias e Paulo Afonso como expressão das disputas no interior das Comissões do Vale do São Francisco. *In*: PAULA, Dilma Andrade de (org.); PEREIRA, Laurindo Mekie (org.). **Desenvolvimento em Minas Gerais: projetos, agentes, viveres**. Jundiaí, Paco Editorial, 2017.

QUEIROGA, João Salomé. **Maricota e padre Chico. Lenda do Rio de S. Francisco. Romance brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1871.

RABELO, Elson de Assis. **A visão em deslocamento: uma história de palavras, figuras e paisagens do São Francisco (1930/1070)**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2016.

RIBEIRO, Cristina Betoli. **Um norte para o romance brasileiro: Franklin Távora entre os primeiros folcloristas**. Campinas SP: Editora da UNICAMP, 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo**. Razão e emoção. 7 ed. São Paulo: EDUSP, 2017.

SANTOS, Sydney M. G. **O legado de Vicente Licínio Cardoso - as leis básicas da filosofia da arte**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1975.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUSA, José Gonçalves de. **Trovas populares do rio São Francisco**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

SOUZA, Oswaldo de. **Música folclórica do Médio São Francisco**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Conselho Federal de Cultura, 1979. 2 volumes.

RIBEIRO, João. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1900.

VITAL, André Vasques. O poder contingente do rio Iaco no Território Federal do Acre (1904-1920). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 39, n. 81, pp. 25-46, 2019.

4

Francisco Emanuel Silva Meneses Alves

**etnologia do contato
interétnico no Brasil
(1947-1967) –
Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro
e Roberto Cardoso de Oliveira**

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.95743.4](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.95743.4)

Conforme as perspectivas sobre autoria de Foucault (2011), retomada na antropologia por Geertz (2005)³, consideramos Galvão, Ribeiro e Cardoso de Oliveira como autores, por entender que eles escreveram mais do que livros, contribuíram com teorias ou tradições de uma disciplina em que outros livros e autores, já têm o seu lugar (FOUCAULT, 2011, p. 83-84; GEERTZ, 2005, p. 31). Responsáveis pela consolidação dos estudos de contato interétnico no Brasil, ao empreender suas marcas a estes (tanto no trabalho de campo quanto na defesa das populações tradicionais), mas também inspiradores e formadores de outros antropólogos.

Tal pressuposto é apontado a partir de obras dos próprios autores publicadas no recorte temporal (1947-1967), sobretudo tendo em vista as obras “Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900-1959”, de 1960 de Eduardo Galvão (1979), “Os Índios e a civilização. Integração das populações indígenas no Brasil moderno”, de 1970 de Darcy Ribeiro (1982) e “O índio e o mundo dos brancos – uma interpretação sociológica da situação dos Tükúna”, de 1964 de Roberto Cardoso de Oliveira (1972). Essas obras são tomadas como referências centrais para a realização deste estudo, assim como as noções de “áreas culturais indígenas”, de Galvão; de “transfiguração étnica”, de Ribeiro; e de “fricção interétnica”, de Cardoso de Oliveira. No entanto, não nos limitamos a essas, e consideramos vários outros textos dos três autores de maneira complementar e subsidiária sempre com ênfase na questão dos estudos sobre contato interétnico.

Ítalo Calvino (1993, p. 13) em seu famoso texto sobre a importância dos clássicos, considera que o clássico de cada leitor (a) é “aquele que não pode ser-lhe indiferente” e que serve para definir o

3 Geertz aponta que Foucault enuncia essa questão em termos de uma distinção entre os autores a quem a produção de um texto, um livro ou uma obra pode ser legitimamente atribuída e aquelas figuras, de peso maior, que são autoras de “muito mais do que um livro”, são autoras de uma teoria, uma tradição ou uma disciplina em que outros livros e autores, por sua vez, encontram seu lugar (2005, p.31).

leitor (a) “em relação e talvez em contraste com ele”. Neste sentido, consideramos que Galvão, Ribeiro e Cardoso de Oliveira são clássicos, na medida em que suas teorias sobre o contato entre índios e não-índios, suas trajetórias acadêmicas e políticas (nesse caso principalmente, mas não apenas Darcy) de atuação em defesa das populações indígenas que estudaram marcam decisiva e caracteristicamente a história da antropologia do Brasil e no Brasil, sobretudo entre os anos 40 do século XX e o início do século XXI, nesse caso com destaque para o mais longevo em termos de produção e atuação acadêmica dos três, Roberto Cardoso de Oliveira.

Nesse sentido, a delimitação do recorte temporal entre 1947-1967, caracteriza-se pelo momento em que Ribeiro é apresentado por Baldus ao Marechal Rondon e consegue um contrato como naturalista na Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios. É importante também considerar a relevância histórica desse trio em episódios como a criação do Parque Indígena Xingu em 1961, da criação da Universidade de Brasília em 1962, das passagens dos três autores pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e pelos acontecimentos que culminam na extinção desse Serviço de Proteção e na criação da FUNAI em 1967, entre outras questões durante o período supracitado.

O PERCURSO E O MÉTODO

Esta pesquisa se encaixa nas discussões sobre teoria antropológica tratando-se de um estudo bibliográfico relacional. Entendemos por “bibliográfico relacional”, um estudo que tem como fonte principal um conjunto bibliográfico e que é pautado pelo estabelecimento de relações entre os diversos textos nesse conjunto. Este trabalho não é um estudo crítico que visa discutir, em termos de uma pesquisa avançada, desenvolvimentos da teoria antropológica, mas também não é uma mera descrição ou elenco histórico-descritivo.

Relacionamos os autores estudados entre si a partir de questões como conceitos, ideias, instituições e as próprias teorias antropológicas, de modo a contextualizá-los na história da etnologia feita no Brasil. Encaminhamo-nos então à compreensão do universo histórico-intelectual enquanto antropólogos, considerando as etnografias e os conceitos que estudamos a partir do confronto entre esses e as já existentes teorizações acerca desses períodos e divisões paradigmáticas (PEIRANO, 1995) trazendo à luz alguma contribuição à história da etnologia brasileira e dos estudos sobre contato. Sendo assim, esse trabalho é etnográfico não no sentido estrito da expressão, mas como coloca Peirano (2014) pela busca de obras clássicas dos autores estudados e de suas teorizações e “experiências” etnográficas. Pensamos aqui como Athias (2007, p. 16) alerta em seu trabalho sobre a noção de identidade étnica na antropologia brasileira, “não se trata de fazer um desenvolvimento histórico amplo e minucioso” de cada um dos autores e suas obras, mas contextualizá-los na história da antropologia feita no Brasil. Assim, realizamos “[...] um trabalho digno e representativo – do ponto de vista da pesquisa e reflexão antropológica e histórica contemporânea [...]” (LEVINHO, 2011, p. 9) sobre o recorte histórico e os autores que decidimos estudar.

Baseados em Sell e Martins (2017)⁴, buscamos conciliar duas vertentes, a “histórico-antropológica”, na medida em que reconstruímos as condições intelectuais e sociais que presidem a elaboração das teorias acerca das relações entre índios e não-índios. Além disso, utilizamo-nos também de uma segunda vertente, a “sistemática”, elaborando um corpo cumulativo e integrado de temas, problemas ou questões, que são constitutivos dos estudos antropológicos acerca das relações entre índios e não-índios. Nesta segunda vertente centramo-nos na **via histórica**, já que organizamos nossa abordagem acerca das teorias do contato interétnico a partir de uma sequência cronológica de autores e

4 Aqui adaptamos o que Sell e Martins (2017) fazem em seu livro sobre teorias sociológicas contemporâneas para o nosso estudo sobre teorias antropológicas clássicas.

correntes que estabelecem determinadas tradições de pensamento em cujo núcleo reside um conjunto de problemas inter-relacionados.

Baseamo-nos de maneira mais evidente em Athias (2007), que apresenta como os antropólogos e cientistas sociais produziram conhecimento a respeito da ideia da identidade étnica e mostra como essa foi construída nas ciências sociais no Brasil, de maneira aproximada ao discurso político das populações indígenas (idem, 2007, p. 16). O autor faz um histórico do desenvolvimento das teorias da aculturação nos trabalhos de Eduardo Galvão, da noção de transfiguração étnica nas obras de Darcy Ribeiro e discute a noção de fricção interétnica sob a ótica das investigações do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, considerando esse último como o pesquisador que mais influenciou os estudos mais recentes sobre identidade étnica (ATHIAS, 2007, pp.28-29).

EDUARDO GALVÃO (1921-1976), DARCY RIBEIRO (1922-1997) E ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA (1927-2006)

Bacharel em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette, em 1946, o carioca Eduardo Enéas Gustavo Galvão foi estagiário da Divisão de Antropologia do Museu Nacional, atuando em seguida como “naturalista” nessa mesma instituição (GALVÃO, 1973). Devido a um convênio do Museu Nacional com a Fundação Brasil Central (Órgão federal criado em 1943, designado para tratar do desenvolvimento e colonização das regiões do Brasil Central e Ocidental) Galvão procedeu à realização de observações etnológicas no Xingu (MENEZES, 2000).

Foi o primeiro dos antropólogos brasileiros a ter um doutorado numa universidade americana, tendo sido aluno de Julian Steward em Columbia, e influenciado por sua ecologia cultural, foi colega de

turma de Eric Wolf e Marvin Harris, entre outros nomes famosos (GONÇALVES, 1996). Também marcado pelo culturalismo estadunidense e pelos chamados estudos de comunidade (MELATTI, 2007), realizou uma série de pesquisas com Charles Wagley, que o orientou em seu doutorado em Columbia (SILVA, 2011).

O Museu Nacional teve Heloísa Alberto Torres, que chegou ao museu para trabalhar como estagiária de Roquette-Pinto e posteriormente dirigiu aquela instituição por longo tempo. Seu trabalho à frente do museu impulsionou a carreira de muitos jovens pesquisadores, dentre eles Eduardo Galvão, professor ali entre 1942 e 1950 (CORRÊA, 2013). Os contatos entre Dona Heloísa, como era conhecida, e Ruth Benedict, trouxeram Charles Wagley, de orientação culturalista, orientador e mentor intelectual de Galvão, para o Brasil (GONÇALVES, 1996). Destacamos em termos de produção antropológica no Museu Nacional entre 1960 e 1980, trabalhos sobre campesinato e contato interétnico, estes últimos inclusive orientados por RCO (Corrêa, 2013).

Atuou como chefe da Divisão de Antropologia do museu paraense Emílio Goeldi entre 1955 (Chefiou a Seção de Orientação e Assistência do SPI em 1955) e 1976, dirigindo-o entre 1961 e 1962. Lecionou no primeiro curso de Pós-Graduação em Antropologia do Brasil no Museu do Índio (RIBEIRO, 2007), bem como na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará. Por intermédio de Darcy Ribeiro (1979) trabalhou no SPI entre 1952 e 1955 (SILVA, 2011). Também através de Darcy, foi professor titular de Antropologia Social, coordenador do Instituto de Ciências Humanas e Chefe do Departamento de Antropologia na recém-fundada Universidade de Brasília entre 1963 e 1964, sendo expulso dessa pelo golpe militar de 1964 (SILVA, 2011). Coordenou o Centro de Estudos Sociais e Culturais da Amazônia entre 1968 e 1976. Estudou os povos Tenetehara no Maranhão, bem como as regiões do Alto Xingu e do Rio Negro (SILVA, 2011).

De acordo com Darcy (1979), Eduardo funda entre nós brasileiros os estudos sobre aculturação indígena. Seu texto de referência escolhido para ser tratado por nós foi “Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900-1959”, de 1960, que traz a noção de “áreas culturais indígenas”, tais áreas reuniriam todas as culturas de uma mesma região que partilham certo número de elementos em comum (MELATTI, 2011; ATHIAS, 2007). Essa noção fora gestada a partir da Antropologia estadunidense, com traços difusionistas, segundo Melatti (2011).

Já o mineiro de Montes Claros, Darcy Ribeiro, graduou-se em sociologia com especialização (mestrado) em Etnologia na Fundação Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (COELHO, 1997), foi aluno e orientando de Herbert Baldus (RIBEIRO, 1994). Em 1954 assumiu a cadeira de “Etnologia Brasileira”, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (CORRÊA, 2013), função que exerceu como professor contratado (1955/1956) e como regente da cátedra (1957/1961), licenciado em 1962, é exonerado em 1964, com a cassação dos seus direitos políticos. Retoma o cargo em 1980, anistiado, como professor-titular do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2012).

Foi influenciado pelo neoevolucionismo norte-americano e pela chamada ecologia cultural (ATHIAS, 2007) e ao mesmo tempo marxista, tendo sido filiado ao PCB (RIBEIRO, 1994). Apresentado ao marechal Rondon por Baldus, ingressou como “naturalista” no Serviço de Proteção aos Índios, órgão indigenista antecessor da Fundação Nacional do Índio, chefiando por muito tempo a Seção de Estudos desse órgão, vinculada ao Museu do Índio, por ele idealizado e inaugurado em 1953 (RIBEIRO, 1997). Trabalhou no Ministério da Educação com Anísio Teixeira (RIBEIRO, 2007), foi ministro da Educação durante o parlamentarismo (permanecendo após a volta do presidencialismo) e depois chefe da Casa Civil do governo João Goulart, até sua queda em 1964 (2007).

Após 1964, exilou-se em vários países da América Latina. Inicialmente no Uruguai, onde deu aulas de Antropologia na Universidad de La Republica e orientou as discussões em torno das reformas do sistema universitário uruguaio (RIBEIRO, 1997). Em seguida em Caracas, quando foi contratado pela Universidade Central da Venezuela, como professor de Antropologia. Ali também lidou com um grande plano de reestruturação da universidade. No Chile, trabalhou como pesquisador no Instituto de Estudos Internacionais daquele país. Convidado por um emissário do presidente peruano Velasco Alvarado quando ainda estava no Chile “para ajudar a pensar a revolução peruana” (Idem, 1997, p. 415), parte para o Peru com o intuito de implantar o Centro de Estudos da Participação Popular e preparar ali um “socialismo cibernético” (RIBEIRO, 1997). Durante esses exílios, além de exercer a docência em Antropologia e ajudar a empreender reformas universitárias nos países onde morou, o Darcy que se perguntava acerca das razões pelas quais “O Brasil não deu certo”, torna-se também um “latino-americanista” (BOMENY, 2009; RIBEIRO, 2005, p. 12-13), estreitando laços com intelectuais latino-americanos e semeando suas reflexões sobre a América Latina.

Após o fim do regime militar de 1964-1985, Darcy foi vice-governador e secretário de Educação de Leonel Brizola no Rio de Janeiro além de ter sido senador por esse mesmo estado entre 1990 e 1997, quando faleceu. Realizou pesquisa de campo com os índios Kadiwéu (RIBEIRO, 1994) e Urubu-Kaapor nos anos 1950. Darcy não dissociava sua atividade científica de sua atuação política, o que talvez o faça ser tido como menor em algumas considerações acadêmicas contemporâneas (OLIVEIRA FILHO, 1996; 2002). Sobretudo após o regime militar fica mais evidente essa invisibilidade, já que sua atuação acadêmica é praticamente substituída por sua atuação político-partidária.

Sua obra de referência para o nosso estudo, o livro “Os índios e a Civilização”, faz parte de um conjunto de obras por ele chamadas de “Estudos de Antropologia da Civilização” - “uma teoria do humano e uma teoria explicativa da sociedade brasileira” (RIBEIRO, 2007, p. 229). Darcy

lida frequentemente com a categoria de classe (VASCONCELLOS, 2015) e na obra aqui abordada, traz-nos a noção de “Transfiguração Étnica”. Tal noção consiste em “um processo pelo qual os povos se fazem e se transformam ou se desfazem” (RIBEIRO, 2007, p. 227). Apesar disso, segundo Oliveira Filho (2002), tal obra tem mais a ver com a sua atuação no SPI e com a problemática teórica do contato interétnico do que com o conjunto de livros de sua referida coleção supracitada. Para Darcy, os índios brasileiros não conseguiriam se integrar efetivamente, “condenados à indigência” pelo descaso do Estado nacional, não podendo ser índios e tampouco “tornando-se civilizados”, pior que os indivíduos em ambas as condições, portanto (RIBEIRO, 2007, p. 227).

A Escola Livre de Sociologia e Política contou a partir de 1939, com o alemão Herbert Baldus (SILVA, 2000), segundo Athias (2007), influenciado pelas escolas alemã e americana. Baldus orientou Darcy, além de convidá-lo para trabalhar no Museu Paulista e indicá-lo para trabalhar com Rondon. Também orientou Florestan Fernandes em seus famosos trabalhos sobre os Tupinambá.

O paulista Roberto Cardoso de Oliveira, mais longevo que Galvão e Darcy, graduou-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo, especializou-se em Sociologia, orientado por Florestan Fernandes e influenciado pelo funcionalismo durkheimiano e pelo estrutural-funcionalismo britânico (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1997; PEIRANO, 1995). Convidado por Darcy para integrar a Seção de Estudos do SPI, ali ao mesmo tempo em que se familiarizava com a literatura e a prática antropológica, enfrentava problemas concretos relativos aos conflitos resultantes do contato entre índios e brancos além de conviver também com Eduardo Galvão (AMORIM, 2001).

Doutorou-se em Sociologia pela Universidade de São Paulo, em 1966, sob a orientação de Florestan (AMORIM, 2001). Passou pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e pelo Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais. Lecionou no primeiro curso de

Pós-Graduação em Antropologia do Brasil, além de ter ajudado a fundar as Pós-Graduações em Antropologia do Museu Nacional (1968), Convidado para o Departamento de Antropologia do Museu Nacional em 1959 por Luiz de Castro Faria, da Universidade de Brasília (1972) e da Universidade de Campinas (1971). Nesse sentido Durham (1982), aponta um conjunto de fatores como importantes para que a Antropologia adquirisse mais prestígio nas Ciências Sociais Brasileiras na década de 70. O primeiro foi o fato de nossa ciência ser voltada para temas menos diretamente políticos que as demais Ciências Sociais, sendo por isso menos atingida pela repressão política do início desse período. Além disso, ampliou-se o mercado de trabalho do antropólogo através da expansão do ensino universitário. “O Brasil ingressou então num período de prosperidade econômica e o regime tendeu a satisfazer reivindicações dos estratos médios da população” (DURHAM, 1982, p. 163).

Foi responsável pela formação de uma série de antropólogos destacados no Brasil (entre seus alunos, figuram nomes como Alcida Rita Ramos, Roberto da Matta e Roque de Barros Laraia), além de uma série de projetos (Estudos de áreas de fricção interétnica no Brasil e Estudo comparativo da organização social dos índios do Brasil, por exemplo).

Seu texto de referência aqui utilizado é “O índio e o mundo dos brancos – uma interpretação sociológica da situação dos Tükúna”, e focamos na noção de “fricção interétnica”, seu principal construto intelectual. Conforme coloca Ruben (1992, p. 89-90):

a sua principal contribuição para a antropologia brasileira é, justamente, a formulação de uma teoria inicialmente dirigida para a interpretação das regiões de “fricções interétnicas” exclusivamente mas que posteriormente contribuiu de forma decisiva para estabelecer as bases metodológicas e heurísticas de uma das raras tentativas de explicação totalizante e sociológica do Brasil contemporâneo.

Influenciada tanto pela sua formação ligada a Florestan Fernandes como pelas questões relacionadas ao “colonialismo interno”, conceito

criado por Georges Balandier na linha dos estudos africanistas dos anos 50/60, a “fricção interétnica” é colocada de maneira contraposta à noção de classe, incorporando a questão do conflito nas discussões acerca do contato entre grupos tribais e segmentos da sociedade brasileira (PEIRANO, 1995; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1994). Fez trabalho de campo entre os índios Terena e Tükuna, notavelmente.

Na Universidade de São Paulo havia Florestan Fernandes, que também teve ligações com a Escola Livre de Sociologia e Política. Foi aluno daquela instituição e orientando de Herbert Baldus (CORRÊA, 2013). Florestan foi o principal responsável pela inserção do jovem estudante de Filosofia Roberto Cardoso de Oliveira nas Ciências Sociais (AMORIM, 2001). Diferente do que se pode imaginar à primeira vista, a influência de Florestan sobre Roberto⁵ não se dá pelos trabalhos sobre os Tupinambá, mas sim de seus estudos sobre o negro e a sociedade de classes nacional (PEIRANO, 1995). Athias (2007) situa Roberto entre autores com influência do marxismo, da escola francesa e da escola britânica. Com doutorado e mestrado em Sociologia, Cardoso de Oliveira dizia explicitamente que fazia uma “sociologia do Brasil indígena”, como o título de seu livro de 1972.

ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA NO BRASIL DEPOIS DE GALVÃO, DARCY E CARDOSO DE OLIVEIRA

Rodrigues (2001) considera que a ida de Eduardo Galvão ao Museu Emílio Goeldi foi fundamental para o desenvolvimento das pesquisas antropológicas na região amazônica através do estudo de populações regionais (pescadores, agricultores, etc.), além de

5 “Em termos disciplinares, pretende ser antropológica, mas que é sociológica em termos intelectuais” (PEIRANO, 1995, p. 18).

se preocupar em formar antropólogos da própria região amazônica. Implantou o Centro de Estudos Sócio-Culturais da Amazônia e, em 1968, em convênio com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) realizou um curso de pesquisa social de caráter interdisciplinar incluindo disciplinas sociológicas e antropológicas (MAUÉS, 2011). Mesmo sendo tão estimulador de várias carreiras antropológicas e importante para a história do ensino e da pesquisa em Antropologia no Brasil, como foram Darcy e RCO, Galvão é muito pouco conhecido das novas gerações de antropólogos (LARAIA, 2011).

Dentre as intersecções possíveis de apontar, conforme problematizado por Peirano (1992), Darcy incorporou Baldus, que foi incorporado junto com Florestan por RCO, mas entre nós o reconhecimento dessas filiações (e linhagens) é bem menos explicitado do que no caso das vinculações estrangeiras. Tendo ocupado os cargos de ministro, senador, secretário de governo, reitor, vice-governador, assessor para assuntos educacionais de presidentes de outros países na América Latina (Peru e Uruguai, por exemplo) e assessor direto de Salvador Allende no Chile, além de ter sido chefe da Seção de Estudos do então SPI, diretor do Museu do Índio e auxiliar de Anísio Teixeira no CBPE há a reconhecida atividade intelectual de Darcy.

Tendo substanciais contribuições em termos de estudos sobre povos indígenas, como seus trabalhos sobre os Kadiweu; tendo escrito romances reconhecidos, como “Maíra”; seus trabalhos que vieram a integrar o conjunto do que se conhece por “antropologia da civilização”; e ter dado aulas na Faculdade Nacional de Filosofia, ainda que por pouco tempo, Darcy não se encaixa no tipo de intelectual que passou sua vida escrevendo livros, fazendo pesquisas e dando aulas. O que, por exemplo, se encaixa melhor no perfil de RCO, reconhecidamente mais identificado com algo como a racionalização do ensino e da pesquisa em Antropologia e Ciências Sociais no Brasil. Segundo Oliveira Filho (2002, p.408), Darcy “não se enquadra de forma alguma

nesse padrão e seria injusto tentar avaliar por aí a sua contribuição à antropologia, à ciência ou à literatura no Brasil”.

Castro Faria (2012) fala da preocupação de RCO em formar discípulos, da mesma forma que considerava Darcy superficial porque não se dedicava muito a um tema qualquer, tendo morrido sem produzir nada de mais. O próprio RCO considerava que Darcy era muito bom no plano da persuasão, alguém criativo, mas muito personalista, diferente do *scholar* acadêmico, dedicado ao ensino e à academia enquanto instituição, como, por exemplo, Roberto Da Matta, um de seus ex-alunos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2012).

Para Oliveira Filho (2008, p. 587), ex-aluno de RCO, em seus 46 anos de vida intelectual, Roberto foi “um personagem que teve presença muito forte, em certos momentos até determinante, na vida da comunidade de antropólogos que vivem ou atuam no Brasil”. Preocupado com as condições de formação dos antropólogos no Brasil, empenhou-se nisso destacando-se, dentre suas várias atuações, por sua participação em Conselhos e Comissões do CNPq e da CAPES, bem como em conselhos de outras instituições de pesquisa. Heredia (2009) enfatiza a preocupação de RCO em colocar ensino e pesquisa como pilares não só na Antropologia do Brasil, mas também na América Latina através da incorporação de professores e alunos de outros países da América Latina no PPGAS/MN, já desde sua criação, preocupação reeditada depois na UnB e UNICAMP.

Tratam-se de clássicos⁶ da Antropologia feita no Brasil. Os três são exemplos de autores com os quais os antropólogos brasileiros se identificam e se (re)-produzem, tornando possível a existência de uma comunidade de especialistas, o que os torna singulares nesse caso

É a aceitação de uma determinada *história teórica* que estabelece uma linhagem não só de etnógrafos, mas de perguntas

6 Na acepção de que “os clássicos servem para entender quem somos e aonde chegamos” (CALVINO, 1993, p. 16).

e de problemas, de questionamentos teóricos, que as novas gerações herdaram, procuram responder e legam, modificados, a seus descendentes. Tal reconhecimento não faz dos clássicos autores eternos nem descontextualizados, mas resulta na observação de que eles são essenciais para a continuidade de um tipo de conhecimento que, em determinadas circunstâncias, se tornou disciplinar: a questão de se saber quem são, onde são gerados, ou como se formam, embora extremamente importante, é secundária diante da sua existência indispensável (PEIRANO, 2006a, p. 15-16).

Muito embora Darcy, Galvão e RCO já tenham sido muito re-
futados –, tanto que o próprio Roberto ainda nos anos 1960 se opõe frontalmente ao paradigma da aculturação, contrapondo-se aos seus dois colegas –, não é por isso que se devem ter por obsoletos os seus trabalhos, já que “como todas as ciências, a etnologia evolui, enriquecendo-se pelo conhecimento de novos fatos e pela conquista de novas linhas de interpretação” (SCHADEN, 1979, p. X).

Opomo-nos diretamente à ideia de Viveiros de Castro (1999), segundo o qual, “a ideia de uma etnologia brasileira está na origem de uma ideologia da etnologia brasileira – uma ideologia brasileira da etnologia [...]” (VIVEIROS DE CASTRO, 1999, p.110). Nosso trabalho fez-se enfatizando aspectos da etnologia brasileira que lhe dão especificidade (RAMOS, 1990, p.452), dentre os quais “a atitude de compromisso político com a defesa dos direitos dos povos estudados”, principalmente, algo que demonstramos no decorrer do nosso texto, é muito recorrente em toda a América Latina e não apenas no Brasil. Para Ramos (1990, p.463), as conquistas metodológicas e teóricas de Ribeiro, sobretudo em “Os índios e a civilização” são importantes, mas são ofuscadas pela sua habilidade discursiva de transmitir aos leitores a sensação de desespero, injustiça, desamparo e irreversibilidade do contato para os índios, que são elementos centrais em sua interpretação sobre o Brasil, Já Cardoso de Oliveira, desloca o foco da aculturação para as relações sociais (RAMOS, 1990, p.463).

Concordamos com Santos (2017, p.9), segundo a qual “a trajetória de um homem nunca é apenas uma trajetória individual”, para compreendê-la é necessário lidar com projetos políticos, interesses pessoais, o acaso e as circunstâncias da época em que o sujeito viveu. Decifrar as ligações entre essas diferentes questões nos levou a encontrar contribuições e legados que mostram o fato de que “a ação que se pauta por individual, muitas vezes, só com o tempo se mostra coletiva”. Assim sendo, Eduardo Galvão (1921-1976), Darcy Ribeiro (1922-1997) e Roberto Cardoso de Oliveira (1927-2006) representaram contribuições relevantes às reflexões acadêmicas acerca das relações entre índios e não-índios no Brasil, além de perceberem o que as populações indígenas representam dentro da formação do imaginário e do pensamento social brasileiro.

Estamos de acordo com Debert (2004, p.143), segundo a qual “fazer história é estabelecer marcos”. Esperamos ter contribuído a partir do estudo destes autores e de seus conceitos enfatizados para o entendimento de particularidades em termos de vinculação teórica na etnologia brasileira entre 1947 e 1967 ao pontuar questões como o fato de que nos anos 1940 e 1950, a pesquisa em etnologia indígena no Brasil seguiu algumas orientações teóricas, dentre elas o estruturalismo alemão e a escola boasiana (Curt Nimuendaju, Herbert Baldus, Egon Schaden), o estrutural funcionalismo, o debate americano sobre raça e aculturação (Charles Wagley e Eduardo Galvão), o evolucionismo cultural (Darcy Ribeiro), marxismo, sociologia francesa e mexicana (Roberto Cardoso de Oliveira). Quando a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi criada em 1955, a mais antiga sociedade científica na área das ciências humanas no Brasil, nos debates que ocorreram nela, um tema “praticamente ignorado pela antropologia realizada na época nos contextos metropolitanos” ocupou um lugar de destaque: as teorias para a investigação do contato interétnico acompanhadas do papel ético e político do antropólogo quanto ao destino e a continuidade das coletividades indígenas por ele investigadas (OLIVEIRA FILHO, 2015, pp. 18-19).

Como em outras ciências humanas, no caso da antropologia e da etnologia não foi diferente, durante parte significativa do século XX, muito dessas diz respeito às disciplinas vizinhas, seja como inspiradoras, seja como contrapostas. Neste sentido, investigar o desenvolvimento da antropologia no Brasil após os anos 50 exige que examinemos ao menos, a sociologia principalmente, e a ciência política (PEIRANO, 1991). Há de inédito em nosso texto, a abordagem de três etnólogos que são muito importantes para a antropologia brasileira mais ou menos numa mesma época, mas em contextos diferentes, em princípio complementares em alguns pontos. São, acima de tudo, clássicos que merecem uma discussão ampla da parte de quem trabalha com etnologia.

Os três autores aqui abordados estão inseridos numa perspectiva em consonância com uma preocupação sobre os destinos das populações indígenas, vista como uma constante na etnologia Brasileira, desde Nimuendaju, Baldus e Schaden. A abordagem da “realidade nacional” por todos esses – e não apenas a indígena – permitiu-lhes, em alguma medida, “repensar os problemas colocados pelas teorias de aculturação, caracteristicamente descomprometidas com a sobrevivência das populações tribais” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1972, p.29).

REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Stella. 2001. **Roberto Cardoso de Oliveira**, um artífice da antropologia. Brasília: Paralelo 15 e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

ATHIAS, Renato. 2007. **A noção de identidade étnica na Antropologia Brasileira**: de Roquette Pinto a Roberto Cardoso de Oliveira. Recife: Editora Universitária da UFPE.

BOMENY, Helena. 2009. “Aposta no futuro: o Brasil de Darcy Ribeiro”. In: BOTELHO, André, SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras. p. 340-351.

CALVINO, Ítalo. 1993. **Por que ler os clássicos**. Tradução de Nelson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras. p. 9-16.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1972. **O índio e o mundo dos brancos** – uma interpretação sociológica da situação dos Tukúna. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 2ª edição.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1994. “O movimento dos conceitos na Antropologia”. **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 36, p.13-31.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1997. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 2ª edição.

COELHO, Haydée Ribeiro (Org.). 1997. **Darcy Ribeiro**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Literários da UFMG; Curso de Pós-Graduação em Letras – Estudos Literários. Série “Encontros com escritores mineiros”.

CORRÊA, M. 2013. **Traficantes do Simbólico & Outros Ensaios sobre a História da Antropologia**. Campinas, Editora Unicamp.

DEBERT, Guita Grin. 2004. “Formação e ensino”. *In*: TRAJANO FILHO, Wilson & RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). **O campo da antropologia no Brasil**. RJ: Contra Capa/ABA, p.143-161.

DURHAM, Eunice. 1982. “Os problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil”. **Revista Paulista de Antropologia**, n.25, p. 159-174.

FOUCAULT, Michel. 2011. “O que é um autor?”. *In*: QUEIROZ, Sônia (Org.). **O que é um autor?** Duas traduções para o português. Belo horizonte: FALE/UFMG, p.82-117.

GEERTZ, Clifford. 2005. Estar lá. *In*: GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2ª Ed, p.11-39.

HEREDIA, Beatriz Alasia. 2009. “Conexões: Roberto Cardoso de Oliveira e o Ensino de Antropologia na América Latina”. **Anuário Antropológico**, 2007-2008, p. 163-172.

LEVINHO, José Carlos. 2011. “Apresentação do Diretor do Museu do Índio”. *In*: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, p.9.

GALVÃO, Eduardo. 1973. Índios do Brasil: Áreas culturais e áreas de subsistência. UFBA – Centro Editorial e Didático, Salvador.

GONÇALVES, Marco Antonio. 1996. “Introdução”. *In*: GALVÃO, Eduardo. GALVÃO, Eduardo. **Diários de Campo de Eduardo Galvão: Tenetehara**,

Kaióá e Índios do Xingu. Organização, edição e introdução de Marco Antonio Gonçalves. Editora UFRJ; Museu do Índio – FUNAI, p.11-23.

MELATTI, Julio Cezar. 2007. **A antropologia no Brasil: um roteiro.** Brasília: Fundação Universidade de Brasília.

MELATTI, Julio Cezar. 2011. «Áreas Etnográficas da América Indígena. Por que áreas etnográficas?». *In:* <http://www.juliomelatti.pro.br/> Acesso em 29/01/2018.

MENEZES, Maria Lúcia Pires. 2000. **Parque Indígena do Xingu: a construção de um território estatal.** Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. 2012. **Pensando com Darcy Ribeiro.** Guararema, SP: Escola Nacional Florestan Fernandes.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 1996. "A paixão de um intelectual-ator". *In:* **Carta. Falas. Reflexões. Memórias.** Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, nº 16. (Informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro), p. 371-374.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 2002. "Os índios e a civilização". *In:* MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico.** (Vol.2), p.403-422.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. 2015. "Prólogo". *In:* BENZA, Alban. **Después de Lévi-Strauss.** Por una antropología de escala humana. Uma conversación com Bertrand Richard. México: FCE, p.9-25.

PEIRANO, Mariza. 1991. "Por um pluralismo renovado". *In:* BOMENY, Helena & BIRMAN, Patrícia (Org.). **As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil.** Rio de Janeiro: IFCH/UERJ/Relume-Dumará, p.43-51.

PEIRANO, M. 1995a. "Desterrados e Exilados: Antropologia no Brasil e na Índia". *In:* CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (org.). **Estilos de Antropologia.** Campinas: Editora da Unicamp, p. 13-30.

PEIRANO, M. 1995b. **A favor da etnografia.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

PEIRANO, M. 2006a. "Onde está a antropologia?" *In:* **A teoria vivida:** e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, p.15-36.

PEIRANO, M. 2014. "Etnografia não é método". **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez.

RAMOS, Alcida Rita. 1990. "Ethnology Brazilian Style". **Cultural Anthropology,** Vol. 5, n. 4, p. 452-472.

RAMOS, A. R. 2010. Revisitando a etnologia à brasileira. *In*: C. B. Martins; L. F. D. Duarte (Orgs.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil**: antropologia. São Paulo: ANPOCS, p. 25-49.

RIBEIRO, Darcy. 1979. "Prefácio". *In*: GALVÃO, Eduardo. **Encontro de Sociedades** – índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.11-15.

RIBEIRO, Darcy. 1994. Entrevista com Darcy Ribeiro. Entrevista concedida a Luís Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Pereira. São Paulo: 1991. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n.4, p.103-123. Entrevista concedida a Luís Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Pereira.

RIBEIRO, Darcy. 1997. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras.

RIBEIRO, Darcy. 2005. "Manoel Bomfim, Antropólogo" (prefácio). *In*: BOMFIM, Manoel. **América Latina**: Males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, p.11-22.

RIBEIRO, Darcy. 2007. **Darcy Ribeiro** – Encontros. Apresentação de Guilherme Zarvos. Rio de Janeiro: Beco do Azogue (Série Encontros).

RUBEN, Guillermo Raul. 1992. "A teoria da identidade na antropologia: um exercício de etnografia do pensamento moderno". *In*: CORRÊA, Mariza. **Roberto Cardoso de Oliveira**. Campinas: IFCH/UNICAMP, p. 79-97.

SANTOS, Rita Cássia Melo. 2017. "Caminhos da Antropologia no Brasil". LEITÃO, Wilma Marques (Org.). **Legados de Charles Wagley na Amazônia**. Belém: EditAEDI. p. 9-11.

SCHADEN, Egon. 1979. "Apresentação à 2ª Edição". *In*: BALDUS, Herbert. **Ensaio de etnologia brasileira**. São Paulo: Editora Nacional; [Brasília]: INL, 2ª Edição. p. IX-XI.

SELL, Carlos Eduardo & MARTINS, Carlos Benedito (Orgs.). 2017. **Teoria Sociológica Contemporânea**. São Paulo: SBS/Annablume, 1ª Ed. p.17-18.

SILVA, Orlando Sampaio. 2000. "O Antropólogo Herbert Baldus". **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v.43, n.2, p.23-79.

SILVA, Orlando Sampaio. 2011. "Eduardo Galvão e o ensino e a pesquisa em Antropologia Social". *In*: MAGALHÃES, Sônia; SILVEIRA, Isolda; SANTOS, Antônio Maria (org.). **Encontro de Antropologia: homenagem a Eduardo Galvão**. Manaus: EDUA/MPEG. p. 41-51.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. 2015. **Darcy Ribeiro: a razão iracunda**. Florianópolis: Ed. da UFSC.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1999. "Etnologia brasileira". *In*: MICELLI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré; Anpocs; Capes. p. 109-223.

5

Heloísa Maria Teixeira

o nascimento de um antropólogo:

a transformação intelectual
de Arthur Ramos vista a partir
de sua correspondência (1935-1949)

INTRODUÇÃO

Arthur Ramos nasceu em Pilar, Alagoas, no ano de 1903. Em 1926, formou-se médico pela Faculdade de Medicina da Bahia. Neste mesmo ano, defendeu a tese *Primitivo e Loucura*. Nesse período, conheceu os estudos de Raimundo Nina Rodrigues sobre a cultura religiosa de origem africana na Bahia.⁷ A partir desse contato, iniciou-se seu interesse pela cultura afro-brasileira. Nas duas décadas seguintes, firmou-se como um dos principais estudiosos sobre o negro na identidade brasileira.

Nomeado, por Anísio Teixeira, chefe da seção técnica de Ortofrenia e Higiene Mental do Departamento de Educação da Secretaria Geral de Educação e Cultura, no Distrito Federal, mudou-se, em 1934, para o Rio de Janeiro. Na mesma época, tornou-se professor de Psicologia Social na Universidade do Distrito Federal e, posteriormente, foi professor de Antropologia e Etnologia na Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), criada no ano de 1939.

Juntamente com outros intelectuais nordestinos, como Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira e Édison Carneiro, formou um centro para pesquisa das relações raciais no Brasil, consagrado como *Escola Nina Rodrigues*. Radicados no Rio de Janeiro, a atuação conjunta desses intelectuais permitiu a edição ou reedição dos trabalhos de Nina Rodrigues e dos membros do próprio grupo, através da Coleção Biblioteca de Divulgação Científica dirigida por Arthur Ramos e publicada pela Editora Civilização Brasileira. Segundo Mariza Corrêa, a partir da Escola Nina Rodrigues, solidificou-se a perspectiva africanista dos estudos etnográficos realizados na Bahia. Intitulados discípulos de Nina, os idealizadores da Escola revisitaram os materiais de campo coletados

7 Nina Rodrigues (1862-1906), médico e pesquisador baiano, analisou fenômenos médicos na população afro-baiana guiando-se pelo racismo biológico. Como médico, a preocupação de Nina era entender os motivos patológicos da criminalidade e de outros comportamentos considerados desviantes e anormais, supostamente observáveis nos candomblés.

pelo mestre em Salvador no final do século XIX – que foram, antes, interpretados à luz de teorias do racismo científico – e ressignificaram sob um viés culturalista⁸.

Foi através da circulação da obra *O negro brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise* (1934) que Arthur Ramos iniciou uma série de debates com cientistas sociais norte-americanos vinculados à Antropologia Culturalista, que, a partir de então, exerceram grande influência em suas obras⁹. As mudanças metodológicas já puderam ser sentidas nos trabalhos seguintes.

No final do ano de 1940, partiu em viagem de estudos aos Estados Unidos, permanecendo lá até agosto de 1941. Volta ao Brasil reconhecido como o mais importante antropólogo do país. Em 1942, fundou a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (SBAE). Terminou sua vida como diretor do Departamento de Ciências Sociais da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), cargo que ocupou por apenas três meses. Sua trajetória foi inesperadamente interrompida em outubro de 1949, data do seu falecimento.

- 8 Segundo o antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte, é reconhecível a importância de Nina Rodrigues para a formação de Arthur Ramos, entretanto, este “transmutou essa herança – afirmada por ele –, em patamares muito diferentes, muito mais amplos e complexos de interpretação dos fenômenos culturais brasileiros” (DUARTE, 1999, p.20).
- 9 A etnologia cultural era predominantemente evolucionista até o início do século XX. De acordo com esse paradigma, os princípios para o desenvolvimento de todas as sociedades seriam idênticos; os costumes estariam de acordo com determinadas leis gerais de desenvolvimento, que estabelecem processos unilineares e teleológicos de evolução cultural. Assim, toda sociedade passa por graus e estágios de cultura em diferentes ritmos. Dessa forma, haveria apenas um caminho possível de desenvolvimento cultural e que seria representado, como finalidade, pela civilização ocidental europeia. Franz Boas entende que não há um único percurso possível de desenvolvimento cultural. Para ele, o desenvolvimento cultural tal como se deu no Ocidente não poderia ser transposto para outras sociedades. Para estudar a cultura de cada povo, Boas buscava um fundamento histórico e particularista, indicando a história de um fenômeno como dado essencial para sua compreensão, já que seria marcado pela sua trajetória particular, pelas determinações que motivaram seu desenvolvimento num contexto específico. Assim sendo, os enunciados sobre uma cultura só poderiam ser verdadeiros em relação àquela cultura particular, não podendo ser aplicados às outras, portadoras de desenvolvimentos históricos distintos (MARCUSI, 2016; STOCKING Jr.1999).

Arthur Ramos deixou uma produção de mais de 500 obras, entre livros e artigos. Dentre seus estudos, destacamos: *O negro brasileiro* (1934); *Estudos do folclore* (1935); *As culturas negras no Novo Mundo* (1937); *Introdução à antropologia brasileira* (dois volumes editados nos anos de 1943/1947); *As Ciências Sociais e os problemas do pós-guerra* (1944); *A mestiçagem no Brasil* (1952); *O negro na civilização brasileira* (1956). Pretendemos analisar o caminho percorrido pelo intelectual em busca do conhecimento em Antropologia através das correspondências ativa e passiva estabelecidas entre ele e seus maiores interlocutores – Donald Pierson, Lynn Smith, Melville J. Herskovits, Rüdiger Bilden, Lewis Hanke, entre outros – e de sua viagem aos Estados Unidos, para seminários e visitas a várias universidades daquele país. As correspondências de Ramos desvelam um intenso intercâmbio de textos, experiências de pesquisas, comentários, pareceres e divulgação das produções sobre os africanismos no Novo Mundo. A correspondência analisada encontra-se no Arquivo Arthur Ramos, tutelado pela Fundação Biblioteca Nacional.

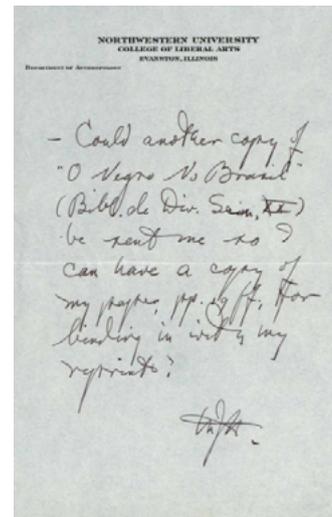
A PUBLICAÇÃO DE *O NEGRO BRASILEIRO* E A VIRADA INTELLECTUAL DO DOUTOR RAMOS

A publicação de *O negro brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise*, em 1934, teve grande repercussão entre os estudiosos brasileiros e estrangeiros. Esta repercussão incitou uma rede de contatos que extrapolou os limites nacionais e envolveu sobretudo intelectuais estadunidenses vinculados à Antropologia Culturalista, exercendo grande influência na obra de Ramos. A antropóloga Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros afirma que a partir da publicação de *O negro brasileiro*, Arthur Ramos atuará

como médico psiquiatra e antropólogo, até a morte. Construindo seu próprio espaço, fez também a projeção da Antropologia, com o instrumental teórico em voga, inicialmente a linguagem psicanalítica e em seguida o culturalismo (BARROS, 2000, p.29).

Um dos primeiros intelectuais norte-americanos a exercer influência sobre o pensamento de Arthur Ramos foi Melville Herskovits – um dos pesquisadores mais importantes da área de relações raciais naquela época nos Estados Unidos, discípulo de Franz Boas e internacionalmente conhecido por suas pesquisas sobre o continente africano e sobre os africanismos no Novo Mundo.

Foi Herskovits quem iniciou o contato com Ramos, através de um bilhete solicitando um exemplar de *O negro brasileiro*.



HERSKOVITS, Melville J. Bilhete a Arthur Ramos solicitando cópia de *O negro brasileiro* (AAR / BN, I-35, 31, 1.428, Illinois, [s. d.]).

Em 31 de dezembro de 1935, um dia após ter em mãos *O negro brasileiro*, Melville Herskovits escreve a Ramos acusando o recebimento dos livros enviados (*O negro brasileiro*; *Os africanos no Brasil*, de

Nina Rodrigues; e *A escravidão no Brasil*, de Evaristo de Moraes)¹⁰. A animação de Herskovits por *O negro brasileiro* é visível:

Os livros chegaram a mim apenas ontem, obviamente não me foi possível mais que folheá-los, mas, ainda assim, há um número de questões que gostaria de fazer-lhe. A primeira delas diz respeito às peças mostradas nas Figuras 4, 5, 34 e 35. Elas se assemelham tanto às peças que eu mesmo coletei no Daomé e Nigéria que eu gostaria de ter certeza de que é correta a minha impressão sobre sua proveniência brasileira. Se este for o caso, então, seus negros brasileiros mantiveram não apenas a técnica de escultura em madeira, mas os mesmos detalhes do estilo da África Ocidental em um grau não encontrável em nenhum outro lugar (AAR/BN, I-35, 31, 1.429, Illinois, 31/12/1935)¹¹.

Herskovits também observa que

muitas das canções têm assuntos que as conectam muito com os dados haitianos que eu colhi numa viagem de campo no penúltimo verão. Deste modo, a Zambiapongo sobre a qual você falou na página 81 é o mesmo que Zambi ampaka dos haitianos, que da mesma forma, tem Lemba como uma de suas divindades Petro (AAR/BN, I-35, 31, 1.429, Illinois, 31/12/1935).

10 O sociólogo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães afirma que a correspondência entre Ramos e Herskovits inicia-se por recomendação de Gilberto Freyre. Em carta enviada ao estadunidense, em 18 de julho de 1935, Freyre diz: “Escrevi a meus editores em São Paulo para que lhes mandem os livros. Eles publicaram sobre a antropologia e sociologia do negro e do Brasil em geral vários livros, incluindo Nina Rodrigues *Os africanos no Brasil*, Evaristo de Moraes *A Escravidão no Brasil*, Arthur Ramos *O Negro Brasileiro*”. Carta de Gilberto Freyre dirigida a Herskovits, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1935 (GUIMARÃES, 2004, p.188). Em carta destinada ao sociólogo Rüdiger Bilden, datada de 3 de fevereiro de 1936, Arthur Ramos agradece a Gilberto Freyre pelo contato. Nessa carta Arthur Ramos escreve: “há algum tempo eu venho dedicado aos estudos do problema do negro no Brasil, segundo a escola do meu eminente mestre, o falecido Nina Rodrigues, da Bahia, o iniciador de todos os estudos entre nós. Fico muito grato ao nosso comum amigo Gilberto Freyre por ter me posto em contato com seu nome. Espero de agora em diante, mantermos um intercâmbio de ideias e bem assim avistá-lo pessoalmente por ocasião da sua próxima viagem ao Brasil” (BN/AAR, I-35,13,43, Rio de Janeiro, 3/2/1936[7]).

11 As figuras apresentadas por Arthur Ramos em seus livros também foram admiradas por Roger Bastide. Em carta escrita em 26 de maio de 1939, Bastide revela que Theodore Monod, diretor do Instituto Francês da África Negra em Dakar, ao tomar conhecimento da obra *As culturas negras no Novo Mundo*, de autoria de Ramos, perguntou-lhe se as esculturas de Exu, Erê e Xangô da figura 9 do seu livro, são objetos de origem africana antiga ou recente ou objetos brasileiros. Continuando, Bastide comenta: “eu acho que eles são definitivamente objetos brasileiros; mas eu não quero responder a ele sem me informar com você” (AAR/BN, I-35, 22, 622, São Paulo, 26/5/1939).

Herskovits ainda destaca o sincretismo descrito na obra envolvendo as religiões de origem africana.

Particularmente interessante nesse contexto são suas Figuras 19 e 20 que eu poderia quase duplicar com fotografias do Haiti, uma das quais, mostrando um altar vodu com símbolos católicos, eu estou anexando, já que pode lhe interessar. É esta combinação das religiões africanas e europeias que, para mim foi, de longe, o aspecto mais interessante da religião haitiana (AAR/BN, I-35, 31, 1.429, Illinois, 31/12/1935).

As transcrições acima revelam a satisfação de Herskovits, estudioso dos africanismos na América, ao descobrir que a Bahia mantinha tradições religiosas semelhantes às do Daomé, de onde vieram parte dos africanos escravizados para a América e do Haiti, ex-colônia francesa que recebeu milhares de escravos africanos por quase três séculos. Tal descoberta corroborava sua hipótese de que as culturas negras em toda a América eram pontuadas de sobrevivências africanas.

Nesta mesma carta, Herskovits envia a Arthur Ramos algumas de suas publicações. Em seu agradecimento, Ramos lamenta “não ter conhecido antes os seus valiosos trabalhos para citação nos meus livros. Estou lendo-os com muita atenção e proveito e conto divulgá-los o mais largamente possível para o público brasileiro” (AAR/BN, I-35, 15, 172, Rio de Janeiro, 28/2/1936. Grifos do autor).

É o início de uma estreita cooperação intelectual que se estenderá até a morte de Ramos em 1949. Ao todo, o Arquivo Arthur Ramos da Biblioteca Nacional guarda 72 cartas trocadas pelos dois pesquisadores, sendo 27 escritas por Ramos e 45 escritas por Herskovits.

Em 1935, ano de início do intercâmbio com Arthur Ramos, o africanista americano tinha 45 anos e estava solidamente estabelecido na Northwestern University (GUIMARÃES, 2004, p.171). Arthur Ramos tinha 32 anos, era médico de formação e professor de Psicologia Social na Universidade do Distrito Federal.

A leitura das missivas permite-nos acompanhar os dois intelectuais no período de 1935 a 1949. Pela correspondência, tomamos conhecimento das pesquisas em andamento, viagens de estudos, livros publicados, projetos, etc., de modo que poderíamos construir a trajetória acadêmica dos estudiosos apenas com a análise da troca epistolar. Além das atividades realizadas, as cartas revelam indicações de bibliografia, comunicação de congressos e seminários, informações sobre bolsas de estudo.

Desde o início, Herskovits coloca-se no “papel de ensinar, recomendar, sugerir e, principalmente, viabilizar o treinamento profissional do colega doutor” (GUIMARÃES, 2004, p.174). Aos poucos, o brasileiro se apropria dos conceitos e metodologias da Antropologia Cultural americana. Em carta datada de 26 de maio de 1936, Ramos confessa a Herskovits que “as suas pesquisas me esclareceram sobre muitos problemas relacionados com a vida dos negros no Novo Mundo e especialmente no Brasil” (AAR/BN, I-35, 15, 173, Rio de Janeiro, 26/5/1936).

Para Herskovits, conforme revela-nos Antônio Sérgio Guimarães,

o encontro com Ramos abria-lhe as portas do mundo intelectual brasileiro e do mundo “africano” da Bahia, um dos mais bem “conservados” das Américas. De fato, para Herskovits, Ramos representou certamente um enorme avanço no seu projeto de pesquisa intercontinental sobre a cultura dos povos africanos trazidos para as Américas. Se, em 1930, ao publicar no *American Anthropologist* a sua declaração sobre o “negro no Novo Mundo”, Herskovits via-se forçado a retirar os negros do Brasil de sua escala de “africanismos no comportamento cultural” “porque [tinha] poucos dados sobre os quais se basear”, em 1955, em sua *Cultural Anthropology*, já podia colocar o Brasil na terceira posição de sua escala, logo abaixo do Suriname e do Haiti (GUIMARÃES, 2004, p.172)¹².

12 Conforme revela-nos Guimarães, o interesse de Herskovits pelos estudos de Ramos “não pode nos impedir de ver o fato de que era grande a dessimetria de posições institucionais entre eles, no mundo científico. Como nos ensina Stocking, a Antropologia já se encontra bem estabelecida nos Estados Unidos em 1935 (...), enquanto, no Brasil, ainda não havia um único Departamento de Antropologia nas recém-criadas universidades” (GUIMARÃES, 2004, p.173).

Assim, a análise da correspondência entre os dois estudiosos revela Herskovits interessado em obter informações sobre os negros do Brasil e Ramos interessado em se aprofundar no estudo da Antropologia Cultural. A leitura das obras enviadas por Herskovits é sempre um aprendizado para Arthur Ramos, sobretudo no que tange às metodologias do trabalho de campo. Vejamos o que disse Ramos ao comunicar o recebimento do livro *Suriname Folk-lore*, de autoria do Melville Herskovits junto com Francis Herskovits, sua esposa: “não tenho palavras para lhe exprimir toda a minha admiração, em ler uma obra tão bem documentada, tão rica em ensinamentos, tão completa, sobre o folclore dos negros da Guiana Francesa” (AAR/BN, I-35, 15, 176, Rio de Janeiro, 24/2/1937).

Como fruto desse intercâmbio intelectual, meses depois, em maio de 1937, o alagoano escreve a Herskovits comunicando que estava terminando *As culturas negras do Novo Mundo*¹³. De acordo com Ramos, essa obra é o resultado da síntese de trabalhos realizados por pesquisadores dos Estados Unidos, Cuba, Haiti, entre outros, sobre os africanismos nas Américas (AAR/BN, I-35, 15, 177, Rio de Janeiro, 11/6/1937).

Em maio de 1937, Herskovits escreve a Arthur Ramos informando-o que está preparando um aluno, Sr. William Bascom, para uma pesquisa de campo entre os Iorubás da Nigéria. Segundo o americano,

tendo em vista o fato de que muito da cultura do negro brasileiro mostra sobrevivências dos costumes Iorubás, gostaria de saber se há pontos levantados por você em sua pesquisa que possam ser esclarecidos por ele em sua investigação de campo na própria África (AAR/BN, I-35, 31, 1437, Illinois, 8/5/1937).

Em 17 de agosto, Ramos lista seus questionamentos:

13 A partir do intercâmbio com Herskovits, Ramos volta-se para a Antropologia Culturalista, materializada em *As culturas negras no Novo Mundo*. Nesse trabalho, o autor localiza o Brasil no contexto do Novo Mundo, com base nas sobrevivências culturais africanas observadas na América, combinando as áreas de cultura definidas por Melville Herskovits às teorias da Psicologia Social. (SILVA, 2015, p.202).

1. Qual a percentagem dos povos da Nigéria que fala o iorubá?
2. Tem-se o iorubá conservado puro ou tem sofrido deformações por contatos culturais (com outras línguas vizinhas?)
3. Qual a extensão da literatura escrita (em Lagos, por exemplo) – a existência de livros de leitura em língua nagô?
4. Até que ponto as culturas religiosas se conservaram puras até hoje?
5. Os mitos iorubás conservaram-se na tradição oral até os nossos dias?
6. Será possível avaliar se houve contaminação secundária na religião e folclore com os reflexos comerciais de Lagos com o Brasil?
7. Os contos populares do ciclo da tartaruga (awon) têm origem totêmica?
8. Conservam os negros da Nigéria a memória do tráfico de escravos para o Brasil?
9. Na hipótese afirmativa, houve alguma sobrevivência deste fato na tradição oral?
10. Desejaria ter informação da coletânea de contos, provérbio e adivinhas, existentes atualmente entre os negros da Nigéria. (ARR/BN, I-35, 15, 178, Rio de Janeiro, 17/8/1937. Grifos do autor).

Em 14 de novembro, Herskovits retoma o diálogo afirmando que tais questionamentos já haviam sido, em boa medida, estudados pelas pesquisas antropológicas realizadas pelas universidades americanas. Ele próprio já havia realizado pesquisa de campo na Nigéria, o que o tornava habilitado para responder as questões propostas por Ramos.

A partir dessa carta, Arthur Ramos compreende a necessidade de intensificar seus estudos no campo da Antropologia. Para tanto, manifesta o desejo de realizar uma viagem de estudos aos Estados Unidos. Em 30 de maio de 1938, escreve a Herskovits:

Sinto a necessidade inadiável de me pôr em contato direto com universitários americanos, e especialmente, com a Universidade de Northwestern e a de Chicago, no sentido de unificar os esforços metodológicos para os estudos de raça e de cultura no Novo Mundo. (...). Espero uma fala de animação de sua parte, pois o meu desejo mais ardente é aproximar cada vez mais o Brasil da América do Norte, o que poderemos fazer no setor universitário. Demais, para a nossa época, é premente um ponto de vista comum sobre problemas de raça e de cultura, especialmente sobre o negro no Novo Mundo (AAR/BN, I-35, 15, 180, Rio de Janeiro, 30/05/1938)¹⁴.

Continuando, o alagoano lamenta que as instituições culturais brasileiras não possuam fundos para financiar viagens longas de pesquisa. Para alcançar tal intento, seria necessário ajuda das agências de fomento externas. Desse modo, inicia um diálogo com os responsáveis pelo programa de bolsas para brasileiros da Fundação Guggenheim. Nesta mesma carta, cita o contato com o professor Lewis Hanke – historiador e responsável pela criação do Committee of Latin American Studies da Universidade de Harvard – que estava em viagem de estudos ao Brasil, coletando e convidando intelectuais brasileiros para contribuírem

14 Ramos manifestava o desejo de frequentar os seminários de Robert E. Park, em Chicago, e de Melville Herskovits, em Northwestern. Park esteve no Brasil em viagem de estudos no ano de 1937. Foi Donald Pierson quem aproximou Ramos de Park, seu professor. Em carta a Ramos, Pierson incluía a viagem de Park ao Brasil dentro da política de “intercâmbio cultural”: “Concordo completamente consigo em dizer que intercâmbio cultural entre o Brasil e a América do Norte deve ser aumentado. Tenho desejo sincero de contribuir como posso a este fim. Em mês de julho deve chegar ao Brasil meu grande mestre, dr. Robert E. Park, estudioso profundo em matérias de sociologia, especialmente a respeito de questões de raça. Eu lhe dei o seu endereço, pedindo que o visitasse quando ele chegar ao Rio” (AAR/BN, I-36,1,2.131, Bahia, 11/05/1937). O interesse de Ramos em Chicago mantém-se mesmo após ter aceitado o cargo de professor visitante na Louisiana State University. “Embora tenha ido a Chicago, Ramos nem se encontrou com Park – nessa época vivendo em Nashville como professor do Departamento de Ciências Sociais da Fisk University (...). Em carta a Park, Pierson lamentaria o forte vínculo de Ramos às idéias de Melville Herskovits. Carta de Donald Pierson a Robert E. Park, 26 jan. 1941. Robert Park Collection, Fisk University (CUNHA, 2004).

para a edição do *Handbook of Latin American Studies* de 1937¹⁵. Foi Hanke quem iniciou o contato entre Ramos e a Guggenheim.

O plano de uma viagem imediata é interrompido pela indisponibilidade de bolsas para brasileiros no ano de 1938 pelas agências de fomento norte-americanas. Somente um ano depois o programa de bolsas de estudos Guggenheim para brasileiros tornou-se fato.

Arthur Ramos se candidata à bolsa, embora, nesse momento (outubro de 1939) já tenha recebido uma oferta profissional do Dr. Lynn Smith¹⁶, chefe do Departamento de Sociologia da Universidade da Louisiana para lecionar um curso sobre raças e relações das raças e culturas no período de 1º de fevereiro a 31 de março de 1940, naquela instituição. A carta dirigida a Ramos com o convite foi escrita em 13 de outubro de 1939. Pouco mais de uma semana, em 24 de outubro de 1939, Ramos já respondia ao convite de Smith dizendo que

a possibilidade que o amigo me acena de realizar um curso de raças e relações de raças em sua universidade me deixa muito honrado, mas eu só contava poder realizá-lo no ano letivo de 1940-1941 (...) conforme tínhamos conversado durante sua estadia aqui. Torna-se muito difícil para mim ausentar-me de nossa

15 Segundo Lewis Hanke tratava-se de um esforço “para obter a cooperação interessada a todos os escritores sobre a América Latina” (BN/AAR, I-35, 30, 1.391 (Cambridge, Massachusetts, 28 de agosto de 1937). Entre esses intelectuais estava Arthur Ramos, com quem estabeleceu uma troca de correspondência entre os anos de 1937 a 1949. O contato entre os dois inicia-se quando, em 5 de abril de 1937, a pedido de Donald Pierson (à época vinculado a Universidade de Chicago e que encontrava-se em pesquisa de campo na Bahia) Ramos envia-lhe um artigo intitulado *Estudos Antropológicos e Sociológicos do Brasil* para ser submetido ao corpo editorial da *Handbook of Latin American Studies* (BN/AAR, I-35, 15, 161 (Rio de Janeiro, 5 de abril de 1937). O artigo chegou às mãos de Hanke em 12 de julho de 1937, conforme descreve a correspondência (BN/AAR, I-35, 30, 1.389 (Massachusetts, 12 de julho de 1937). A publicação ocorreu em novembro do mesmo ano e foi amplamente divulgado entre a intelectualidade brasileira (BN/AAR, I-35, 30, 1.390 (Massachusetts, 20 de julho de 1937).

16 Thomas Lynn Smith (1903-1976), sociólogo norte-americano dedicado aos estudos do mundo rural. Esteve diversas vezes o Brasil, desenvolvendo atividades de ensino e pesquisa entre as décadas de 1930 e 1950. Desde 1931, Smith ocupava o cargo de professor assistente na Universidade Estadual de Louisiana. “T. Lynn Smith voltou seus interesses para a América Latina em meados dos anos de 1930, em um momento em que o trabalho de campo no exterior se tornava cada vez mais comum entre os sociólogos norte-americanos” (LOPES; MAIO, 2017, p.3). Em 1947 ingressou como docente da Universidade de Vanderbilt, no Tennessee.

universidade no período estimado de 1º de fevereiro a 31 de março, de modo que desejo perguntar-lhe se a universidade da Louisiana mantém esse convite, nas mesmas condições propostas, para o período idêntico ao primeiro no segundo semestre de 1940-1941 (outubro a janeiro ou fevereiro a maio, à sua deliberação). Se isto for possível, seria muito preferível para mim (AAR/BN, I-35, 19, 404, Rio de Janeiro, 27/10/1939).

É importante destacar que desde agosto de 1939, Ramos era o catedrático da disciplina de Antropologia e Etnologia da recém-criada Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Sanadas as dificuldades de agenda, ficou acertado que Arthur Ramos ministraria seus cursos de “Raças e culturas do Brasil” e “Relações de raça” no período de 9 de setembro de 1940 a 25 de janeiro de 1941.

Em 24 de agosto de 1939, Arthur Ramos e esposa embarcam no navio Delmundo em direção a Luisiana. Em carta dirigida a Smith, Ramos expõe o desejo de esticar sua estadia nos Estados Unidos após o término dos cursos ministrados na Louisiana (AAR/BN, I- 35, 19, 409, Rio de Janeiro, 5/8/1940). Esse desejo é também manifestado em carta escrita a Melville Herskovits. Para o antropólogo estadunidense, Ramos menciona o interesse de realizar estudos na Universidade de Northwestern. Diz Ramos:

O meu curso sobre Raças e Culturas no Brasil na Universidade da Louisiana durará de 9 de setembro a 31 de Janeiro. Pretendo seguir logo depois imediatamente para o norte e visitar Chicago e Evanston, com o fim especial de conhecer a universidade de Chicago e a Northwestern University onde terei o prazer de conhecê-lo pessoalmente. Antecipadamente lhe agradeço quaisquer arranjos ou facilidades para uma estadia de três meses de estudos em sua Universidade. Obtive da Guggenheim Foundation apenas 25% da quantia destinada aos fellowships para estudiosos do Brasil, em vista do estipêndio que vou receber da Louisiana State University (AAR/BN, I-35,15, 185, Rio de Janeiro, 1/8/1940).

Em resposta, Herskovits afirma estar ansioso para recebê-lo. Na mesma carta, convida-o para dirigir um seminário sobre raças e povos

do Brasil, durante no segundo semestre de 1941 na Northwestern University. Melville Herskovits oferece a quantia de \$500 como honorário pelo curso. Nesta mesma ocasião, Herskovits convida Ramos também para participar do encontro anual da *American Anthropological Association*, a realizar-se na Filadélfia, durante o recesso natalino de 1940.

Eu sei que é um longo caminho da Louisiana para a Costa Leste, mas isto tornaria possível, para você, reunir-se com todos e, para nós, combinar alguns debates sobre o campo de estudos comparativos sobre o negro. (AAR/BN, I-35, 31, 1.447, Illinois, 8/9/1940).

Neste momento, Ramos está em Nova Orleans e já havia começado seu curso na Louisiana State University. Em carta escrita a Herskovits, em 17 de setembro, Ramos aceita o convite para realizar o seminário sobre raças e povos do Brasil na Northwestern University. Trata-se, nas palavras do alagoano, de “uma magnífica oportunidade de haver um contato mais íntimo com os estudantes da sua universidade interessados naqueles assuntos. Creio que poderei estar aí nos primeiros dias de fevereiro, fazendo um curso de três meses, até o começo de maio” (AAR/BN, I-35, 15, 186, Louisiana, 17/9/1940).

Na mesma carta, Ramos diz estar apreciando muito a estadia e a receptividade. Estudantes e professores tinham grande interesse sobre “os problemas de raças e de culturas no Brasil”. E diz: “tenho aproveitado as horas vagas para estudar e observar a vida do negro nas plantações da Louisiana e em outros atos da sua vida social, do ponto de vista antropológico e sociológico, e será excelente trocarmos depois nossas impressões”. (AAR/BN, I-35, 15, 186, Louisiana, 17/9/1940)¹⁷.

17 Entretanto, conforme salienta Olívia Maria da Cunha, “Ramos preferiu manter o silêncio, ainda que seus interlocutores lhe pedissem comentários e até pesquisas sobre a ‘situação dos negros no Sul’. Ramos, ao contrário, referiu-se vagamente a aspectos ligados ao ‘folclore negro na Louisiana’ para abordar o ‘problema das raças’ no Brasil. Ramos passou alguns meses de sua estada nos EUA numa típica cidade do Sul sob o Jim Crow, entretanto não mencionou a existência de linchamentos, *high schools* e *colleges* segregados. Nem assinalou a permanente tensão racial em Chicago, a timidez dos *campi* liberais e supostamente dessegregados nas cidades do Norte” (CUNHA, 1999, p.89).

Por fim, lamenta não poder comparecer a reunião anual da American Anthropological Association, na Filadélfia, durante recesso do natal. “Creio que a longa distância e as minhas obrigações aqui não me permitirão ausentar-me nesse período” (AAR/BN, I-35, 15, 186, Louisiana, 17/09/1940). Ramos não comparece, mas participa com um paper intitulado *Acculturation among the Brazilian Negroes* (1941), onde divulga a “filosofia” das raças existentes no Brasil, em painel organizado por Herskovits. Sobre o paper, ressalta: “Escrevi o pequeno artigo às pressas, apenas para dar uma idéia do processo de aculturação entre os negros do Brasil. Contudo, se o senhor quiser, pode publicá-lo em qualquer revista que julgar conveniente.”

Da Louisiana State University, Ramos seguiria para três meses de estadia na Northwestern University (Illinois). Porém, antes de chegar a Evanston, Ramos proferiu conferências em várias universidades da região oeste: Stanford (Califórnia), Berkeley (Califórnia), Howard (Washington) e Brigham Young (Utah)¹⁸.

De fevereiro a abril de 1941, Ramos permaneceu na Northwestern University, em Evanston, no estado de Illinois, onde permaneceu em convívio diário com Herskovits. Lá, Arthur Ramos ministrou palestras e participou de um seminário proferido pelo antropólogo americano sobre aculturação. Nesse período, ganhou o título de *Honorary Research Associate in Anthropology*.

Conforme carta escrita por Herskovits em 7 de fevereiro de 1941, o primeiro evento de Ramos na Northwestern University seria uma palestra intitulada *The race problem in Brazil*. A palestra abriria um evento dedicado às relações inter-raciais organizado pelos alunos.

18 “Conferências e mesas redondas na costa Oeste: 2/2/1941 – Berkeley – “The general characteristics of Brazilian Civilization”; 3/2/1941 – Berkeley – “Problems of acculturation in Brazil”; 4/2/1941 – Berkeley – “Negro cultures of Brazil”; 12/2/1941 – Utah – Brigham Young University – “Races and Cultures of Brazil”” (GUIMARÃES, 2004, p.170).

Os alunos levantaram fundos para cobrir o custo deste evento e para suprir um honorário de \$50 para os principais palestrantes, o que eu creio que será satisfatório para você. Isso dará uma oportunidade para apresentar suas pesquisas sobre relações de raça no Brasil para um grupo de mentes jovens e zelosas (AAR/BN, I-35,31, 1433, Illinois, 7/2/1941).

Em missiva de 6 de fevereiro, F. Stuart Chapin¹⁹ convida Ramos para palestrar duas conferências em Minnesota University no final daquele mês (AAR/BN, I-35, 14, 93, Louisiana, 19/2/1941). Devido aos compromissos na Northwestern University, o evento foi remarcado para os dias 3 e 4 de abril. A programação final ficou assim estabelecida:

Quinta-feira, 3 de abril – um jantar às 18 horas e Mesa Redonda sobre Relações Internacionais, um grupo de talvez quarenta membros do corpo docente. Sugerimos que o assunto desta palestra seja “Problemas raciais na América do Sul”. A segunda palestra seria sexta-feira à tarde às 15h30 sobre o tema “As raças e culturas do Brasil” (AAR/BN, I-35, 26, 1.008, Minneapolis, 25/2/1941).

Antes da palestra do dia 4, Chapin planeja um almoço com membros dos departamentos de sociologia e antropologia e outros estudiosos que visitaram países sul-americanos a fim de estreitarem relações (AAR/BN, I-35, 26, 1.011, Minneapolis, 24/3/1941).

Depois de Minnesota, Ramos seguiu para Chicago, Illinois, onde participou do congresso da *American Association of Physical Anthropologists* realizado entre os dias 7 e 8 de abril de 1941. De Chicago, Ramos seguiu para Nova Iorque, onde seria conferencista na Colúmbia²⁰.

Em carta datada de 11 de abril de 1941, Herskovits traçou um roteiro para o alagoano a partir de sua chegada à Nova Iorque, ainda naquele mês. Vejamos o percurso sugerido:

19 Francis Stuart Chapin (1888-1974) foi um sociólogo e educador americano, professor de sociologia na Universidade de Minnesota de 1922 a 1953.

20 “Conferências na costa Leste: 18/4/1941 – Columbia – “Acculturation among Negroes”; 19/4/1941 – Yale – “Cultural syncretism in Brazil”; 22 e 23/4/1941 – Howard – “The Negro in Brazil”. Fonte: Ramos (1945)” (GUIMARÃES, 2004, p.170).

Depois de instalado em seu hotel, sugiro que vá à Universidade Columbia, Departamento de Antropologia, e se apresente a Linton. Lá você saberá quando o Dr. Boas estará presente e a melhor maneira de encontrá-lo.

Ruth Benedict, Klineberg e Herzog deverão estar no mesmo prédio e qualquer um deles poderá lhe pôr em contato com o Dr. Elsie Clews Parsons, Herald Courlander, Du Bois, Kerdiner e Margaret Mead.

No Museu Americano de História Natural, você poderá procurar Dr. Wissler, lá também estão vários excelentes arqueólogos, particularmente N. C. Nelson e George Valliant, e a assistente de Wissler, senhorita Bella Weitzner, a quem você deveria procurar se Wissler não estiver, será igualmente muito útil.

No Social Science Research Council, 230 Park Avenue, em Nova Iorque, você encontrará Donald Young e Moseley, ambos os quais você encontrou aqui. O escritório da Fundação Guggenheim, tal como o da S.S.R.C., é muito próximo do seu hotel, e lá você poderá procurar o Sr. Moe. (AAR/BN, I-35,31, 1454, Illinois, 11/4/1941).

Continuando a carta, Herskovits expande o roteiro para outras cidades pelas quais Arthur Ramos visitará:

Na Filadélfia, você encontrará o University Museum, importante pelos seus materiais africanos e pela significativa concretização de antropólogos. Na Universidade da Pensilvânia, você encontrará A. I. Hallowell, cujo trabalho de campo das relações entre personalidade e cultura é excelente; Frank Speck, o especialista em Índia, e Hans Wierschhoff, o especialista em África. No museu propriamente, você deveria contactar J. Alden, especialista em arqueologia da América Central.

Em Washington, obviamente você será cuidado pelo povo da Universidade Howard, como você disse; no Departamento de Estado, Pattee, e na Biblioteca do Congresso, Hanke se encarregarão de fazer com que você encontre todo mundo. Será muito bem recebido, estou certo, se você procurar Dr. Waldo G. Leland no American Council of Learned Societies. Tanto Hanke, quanto Pattee fariam isso com prazer. Quando você se encontrar com

Thompon, chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Departamento de Estado, poderia perguntar a ele que trem tomará para Chicago para assistir à conferência em Evanston do S.S.R.C. Estou certo de que você achará que valerá a pena se, por acaso, vocês dois viessem no mesmo trem.

Acho também que você verá Concha Romero James em Washington (AAR/BN, I-35,31, 1454, Illinois, 11/04/1941).

Retornou ao Brasil para dedicar-se às aulas na Universidade do Brasil – onde, desde 1939, lecionava Antropologia e Etnologia na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) – e à fundação da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (SBAE). Nesse período, Ramos encabeça um conjunto de ações que visam combater o racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período que passou nos Estados Unidos transformou Arthur Ramos em um cientista social conhecedor das teorias antropológicas discutidas nas universidades americanas. Teve a oportunidade, em sua estadia de dois meses em Evanston, de participar do seminário sobre aculturação, ministrado por Herskovits. Ali, o alagoano mergulha nos conceitos e técnicas da Antropologia Cultural. Ao entrar no Del-mundo, em 8 de setembro de 1940, essa era a sua maior pretensão. Para Ramos, o domínio da Antropologia Culturalista era o caminho metodológico necessário para desenvolver com maestria os *Estudos Afro-Brasileiros*. Para Olívia Maria da Cunha, “a viagem fora concebida como um rito de iniciação. Além de dotar de prestígio a sua carreira, o transformara de fato num antropólogo” (CUNHA, 1999, p.85).

De acordo com Guimarães, Ramos efetivou

deslocamentos teóricos relevantes em suas análises sobre o que chamava “culturas afro-brasileiras”. Do seu *Notas de*

etnologia (1932) à *Introdução à Antropologia brasileira* (1943) e *Poblaciones del Brasil* (1945), reflexões inspiradas em Freud e Lévy-Bruhl deram lugar a proposições em torno das relações entre “raça” e “cultura”, baseadas em Franz Boas e Melville Herskovits (CUNHA, 1999, p.87-88).

A viagem também possibilitou a Arthur Ramos compartilhar com as instituições universitárias estadunidenses, os resultados das suas pesquisas que tratavam do negro no Brasil. O alagoano percorreu muitas universidades, em diversos estados do país do norte, sempre ocupando suas palestras e seminários com o tema das raças e relações de raças. E, embora tenha observado o cotidiano do negro norte-americano, este não era o centro de seus assuntos. A viagem aos Estados Unidos o municiou de novas construções teóricas, mas nunca o desviou de seu objeto de estudo: o negro brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Luitgarde O. C. **Arthur Ramos e as dinâmicas sociais do seu tempo**. Maceió: EdUFAL, 2000.
- CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Bragança Paulista: Edusf, 1998.
- CORRÊA, Mariza. Cartas Marcadas: Arthur Ramos a o Campo das Relações Raciais no Final dos Anos 1930. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n.119, pp. 35-58, 1999.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Minha adorável lavadeira: uma etnografia mínima em torno do Edifício Tupi. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 119, pp. 59-107, 1999.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana** 10(2):287-322, 2004.
- DUARTE, Luiz Fernando. Arthur Ramos, antropologia e psicanálise no Brasil. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 119, pp. 11-28, 1999.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Comentários à correspondência entre Melville Herskovits e Arthur Ramos (1935-1941). *In*: PEIXOTO, Fernanda Arêas;

PONTES, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Antropologia, história, experiências**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, pp. 169-198.

LOPES, Thiago da Costa; MAIO, Marcos Chor. Comunidade e democracia na sociologia de T. Lynn Smith e José Arthur Rios. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.32, n.95, 2017.

MARCUSSI, Alexandre A. Implicações atuais do debate entre Herskovits e Frazier sobre os africanismos. In XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

MARCUSSI, Alexandre A. **Diagonais do afeto**: teorias do intercâmbio cultural nos estudos da diáspora africana. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2016.

MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, pp.107-124.

SANSONE, Livio. Um campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, n.1, 2002, p.5-14.

SANSONE, Lívio. Estados Unidos e Brasil no Gantois: o poder e a origem transnacional dos Estudos Afro-Brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.27, n.79, 2012, p.9-29.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

STOCKING JR, George W. Os pressupostos básicos da antropologia de Boas. In: BOAS, Fraz. **A formação da antropologia americana: 1883-1911**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 2004, pp. 15-38.

6

João Paulo de Souza Favoretti

**As ideias de civilização
e raça no pensamento político
e social de Alberto Torres
(1865-1917)**

Dentre os inúmeros problemas existentes no mundo atual, alguns deles suscitam reflexões sobre visões que se consolidaram no decorrer da história, como representados pelas ideias de civilização e raça. Por se tratarem de dois conceitos que englobam uma série de aspectos identitários que perpassam pela formação cultural, social e política do Brasil, discuti-los mostra-se uma tarefa necessária e que, no entanto, deve ser conduzida com cuidado. É nesse sentido que este trabalho vislumbra apresentar e problematizar alguns aspectos referentes às ideias do intelectual fluminense Alberto Martins de Seixas Torres (1865-1917), o qual se tornou um nome importante para o pensamento político e social brasileiro.

As obras que Torres escreveu foram capazes de influenciar outros indivíduos em momentos posteriores à sua morte, considerando que ele teve seus escritos revisitados com o intuito de fornecer bases para outras visões, ideologias e agendas políticas, tal como Plínio Salgado e Oliveira Viana o fizeram, no contexto da Era Vargas (1930-1945). A experiência do intelectual fluminense em cargos públicos perpassou pelos três poderes da República, logo, como escreveu suas principais obras após se aposentar, suas ideias foram cunhadas quando ele havia atingido um momento de maturidade pessoal. Dito isso, ele se mostra como um sujeito histórico fundamental para compreender o ambiente intelectual da Primeira República, principalmente pela influência que suas obras desempenharam sobre outros intelectuais e outros contextos históricos.

Deste modo, analisarei as concepções que Alberto Torres possuía sobre o Imperialismo Europeu no continente africano e asiático, discutindo a ideia de **civilização** que ele nutria e como sua visão tratava dos diversos grupos humanos envolvidos nas práticas imperialistas. Após isso, apresentarei o modo como ele delineava o conceito de **raça** e como pensava a importância desta ideia para o meio social. Com isso, meu objetivo será de situar o autor no círculo intelectual de sua época, ponderando sobre visões contemporâneas a ele e refletindo sobre as repercussões que estes assuntos possuem nos tempos atuais.

Para desenvolver o trabalho de pesquisa, adotei como metodologia a **análise de conteúdo** (BARDIN, 2011), para que fosse possível interpretar e organizar as informações das fontes e da bibliografia de apoio. Como referencial teórico, o conceito de **lugar social** (CERTEAU, 1982) foi de suma importância para relacionar Alberto Torres no seu contexto histórico, verificando como ideias e representações de seu mundo influenciaram a maneira como um autor escreve, reflete e questiona sua realidade. Assim, é possível situar o sujeito no tempo e no espaço e interpretar seu modo de pensar como diretamente conectado à atmosfera política, social e cultural da época, permitindo observar não somente a pessoa que é estudada, mas sim todo o contexto que moldou sua mentalidade. A partir disso, cada premissa que o autor concebeu em suas obras se apresenta como resultado de um esforço intelectual que condiz com o lugar em que ele nasceu, cresceu e se desenvolveu.

Tendo em vista a ampla atuação política de Torres, operacionalizar os conceitos de **capital social** e **político** (BOURDIEU, 1989) permitiu compreender como sua ascensão a cargos públicos eletivos estava ligada às redes de sociabilidade que pertencia. Nesse sentido, ao considerar que o cenário político da Primeira República não consistia em um ambiente acessível a qualquer um, o fato de um indivíduo conseguir se eleger para os cargos de deputado estadual constituinte (1892), deputado federal (1894) e presidente de estado (1897), todos pelo Rio de Janeiro, revela que era imprescindível possuir uma base de apoio sólida.

Os pressupostos metodológicos da **biografia intelectual** (PRIORE, 2018) tornaram possível manejar o objeto e suas fontes a partir de um olhar que os atribui singularidade, no sentido de que os vestígios não eram apenas pertinentes ao estudo da pessoa em si, mas reflexo de um contexto macro. Trabalhar nessa perspectiva permitiu compreender o autor como uma “lente” histórica relevante de seu tempo, pois, na medida que era um receptor passivo das mentalidades e das visões que circulavam nos meios políticos, sociais, acadêmicos

e culturais, sua obra se apresenta como reveladora de vestígios da época que Alberto Torres viveu e atuou. Assim, se aproximando das contribuições de Michel de Certeau, a narrativa se apresenta como uma discussão que permite elucidar tanto a trajetória pessoal do intelectual fluminense quando de seu mundo.

O IDEAL “CIVILIZADOR” NA OBRA DE ALBERTO TORRES

No conjunto de escritos que Alberto Torres produziu e deixou como legado, é possível encontrar vários temas que foram por ele tratados, desde assuntos relacionados à política nacional, como a respeito do Estado, da democracia e do sistema federal, até assuntos ligados à formação social e racial do Brasil, ao mundo do trabalho e à economia. Nesse sentido, a ideia de civilização, que por si só apresenta muitos problemas em função daquilo que se propõe definir, será discutida com o intuito de destacar como o intelectual fluminense a concebia em seus textos. Essa temática possibilita refletir até mesmo sobre os problemas que suscitam este estudo, pois, considerando que é comum encontrar situações em que pessoas ainda possuem medo do que é desconhecido ou do que não faz parte de sua cultura, falar em civilização é justamente dividir o eu e o outro e coloca-los em posição antagônica (WOODWARD, 2014).

Sendo assim, as obras elencadas para serem exploradas nesta seção são ***Vers la Paix*** (1909) e ***Le Problème Mondial*** (1913), ambas de autoria de Torres, nas quais o autor buscou realizar estudos versando sobre as relações firmadas entre os povos de diferentes localidades, a importância da diplomacia para resolver conflitos internacionais, a guerra como mal do ser humano, dentre outros. Nesse sentido, nota-se que ao escrever, o autor demonstrou ter certo conhecimento sobre

a repercussão que as ações imperialistas dos países europeus tinham em regiões da África e da Ásia, além de compreender a dinâmica que estes impunham aos povos que firmavam contato (UZOIGWE, 2011).

Tomando como base as datas de publicação das obras do autor como marco temporal, é possível perceber que o imperialismo que ele conhecia era aquele do período em que houve a partilha da África entre as potências militares europeias de forma arbitrária. Assim, a imposição dos costumes e cultura europeus e o pensamento de superioridade que imbuíam os colonizadores foi um assunto problematizado por Alberto Torres, pois, a partir do conceito de civilização, ele tecia suas análises acerca do processo cultural que se desdobrava nas regiões dominadas. Deste modo, o autor se mostrava detentor de um ponto de vista que o distinguia se compararmos com o tipo de pensamento predominante em seu tempo, em que teorias raciais como a eugenia, o darwinismo social e o determinismo racial davam o tom das discussões acerca da formação social do Brasil (SCHWARCZ, 1993). No entanto, é importante ter em mente que, em função de Torres estar inserido em um ambiente de circulação destas ideias, não era possível se blindar de certas influências sobre seu modo de ver o mundo.

Por mais que a visão racial do autor destoasse, em certa medida, de seus contemporâneos, a forma como via o “civilizar” é algo que suscita algumas inquietações, pois, a visão positivista de progresso, para ele, também se aplicava ao âmbito cultural. O imperialismo na visão do intelectual fluminense era uma “obra da energia e da inteligência das raças fortes do passado, que construíram nossa civilização, [por isso] deve ser mantida e preservada, como uma herança sagrada, contra as correntes anárquicas e retrógradas que a ameaçam” (TORRES, 1909, p. 69). Deste modo, percebe-se que Torres concebia que as sociedades construídas por essas “raças fortes” possuíam um passado glorioso, do qual eram herdeiras e que, sem essa civilização, estariam em situação de atraso.

Na concepção do autor, havia a cultura avançada e a cultura atrasada, por isso, os povos que estivessem colocados na condição de atrasados necessitavam absorver a civilização que lhes seriam entregues por meio da ação colonizadora. Assim, percebe-se que Torres nutria uma visão negativa em relação aos povos situados fora do mundo civilizado, os quais, por não cultuarem a religião cristã, não falarem idiomas europeus ou não se vestirem da forma habitual no Ocidente, estavam colocados em posição inferior no mundo social (TORRES, 1909, p. 69-70). Aqui chamo a atenção para o fato de, quando ele se referia às raças, estava fazendo alusão ao conjunto cultural daqueles povos, e não se referindo às suas características físicas.

Essa perspectiva que Torres possuía em relação aos povos que estivessem sob o jugo imperialista estava presente no livro em que ele problematizava, justamente, o fato dos governantes das nações se colocarem em posição de conflito e provocarem o surgimento de guerras. Em ***Vers la Paix***, ele teceu análises sobre o fato das guerras entre países serem originadas, muitas vezes, não por causa de conflitos entre povos diferentes, mais sim por causa de ânimos acirrados entre seus governantes, os quais colocavam em xeque a vida de todos que habitassem os territórios envolvidos. O autor chegou até a propor a criação de uma Corte Internacional, que seria responsável por mediar os problemas que surgissem envolvendo países distintos, de forma que as guerras pudessem ser evitadas.

Nesse sentido, os países mais fortes, que chamava correntemente de ***puissances***, as potências, deveriam se associar para criar essa corte, que se assemelha à Liga das Nações criada em 1919, após a Primeira Guerra Mundial. Segundo sua teoria, esse grupo de países seriam os bastiões da paz, os quais levariam a “civilização” às nações que não fizessem parte das ***puissances*** a fim de que entrassem na dinâmica do progresso (TORRES, 1909, p. 77). Após isso, com um grupo pequeno de países à frente do processo de garantir a “paz” em

diferentes localidades, o mundo se tornaria um lugar mais seguro, de forma que as populações dos territórios “civilizados” pudessem viver em segurança. Todavia, não é necessário fazer muito esforço para perceber que essa dita paz que seria manifestada nas regiões colonizadas não passava de um processo de subjugação de outras culturas, tendo em vista que eram tidas como inferiores (TORRES, 1909, p. 80).

Para compreender essa reflexão, veja-se uma citação de Torres que revela sua concepção acerca dessa dinâmica cultural dos povos em meio ao imperialismo: “africanos e asiáticos se recomendam pela submissão [...] costumes [...] fáceis de se elevar. A ação militar do Ocidente sobre esses povos é acompanhada de os colocar sob sua influência civilizadora” (TORRES, 1909, p. 81). Deste modo, nota-se que o autor possui uma visão etnocentrista que o levou a conceber que havia culturas inferiores, pouco complexas, que deveriam se colocar à disposição da cultura Ocidental, tida como elaborada, culta e superior. Aos olhos de um observador contemporâneo, essa percepção se mostra como absurda, ainda mais quando se considera que a tendência atualmente é inteiramente contrária, de justamente perceber essas culturas historicamente vistas como “inferiores” como detentoras de saberes e experiências riquíssimas.

É necessário ter o cuidado de não cometer anacronismos ao refletir sobre essas percepções que estavam em voga na transição do século XIX para o século XX, pois, o que hoje parece ser um pensamento atrasado e absurdo, na época era o senso comum nos meios elitizados e nos círculos intelectuais. Além disso, os meios de comunicação no tempo de Torres se davam pelos jornais e revistas que chegavam, os quais, inseridos em uma atmosfera que não reconhecia o devido valor de culturas diferentes, acabavam por perpetuar e difundir uma visão de que os povos africanos e asiáticos eram portadores de costumes estranhos. Deste modo, a oposição manifestada pelos conceitos de identidade e alteridade contribuem para elucidar a percepção de inferioridade que era comumente compartilhada na época sobre outros povos.

O fato do outro, do desconhecido, apresentar características diferentes do eu, do conhecido, é essencial para fundamentar a ideia de identidade que um grupo cria sobre si. Isso pois, tudo que é estranho a ele passa a ser tratado como algo inferior, e, se tratando de um hábito ou costume de outra cultura que difere do que se conhece, contribuirá para causar um estranhamento que será convertido em uma visão dicotômica de superioridade/inferioridade (WOODWARD, 2014). Assim, pode-se compreender que o ambiente em que Torres estava inserido não proporcionava ver o outro como parte de uma diversidade cultural que é intrínseca aos agrupamentos humanos espalhados pelo globo. Reitero que essa não é uma tentativa de justificar a visão preconceituosa como aos intelectuais daquela época, mas sim de elucidar os elementos que eram fundamentais da sociedade em Torres integrou, responsáveis por moldar a visão de mundo de seus indivíduos.

No entanto, ao analisar as consequências do imperialismo, o intelectual fluminense, em *Le Problème Mondial* (1913), apresentou o significado que a ação colonizadora teve sobre a vida dos povos nativos das regiões dominadas e problematizou as conquistas dos europeus. Ao se referir a estes territórios, assinalou para existência de comunidades esquecidas, esmagadas, detentoras de fronteiras imensas e que não viram e suas riquezas serem exploradas para ganho próprio, apenas para

satisfazer as necessidades imediatas dos senhores, que se lançavam, portanto, sobre outros povos, sempre mais fracos, quase sempre mais pobres, sob o pretexto ofensivo de uma afronta ou de um direito ferido, sob o pretexto de consciência de ocupação e de conquista, mas, na verdade, para satisfazer esta paixão de vencer e dominar, fermentado nas almas por alguns milhares de séculos de problemas e de agitações (TORRES, 1913, p. 117).

Diante disso, depreende-se que o autor fazia alusão à situação de inferioridade bélica em que se encontravam muitos desses povos, o que explica como a conquista e dominação se desdobraram. É interessante notar ainda que o intelectual fluminense, apesar de sua ideia de

civilidade, tinha conhecimento sobre o estado de exploração ao qual os colonizados foram colocados, os quais viram as riquezas de suas terras serem extraídas e enviadas ao estrangeiro para enriquecer gente que não a sua. E os dominadores que conduziram o processo eram instigados por uma ânsia de conquista que por séculos e séculos, de acordo com o diagnóstico de Torres, foi cultivada em suas mentes.

Esse desejo dos europeus por conquistas e vitórias sobre povos de outros continentes era sustentado pelas necessidades industrializantes que se faziam presentes naquela época. Sendo assim, o neo-colonialismo surgiu como uma estratégia para satisfazer as demandas existentes por matéria-prima e para criar mercados consumidores em diferentes regiões do planeta, tendo em vista que a Europa não era capaz de sanar estas duas necessidades por si só. Entretanto, as marcas que foram deixadas nos povos africanos e asiáticos reverberam até a atualidade, quando muitos ainda lutam para resolver problemas que não existiam até o momento em que os europeus puseram os pés em suas terras. Por isso que pensar a ideia de civilização se mostra como uma ação tão importante, pois nos revela que, em nome de uma missão do Ocidente para elevar outras culturas, o resultado foi exatamente contrário, já que somente contribui para intensificar um estado de destruição do meio físico e do meio cultural.

Segundo Torres, “a civilização seria então um certo estado de desenvolvimento das sociedades, representando um certo grau de aperfeiçoamento de um conjunto de características, segundo o ‘critério’ de uma época” (TORRES, 1913, p. 133). Logo, na visão do autor, civilizar era aperfeiçoar, superar um estado arcaico para progredir e rebuscar-se culturalmente. Todavia, ele acabou caindo em contradição, pois, na mesma página desta citação, aludiu que não havia juízo de valor ao falar em “civilização”, significando apenas uma ideia que era necessária para todos os povos se desenvolverem moral e culturalmente. Só que, ao se referir à noção de

aperfeiçoamento, implicitamente estava sinalizando para um estado de transformação do que era simples/atrasado e que precisava se tornar complexo/avançado. Então, mesmo falando que não pretendia fazer juízo de valor, acabou o fazendo.

Já a respeito do papel que as **puissances** teriam para com os povos colonizados, Torres deixou claro sua visão quando disse que “o direito imperialista da civilização e a função educadora e tutelar das potências seria então um tipo de mandato passageiro, exercido sucessivamente pelos povos, após os acidentes de sua evolução” (TORRES, 1913, p. 134). Assim, ele atribuía uma responsabilidade importante aos países europeus, os quais teriam a função de educar sob a forma de uma tutela que, teoricamente, teria efeitos positivos sobre os povos africanos e asiáticos. Com o tempo, após decorrido o período evolução, o mandato das **puissances** findaria e o trabalho civilizador estaria completo, pois os tutelados teriam alcançado o estado de civilização de acordo com os moldes europeus.

Nesse sentido, é possível perceber que Alberto Torres deixou claro em sua obra uma perspectiva etnocentrista que o fazia perceber culturas distintas do mundo Ocidental, o qual ele conhecia e pertencia, em posição inferior. A partir disso, ele teceu várias considerações justificando o ideal civilizador e a necessidade dos outros povos serem incorporados aos domínios imperialistas, a fim de que pudessem ser colocados em posição que os permitisse ter contato com eles e incorporar a cultura ocidental. No entanto, muitas vezes essa visão se confunde com uma perspectiva racista de perceber os grupos sociais pertencentes a diferentes etnias. Assim, daqui para frente será discutida a forma como o autor concebia o conceito de raça e o seu papel na formação social do Brasil.

A TEMÁTICA RACIAL EM ALBERTO TORRES

De maneira semelhante à ideia de civilização, quando o assunto é discutir a visão racial de autores situados no final do século XIX e início do século XX, muitas questões surgem, tendo em vista que são assuntos que, atualmente, são tratados a partir de concepções completamente diferentes de outrora. Se ao falar em mundo civilizado muitas controvérsias emergem a respeito do estatuto do que é inferior ou superior, a ideia de raça se mostra muito mais complexa, tendo em vista as mudanças de paradigmas alcançadas a partir da atuação de movimentos sociais que atuaram no Brasil contemporâneo em prol da igualdade de direitos e respeito às diferenças culturais. Por isso, tratar da temática racial nos tempos atuais exige uma série de cuidados metodológicos, principalmente quando se estuda autores que conviveram em meio a perspectivas racistas embasadas pela ciência, como ocorria na época de Torres.

Tomando como exemplo a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, “que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’”, é possível perceber que houve uma mudança no que tange aos conteúdos ministrados nas salas de aulas. Antes dela, prevalecia uma perspectiva eurocêntrica nas salas de aulas, que tratava os negros e indígenas a partir de um ponto de vista de submissão, sem transparecer a ideia de que fossem sujeitos históricos ativos capazes de mudar seu meio e o curso da história. Assim, dificilmente seria possível que os jovens formassem uma consciência a respeito da importância em reconhecer esses grupos étnicos e as formações sociais que originaram como singulares, como agentes ativos de mudança social.

Se mesmo com esse marco legal ainda há dificuldades e preconceitos que atravessam gerações e perduram no mundo de hoje, a

situação era bastante diferente nas primeiras décadas do século XX. Era senso comum nos círculos intelectuais se valer de teorias respaldadas pela ciência da época para difundir ideias de que os negros, por exemplo, não eram capazes de raciocinar da mesma forma que os brancos. Nesse sentido, a visão de Alberto Torres adquire aderência a esta discussão, pois, diferentemente da maneira como alguns de seus contemporâneos idealizavam a questão racial, a partir de uma perspectiva racista, ele a concebia com outro olhar.

Nesse sentido, ainda em suas primeiras obras o autor materializou suas concepções relacionadas à discussão sobre as raças, relacionando-as com o movimento imperialista. No entanto, esse assunto era concebido por ele de maneira distinta da forma como pensava a civilização. Segundo ele, “há uma pretensão de superioridade, fundada sobre a raça. É o lado mais sério da doutrina imperialista” (TORRES, 1913, p. 134). Com isso, o intelectual fluminense aludia para um problema existente na ideologia imperialista que, apesar de ela julgar necessário civilizar povos que apresentassem costumes e tradições distintas da europeia, o fato de considerar algumas raças inferiores não era correto. Ao falar desse “lado mais sério”, interpreto que ele estivesse se referindo a esta concepção de tratar as outras raças.

Nos momentos em que abordou a discussão sobre as raças em seus escritos, Torres sempre deixou claro que “a raça é o produto do meio físico em um estado determinado da Terra. É o meio que determina características” (TORRES, 1913, p. 141). O mesmo raciocínio pode ser encontrado em outras duas obras do mesmo autor, sendo elas: “A organização nacional” (1978a, p. 116) e “O problema nacional brasileiro” (1978b, p. 30). Deste modo, em sua visão a raça era apenas uma característica que determinado grupo étnico apresentava em função do meio físico que o originou, logo, não exercia influência alguma sobre as capacidades intelectuais de um indivíduo.

Mesmo que Torres atribuísse um **status** de superioridade da cultura ocidental, ele dizia que “as raças asiáticas e africanas não apresentam inferioridade sobre as europeias”, pois, “para admitir a incapacidade das raças mantidas como inferiores seria necessário admitir que seus meios tropicais e equatoriais não poderiam produzir seres aptos à civilização” (TORRES, 1913, p. 142). Assim, o autor chamou a atenção para o fato de que a pele negra das pessoas oriundas da África, de climas tropicais e equatoriais, ou daquelas que eram descendentes de africanos, se deve ao fato de que, no transcorrer do processo evolutivo, os indivíduos com mais melanina na pele sobreviveram às condições impostas pelo clima. Logo, se ele admitisse que essas etnias fossem tidas como inferiores por causa de uma característica que o meio passou para elas, ele estaria aceitando que esses povos não teriam capacidade de se organizar, se desenvolver e contribuir para o futuro do país, o que seria um diagnóstico de tenebroso.

Deste modo, defendo a hipótese de que, o fato de o Brasil ter se constituído como um país etnicamente diversificado, abrangendo grupos sociais que eram originários de lugares tropicais e equatoriais, fez Alberto Torres perceber que, caso ele aceitasse as teorias que colocavam negros e indígenas em situação de inferioridade, estaria contribuindo para fortalecer a ideia de que seu país não poderia alcançar estágios avançados de desenvolvimento. Isso pois, considerando o estado de miscigenação que perpassava a população brasileira, acreditar em ideias que desqualificavam grupos eram responsáveis por grandes porções da população era aceitar que o país tivesse um povo que não estaria à altura de grandes feitos.

Nesse sentido, o intelectual fluminense tinha em mente que “primitivos, ou decadentes, os representantes destas raças não são nem incapazes, nem degenerados”, pois, “seria simples pretensão de vaidosa nobreza étnica afirmar que o brasileiro negro ou índio é inferior ao branco” (TORRES, 1978a, p. 119). De modo contrário às teorias em voga em

seu tempo, o autor idealizava que o branco europeu, oriundo de terras com clima subtropical ou temperado, estava em situação de desvantagem se comparado aos negros e indígenas. Assim, ele se mostrava como simpatizante de visões deterministas, as quais diziam que o meio geográfico era responsável por dotar os indivíduos com as capacidades exigidas pelo ambiente em que nasceram. Daí que o indígena, por ser nativo, era tido por ele como elemento superior, já que estava adaptado às condições climáticas, e o negro, por ser originário de clima semelhante, também apresentava vantagens para se desenvolver no Brasil.

Em meio a essas discussões, Torres criticava o fato da ciência ter sido requisitada por grupos dominantes para respaldar hierarquia e subordinação de uma raça para com outra. Para ele, “nada, absolutamente nada, autoriza a afirmação de uma desigualdade radical, na constituição cerebral, em seu funcionamento, em seu poder de desenvolvimento” (TORRES, 1978b, p. 59). Sendo assim, a ciência não comprovava capacidade cerebral inferior dos povos africanos, afro-descendentes e indígenas, logo, não se justificava o fato de povos europeus alegarem inferioridade no que tange às características físicas de cada grupo. Em sua visão, “a cor não foi jamais relacionada com os caracteres psíquicos” (TORRES, 1978b, p. 60), por isso, não poderia ser parâmetro de julgamento a respeito de superioridade ou inferioridade de uma raça ou de outra.

Deste modo, Alberto Torres, ao sinalizar para o estado miscigenação que perpassava a formação social brasileira, ele criticou o fato da teoria da desigualdade das raças ter tanta autoridade no mundo intelectual de sua época e lançou objeções a seus contemporâneos que endossavam este tipo de visão (TORRES, 1978b, p. 63). O que chama a atenção aqui é justamente o fato deste autor apontar para a doutrina da superioridade racial dos brancos como algo insustentável. No entanto, ele parece se contradizer quando se compara a visão de civilização e de raça que ele sustentava. Pois, quando ele concebia

que a civilização devia se estender aos diferentes povos a partir da ação das **puissances**, por ser superior, pensar que os povos de cultura ocidental, brancos, não fossem se perceber superiores perante povos africanos e asiáticos parece ser ingenuidade.

Logo, ao idealizar que houvesse uma cultura superior a outras abriria margem para que os indivíduos desta cultura percebessem que seu tom de pele também indicasse um grau de superioridade. Sendo assim, por mais que Torres apresentasse um grau de distinção do pensamento corrente entre seus contemporâneos, o fato de ele alimentar uma visão excludente no plano cultural, talvez, por ele ser pertencente ao mundo ocidental, o coloca em uma posição de intelectual etnocêntrico e eurocêntrico. Todavia, mesmo que sua visão de civilização envolva uma perspectiva problemática, o fato de ele defender a não desigualdade entre as raças contribui para caracterizá-lo como antirracista, ou seja, como um indivíduo que não se valia do critério racial para definir as qualidades de um grupo étnico.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm. Acesso em: 25 jan. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

PRIORE, M. D. Biografia, Biografados: Uma janela para a história. In: AVELAR, A. S.; SCHMIDT, B. B. (org.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

TORRES, Alberto. **A Organização Nacional**: Primeira parte, A Constituição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

TORRES, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro**: introdução a um programa de organização nacional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

TORRES, Alberto. **As fontes da vida no Brasil**. Rio de Janeiro: Ebooks Brasil, 2001.

TORRES, Alberto. **Le problème mondial**: études de politique internationale. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

TORRES, Alberto. **Vers la paix**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

UZOIGWE, Godfrey Nwanoruo. Partilha europeia e conquista da África. *In*: BOAHEN, A. A. (org.). **História geral da África**: a África sob dominação colonial (1880-1935). São Paulo: Cortez, 2011.

7

Tatiana Thaís Lasta

A contribuição do pensamento social brasileiro para a questão regional

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por tema o pensamento social e a questão regional brasileira. O objetivo proposto é evidenciar as contribuições de representantes do pensamento social brasileiro para o debate da questão regional no Brasil. A atenção aqui recai sobre três interpretes brasileiros e suas contribuições para o debate da questão regional, selecionou-se Caio Prado Jr. Celso Furtado e Milton Santos para evidenciar suas contribuições.

Como compreender a realidade regional brasileira neste início do século XXI? Quais as contribuições dos interpretes do pensamento social para a questão regional? Seguramente algumas pistas importantes podem ser encontradas no pensamento social brasileiro que é vasto em termos de sua contribuição para o entendimento das particularidades do desenvolvimento regional e nacional brasileiro. O conhecimento mais profundo acerca da realidade brasileira e daqueles que buscaram refletir sobre o tema no espaço e no tempo, poder-se-ia ser um passo a possibilidade real e concreta para a ação frente aos inúmeros desequilíbrios regionais que afligem o país no período recente, heranças do processo histórico.

Para discutir a questão regional em um país como o Brasil e compreender as suas tendências recentes, não há como desconsiderar suas heranças históricas e as marcas do passado colonial. De modo que “é preciso recuar no tempo e indagar as circunstâncias que determinaram o processo de colonização e formação da sociedade brasileira” (PRADO JR., 1962, p. 14).

Para atingir o objetivo proposto, dividiu-se este artigo em cinco seções. Esta primeira que corresponde a introdução; a segunda, nas quais comenta-se brevemente sobre o pensamento social brasileiro; uma terceira seção dedicada a um breve debate sobre a questão

regional brasileira na atualidade. Na quarta seção apresentam-se as contribuições específicas a questão regional dos pensadores selecionados Caio Prado Jr, Celso Furtado e Milton Santos e, por fim, uma sessão dedicada as conclusões.

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Inicialmente talvez convém fazer uma breve contextualização para explicar ao leitor a que se refere quando se sugere um debate sobre o “pensamento social brasileiro” que obviamente pode ser muitas coisas. Aqui cabe destaque a compreensão de que o pensamento social brasileiro trata-se de um campo de estudos relativamente recente que estuda as contribuições de autores e autoras que ao longo do tempo produziram interpretações sobre a realidade brasileira. Contudo, consideramos aqui que a literatura do pensamento social brasileiro, ou seja o que se produziu em termos de conhecimento no Brasil ao longo do século XIX, ao longo do século XX e no início do século XXI trazem contribuições revelantes e pouco exploradas nos ambientes que se debate a “questão regional”.

De modo que, pode-se afirmar que, pelo menos desde a independência, houveram esforços voltados para a teorização e compreensão da realidade brasileira. Entretanto, é ainda relativamente pequeno o número de pesquisadores que utilizam nas suas análises as figuras consideradas clássicas. É precisamente nos últimos trinta anos que surge esta linha de pesquisa preocupada com as interpretações do Brasil. O pensamento social trata-se de um campo de estudos relativamente novo, e ainda em expansão, que vem ganhando relevância atualmente. Especificamente, dedica-se a estudar os diversos autores, das diversas áreas do conhecimento, com intento comum de pensar o Brasil, interpretar o Brasil (SCHWARCZ; BOTELHO, 2011).

O desafio do pensamento social é compreender quais ideias foram, ao longo dos séculos XVI até o início do XXI, produzidas por autores brasileiros sobre o processo de desenvolvimento e formação da sociedade brasileira. Vários são os autores e várias são as interpretações sobre o Brasil, as quais são objeto de estudo do pensamento social nos mais diferentes campos/áreas (aqui é o regional que prevalece!). É uma espécie de esforço de “pensar sobre o pensamento” daqueles que refletiram sobre o Brasil desde seu espaço-tempo e desde sua realidade local, nacional e regional (SCHWARCZ; BOTELHO, 2011; BRANDÃO, 2005).

Nota-se que em cada momento de transição pelos quais o Brasil passa no decorrer de sua formação, havia intérpretes tentando explicar as consequências, o futuro e/ou apontando os caminhos da Nação. Com posições teóricas e políticas opostas, que ora se complementam, ora se chocam, dialogam e se confrontam, provocam um debate no mínimo acalorado. Assim, cada autor, formulou teorias e explicações desde seu tempo, desde sua inclinação teórica, seu contexto histórico, ou ainda pautado nos interesses de grupos políticos específicos.

Entretanto, na sua maioria esses intérpretes do pensamento social brasileiro tinham em comum a busca por respostas para algumas grandes questões : O que é o Brasil? Dê que resulta o Brasil? Porque o Brasil não conseguiu se desenvolver? Porque o Brasil é um país dependente? Estes pensadores buscaram no passado interpretar cada um ao seu modo, os problemas do Brasil e os problemas da formação social brasileira ao longo dos séculos. No caso do Brasil, se comparado com demais nações, traduz uma certa singularidade, a preocupação de interpretar suas mazelas, seus fracassos, e sua condição de colônia, de país subordinado dentro da escala global, e além de pensar os problemas buscavam o intento de formular propostas e explicações que supostamente o fariam superar sua condição de subordinação e dependência (ORTIZ, 2012).

Atualmente estas interpretações sobre a realidade brasileira do passado fornecem contribuições importantíssimas para quem tem o propósito de estudar o desenvolvimento nacional e regional brasileiro no presente. Portanto, parece sensato fazer uma releitura crítica dos clássicos brasileiros que pensaram o passado para compreender os problemas que se levantam no presente e propor saídas viáveis para um futuro que parece caminhar na contramão da própria história.

A QUESTÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Historicamente a questão regional se dedica a compreender a questão das desigualdades e dos desequilíbrios regionais, bem como, da concentração das atividades produtivas no território. Embora tenha ocorrido uma década de relativas melhoras nos indicadores sociais nas regiões brasileiras, um olhar cuidadoso para a realidade brasileira tem revelado crescentes disparidades em seu interior em decorrência dos processos de mudança social. Não parece novidade afirmar que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Uma interpretação rápida nos principais indicadores das grandes regiões já bastaria para constatar a heterogeneidade presente no território brasileiro, bem como, as crescentes disparidades em seu interior.

As regiões brasileiras apresentam disparidades de renda consideráveis entre si. Um dos indicadores mais utilizados para medir a desigualdade entre as regiões é o índice de Gini²¹. Em 2016, segundo o IBGE, a região Nordeste apresentava um indicador de 0,567, enquanto a região Sudeste 0,529, e o Sul 0,477. A região Norte apresentou um indicador de 0,544 e o Centro-oeste de 0,536. Pode-se observar a diferença neste indicador quando se compara o Sul e o Nordeste, por exemplo.

21 Quanto mais próximo de zero condições de igualdade.

Quando os dados da participação de cada região no Produto Interno Bruto total tem-se a seguinte realidade: o Norte representa 5,4%, o Nordeste 14,3%, o Sudeste é expressivo concentrando 53,2% da produção bruta total no Brasil o que revela uma concentração da atividade produtiva nesta região. Já os dados da região Centro-Oeste mostram que esta região reparte entre seus estados 10,1% do total, e por fim, a região Sul apresentando 17% de participação no PIB total do país (IBGE, 2017).

Quando se observam os dados referentes a distribuição da população no território brasileiro tem-se que 207, 1 milhões de pessoas estão distribuídas seguindo a lógica desigual. Os dados recentes revelam que a região Norte concentra apenas 8,5% da população total, o Nordeste 27,6%, o Centro Oeste apenas 7,6% da população, o Sul 14,3% e o Sudeste concentra quase o mesmo total que as regiões Nordeste e Sul juntas, contando com 42% da população total. Este dado demonstra a desigualdade na distribuição da população pelo território brasileiro.

Outro indicador que revela as desigualdades nas regiões brasileiras entre as regiões são os dados sobre a renda média do brasileiro. Muito embora os rendimentos médios dos brasileiros tenham aumentado consideravelmente ao longo da última década os rendimentos mais elevados seguem a tendência de concentrarem nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste chegando a ter um rendimento médio mensal de mais de 1400 reais nos anos de 2014 e 2015 nestas regiões. Já quando os dados são observados nas regiões Norte e Nordeste esse rendimento chega em 2015 em 853 reais na região Norte do país e 779 reais no mesmo ano na região Nordeste (IBGE, 2018). Não há dúvida quanto ao caráter desigual do desenvolvimento brasileiro. Assim pode-se afirmar que o desenvolvimento das regiões brasileiras foi,

[...] marcado historicamente por decisivo e contraditório conjunto de inércias, rupturas, conflitos, desequilíbrios e assimetrias e por ser um gigantesco e complexo processo de desenvolvimento desigual de seus espaços regionais e urbanos.

Qualquer análise da realidade regional e urbana brasileira deve estar atenta aos fatores de continuidade e rigidez das desigualdades sociais e econômicas presentes no país. Também deve empreender o exame das marcantes persistências e recorrências de assimetrias estruturais entre as diversas regiões e classes sociais, fruto de determinações históricas de longa duração e de outras, mais recentes, que se sobrepõem àquelas mais remotas (BRANDÃO, 2010, p. 50-51).

Dessas assimetrias regionais do Brasil, surge a chamada “questão regional”. No que se refere à esfera política, a questão regional assume destaque na vida nacional apenas em fins da década de 1950. É no momento histórico do pós-guerra que criam-se uma série de políticas de reconstrução e de desenvolvimento. São criadas instituições como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959 e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966, com a finalidade de fomentar políticas de desenvolvimento nestas regiões que apresentavam desigualdades regionais mais acentuadas. Nesse momento, estudos sobre desenvolvimento econômico, planejamento e desenvolvimento regional e urbano ganham relevância.

Justamente o que se propõem aqui é olhar de forma diferente para a questão regional brasileira, valorizando as contribuições teóricas que se tem desde o Brasil, produzidas por brasileiros e brasileiras. Com a vasta e riquíssima contribuição teórica que se tem desde o Brasil, não parece fazer sentido continuar ainda no século XXI, se reproduzir as teorias do Centro ou do Norte para explicar a realidade brasileira. Assim, a finalidade deste breve artigo é provocar o debate em torno do pensamento social e a contribuição de destacados interpretes Caio Prado Jr. Celso Furtado e Milton Santos para para refletir sobre a questão regional no Brasil, é o que se propõem na sessão que segue.

AS CONTRIBUIÇÕES DESDE O BRASIL

Caio Prado Jr.

Nas obras de Caio Prado um viés pouco ou nunca explorado é a questão regional. Mas, será que este intérprete teria algo a contribuir neste sentido? Pois bem, a questão regional se enaltece neste autor, já que faz verdadeiro diagnóstico demográfico do Brasil e da distribuição da população pelo território desde a ocupação e ao longo dos séculos posteriores Tanto no livro ***Formação do Brasil Contemporâneo*** como em ***História Econômica*** dois clássicos do autor.

Nestes clássicos, Caio Prado Jr. detalha o povoamento das regiões e como ocorre a dinâmica no território recém descoberto. Inicialmente a ocupação do território que acontece inicialmente pela faixa litorânea, concentrando-se inicialmente na costa brasileira sendo que o interior do Brasil seguia desconhecido nos primeiros séculos da jovem colônia. Apesar da dificuldade de juntar dados na época que escreveu, explica que a distribuição da população que habitava o Brasil já era irregular, alguns núcleos concentravam densa população enquanto maior parte dos espaços do território encontrar-se espaços vazios ou com ínfimo povoamento (PRADO JR., 2011).

Quanto a exploração do interior do Brasil inicia-se apenas em fins do século XVIII com a busca pelos metais preciosos. Começou-se a abrir caminhos para adentrar pelo território, com a descoberta dos metais preciosos se fixam os primeiros núcleos de povoamento em Minas, Goiás, Mato Grosso. Noutro pedaço de território do Brasil, o extremo Norte, as proximidades da Amazônia a exploração regional do cacau na Bahia, da borracha Norte entre outros, fazia localizar-se aí um “pequeno e ralo povoamento”. Os maiores centros que aglomeravam o povoamento eram no Nordeste Pernambuco e Bahia, os maiores centros do Brasil daquele momento (PRADO JR., 2011).

Caio Prado demonstra como ao longo do tempo ocorriam os movimentos demográficos que foram acompanhando as atividades econômicas no território. Depois do auge e decadência do açúcar e do povoamento litorâneo que compreende os séculos XVI até XVII, com a decadência da atividade do açúcar, o povoamento começa a se expandir pelo interior do Brasil especialmente com a descoberta dos metais preciosos e Minas Gerais. O maior contingente populacional se localizou nos arredores da região mineira no final do século XVII e início do XVIII. Sugere assim que o território vai sendo organizado com vistas a servir única e exclusivamente com interesses voltados para a metrópole. Subentende-se claramente assim, manifestação da problemática regional reunido elementos de como se deu em proporções desiguais a dinâmica de povoamento e as primeiras formações regionais.

O povoamento em território brasileiro poderia ser analisado em três grandes períodos. Inicialmente com a ocupação territorial lenta que se estende até meados do século XVII, aí são os passos iniciais da colonização portuguesa no território com a atividade da cana-de-açúcar e a agricultura de subsistência. Principalmente o litoral estendendo-se desde o Amazonas até o Rio da Prata onde se funda a colônia de Sacramento em 1680. Já o século XVIII com a descoberta dos metais preciosos há uma grande movimentação de pessoas para a região de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. “Assiste-se nesse período deslocamentos bruscos e violentos que agitam e transformam a estrutura demográfica da colônia” (PRADO JR., 2011, p. 74).

No final do século XVIII no centro-sul se observa um “despovoamento”, em decorrência da decadência da atividade mineira que predominou na região como uma febre muito breve. Posteriormente foi a agricultura, especialmente o algodão, foi o que manteve aquela região, mas também a pecuária, e o fumo. Posteriormente o café começa o percurso forte, período no qual o eixo se desloca de forma definitiva para este setor e para o centro-sul.

Essa migração interna acontece justamente pelo tipo de colonização que aqui se instalou de uma “economia passageiramente favorável”, num momento cultivou-se a cana, extraiu-se o ouro, mais tarde o algodão e o café por oportunidade momentânea e com a finalidade de atender única e exclusivamente o mercado externo. A colonização não se orientou para constituir uma base forte, sólida economicamente em termos de mercado interno tudo fez-se para fora do Brasil, logo os reflexos desse tipo de colonização refletem também no povoamento do território e nas suas regiões.

É explícita a questão regional em Caio Prado Jr. quando faz uma análise econômica da colônia a qual chamou de vida material. Aí reforça e detalha o sentido da colonização e defende que as regiões brasileiras se organizaram e moldaram-se de acordo com o mercado externo e que o território que aos poucos se ocupava servia única e exclusivamente para prover alguns gêneros primários para a coroa. Esta sustentada no trabalho escravo, e apoiada no sistema de **plantation** nas grandes propriedades e na monocultura, sugere assim que há uma desorganização²² do território e das regiões do Brasil que se resumia em aproveitar ao máximo os recursos da nova terra em benefício das suas relações externas. E que este movimento “para fora” implicava em uma desintegração das regiões internas do Brasil, pois, estas não se comunicavam entre si com fins de haver uma integração nacional de sua terra e de sua gente, mas sim comunicavam-se apenas com o exterior. Sustentado por três elementos base da estrutura:

Sugere que o que condiciona a formação do território e das regiões do Brasil é com a única finalidade de servir os interesses do mercado externo. Não havia preocupação com o mercado interno da colônia ou do povo que ia se formando, mas sim, formou-se uma colônia da qual explorou-se seu território numa espécie “aproveitamento aleatório” e com atividades que ora eram favoráveis, ora eram decadentes,

²² Território desorganizado no sentido de uma configuração territorial que não atende aos propósitos da população da colônia e depois do Brasil independente, mas, aos interesses da minoria que do território deriva vantagens.

de tudo isso resultará uma consequência final, e talvez a mais grave: a forma que tomou a evolução econômica da colônia. **Uma evolução cíclica tanto no tempo quanto no espaço, em que se assiste sucessivamente a fases de prosperidade estritamente localizadas, seguidas, depois de maior ou menor lapso no tempo, mas sempre curto, do aniquilamento total** [...] a primeira fase de prosperidade, que alcança os mais antigos centros produtores de açúcar da colônia, em particular a Bahia e Pernambuco, e que vai até fim do século XVII, segue na decadência logo no início do seguinte. Substituem-se essas regiões, na linha ascendente de prosperidade os centros mineradores. Essa ascensão não irá muito além da metade do século; já antes do seu terceiro quartel assistimos progressivo aniquilamento das minas. Volta novamente à prosperidade dos primitivos centros agrícolas do litoral; a eles se acrescentam alguns outros; o açúcar é substituído pelo algodão [...] começava a degradingolada das regiões até então no primeiro plano, e outras vinham a tomar-lhes o lugar, já agora com um produto novo: o café (PRADO JR., 2011, p. 133) (grifo nosso).

Na passagem que encontra-se no livro *Formação do Brasil contemporâneo*, ao descrever as atividades econômicas, descreve também como elas se encontravam no espaço (nas regiões) e no tempo. Afirma que seguiu-se uma evolução cíclica que se deu por “arrancos” que variavam do “progresso ao aniquilamento” em cada uma das regiões. Observação importante feita pelo autor ainda é o modelo no qual se assentou a formação dos espaços regionais brasileiros, que se deu de forma precária e sem mínima infraestrutura. Outro fator destacado é a população, tratava-se de um elemento fundamental, eram necessárias pessoas para povoar, mas também para servirem de mão de obra nas regiões, a população é o elemento central que faz tudo funcionar pelos objetivos que fogem do interesse da parcela maior de seu povo.

Caio Prado Jr. subdivide as atividades econômicas do período colonial e descreve de forma minuciosa as diferentes formações regionais que decorrem das diferentes atividades econômicas localizadas nas diferentes regiões brasileiras. Inicialmente a maior parte das atividades tem a agricultura como atividade central, posteriormente a mineração,

o extrativismo, a pecuária as atividades de indústria e comércio. Este intérprete detalha como as atividades se movimentam no espaço e no território dentro da colônia desenhando as suas primeiras formações territoriais. As primeiras regiões que foram alvo da ocupação, a formação das primeiras cidades, resultados das atividades praticadas naquele território e detalha como cada atividade assenta e as bases da organização e estrutura social que eram necessárias para que a atividade obtivesse o sucesso, mesmo que passageiro.

Demonstra como a atividade da pecuária foi importante no processo de expansão de novas regiões e novos territórios no período colonial. Com a “febre do ouro” localizada no centro sul começou a haver presença desta atividade também aos arredores de Mato Grosso e Minas Gerais. Posteriormente, a atividade se apresenta forte no Rio Grande do Sul. Merecido destaque também para esta atividade pelo fato de ter “um papel de primeira ordem na unidade do país e na sua formação” e pelo fato de “formarem uma teia de imensas ligações terrestres” são os tropeiros que levavam o gado de leste a oeste e norte a sul (PRADO JR., 2011, p. 247).

Observou as várias escalas o conjunto das regiões brasileiras numa dinâmica regional cíclica com o progresso de algumas regiões em detrimento de outras que experimentam um aniquilamento. Consegue traduzir as movimentações dos centros dinâmicos regionais. Não só desde o próprio Brasil, mas observar o que se passava fora num conjunto mundial, global aí está colocada inegavelmente a questão regional em Caio Prado Jr. Ao trabalhar minuciosamente em suas obras a distribuição das atividades pelo território, há uma ligação tênue como o desenvolvimento regional, e sobretudo já demonstrando suas características de um desenvolvimento entre as regiões que se apresenta de forma que é em essência desigual. A atividade cafeeira alavancou um “progresso territorial” na região Sudeste do país, criou-se ferrovias, estradas, portos, etc., a mudança em termos sociais também aparece.

Já a região Nordeste, experimentou a contínua decadência e permaneceu com a composição atrasada com as bases precárias em que se fundou a colonização brasileira. Caio Prado Jr. demonstra que tudo o que se fez desde o Império à República foi pelo rei-café no Brasil, ou seja, todas essas mudanças ocorridas historicamente dão conta de manter os “velhos” interesses das elites.

Caio Prado Jr. faz um estudo minucioso analisando a distribuição geográfica das atividades no território brasileiro. Em leitura de suas obras é possível perceber o rigor de ao trabalhar os aspectos históricos, econômicos (já exaltado por muitos de seus comentadores), mas o caráter espacial, regional que está envolto por certa geografia e não parece um viés muito discutido em suas obras. A abordagem caiopradeana é sem dúvida uma contribuição sugestiva para pensar as desigualdades regionais²³ no Brasil atual. Demonstra como algumas regiões tiveram a oportunidade de alavancar um maior desenvolvimento regional em detrimento de outras que experimentaram a decadência ou predomínio de atividades complementares à vida da colônia, regiões essas submetidas ao marginalismo, já que a região que importava era aquela que pudesse produzir algum tipo de riqueza e lucros para o mercado externo. Ao passo que a melhora das condições de vida da população parecem nunca ter sido uma prioridade.

Assim, conforme as contribuições do autor é possível concluir que a dinâmica regional no Brasil favoreceu e se manteve de acordo com os interesses de grupos dominantes, o que fez com que se valorizasse alguns espaços e regiões em detrimento de outras as quais ficaram inertes no espaço e no tempo. Esse caráter descontínuo, desintegrado e desorganizado do território que é permeado por contradições e desequilíbrios regionais vai ser marca da colônia que outrora

23 Pode-se relacionar o que fez em seus livros com a teoria com desenvolvimento geográfico desigual. Enquanto algumas regiões experimentam crescimento, outras regiões experimentavam similarmente a decadência e o total aniquilamento. O que justamente faz com que este movimento tenha sequência é a dinâmica do capital, esgota-se recursos fundamentais num local então parte-se para outro com novas perspectivas.

se formara com os interesses voltados para fora, e não para dentro do próprio território e da sua gente. Nesse sentido, cabe afirmar que Caio Prado Jr. ainda é atual, já que em pouco ou quase nada evoluímos, seguimos exportando alguns gêneros primários, em essência, continuamos a reproduzir esse sentido. Essa desorganização e fragmentação dos territórios reflete ainda hoje, séculos depois, na forma de desequilíbrios e desigualdades regionais de um país que segue atendendo pouquíssimo aos interesses de sua gente.

Celso Furtado

Evidenciar a contribuição de Celso Furtado para a questão regional não é tarefa trivial. Muitos estudiosos do regional no Brasil já evidenciaram suas contribuições tentaremos aqui em apertada síntese evidenciar algumas de suas contribuições. Celso Furtado é um dos grandes nomes da CEPAL, a primeira escola de pensamento desde a América Latina. Pautado no pensamento estruturalista, em que o debate envolvia as teorias de centro e periferia. Que resumia-se que nos países centrais ostentavam altas taxas de crescimento, desenvolvimento e tecnologia, pautados em uma industrialização pujante. Já os países subdesenvolvidos, periféricos experimentaríamos altas taxas de desemprego, baixos níveis de crescimento, baixa estrutura tecnológica e produtores essencialmente de bens primários.

A preocupação com a temática regional parte desde um viés histórico e se sobressai em primeira análise, com o estudo minucioso da economia brasileira na obra **Formação Econômica do Brasil** de 1959. Outra questão que sobressai neste autor é a questão regional com especial atenção a região Nordeste, que se consolida com a publicação de “**Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**” datado também de 1959. Esta publicação ficou publicamente conhecida como documento do **Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste** (GTDN), que deu origem posterior à SUDENE.

A obra de maior magnitude que o coloca entre os mais importantes pensadores do século XX é sem dúvida **Formação Econômica do Brasil**. Esta obra se trata de uma análise econômica da formação histórica do Brasil desde a colonização até a primeira metade do século XX. ,assim como as análises de Caio Prado Jr., Furtado também utilizou-se de certa geografia para analisar histórica e economicamente as configurações do território brasileiro, todavia por outro enfoque teórico metodológico, o estruturalismo cepalino.

Furtado analisou os fundamentos da ocupação territorial que teve lugar no Brasil colocando o país em um contexto mundial, afirmando que a “descoberta” deste foi resultado da expansão do capitalismo europeu. Inicialmente o interesse nas novas terras era pela possibilidade que tinham de oferecer ouro e metais preciosos. A ocupação do território do Brasil propriamente é uma pressão exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações da Europa, afirmando que estes teriam direito apenas aos territórios que estivessem ocupados na América. Assim, Portugal teve a necessidade de ocupar e povoar o novo território e fazer com que as novas terras rendessem lucros e riquezas. E uma das saídas em primeiro momento foi a exploração agrícola deste novo território. E para que a grande empresa agrícola prosperasse, a produção de açúcar foi mobilizada no litoral brasileiro. E a mão de obra mobilizada para todo o trabalho foi a de escravos trazidos do continente africano (FURTADO, 1963).

Com a decadência da atividade açucareira, Portugal havia que encontrar uma saída para uma colônia que lhe gerava mais gastos dia após dia. Assim seria necessário alguma atividade que fizesse valer o investimento na colônia, que se empobrecia. A atividade de mineração foi responsável pela primeira grande movimentação da população deslocando-se do Nordeste para o Centro Sul. Não foi só interno o movimento demográfico com a nova atividade na colônia, um contingente grande de imigrantes europeus lançou-se ao novo mundo em busca

do “novo eldorado”. A atividade de mineração cresceu em toda a primeira metade do século XVIII e chegou ao seu pico por volta de 1760, atingindo cerca de 2,5 milhões de libras. Após esse período, por volta de 1780, experimentou a decadência (FURTADO, 1963).

Ainda sobre a dinâmica populacional nessa região, Furtado ressaltou que onde se localizava a economia mineira concentrou-se um núcleo populacional numeroso, descolocado especialmente do litoral nordestino e também de partes da Europa, na aposta pela atividade de mineração:

a economia brasileira se apresentava como uma constelação de sistemas em que alguns se articulavam entre si e outros permaneciam praticamente isolados. As articulações se operavam em torno a dois polos principais: as economias do açúcar e do ouro. Articulada ao núcleo açucareiro, se bem que de forma cada vez mais frouxa, estava a pecuária nordestina. Articulando ao núcleo mineiro estava o **hinterland** pecuário sulino, que se estendia de São Paulo ao Rio Grande. Esses dois sistemas, por seu lado, ligavam-se frouxamente através do Rio São Francisco, cuja pecuária se beneficiava da meia distância a que se encontrava o Nordeste e o Centro-Sul para dirigir-se ao mercado que ocasionalmente apresentasse maiores vantagens. No Norte estavam os dois centros autônomos do Maranhão e do Pará. Este último vivia exclusivamente da economia extrativa florestal organizada pelos jesuítas com base na exploração da mão de obra indígena [...] o Maranhão, se bem constituísse um sistema autônomo, articulava-se com a região açucareira através da periferia pecuária. Dessa forma, apenas o Pará existia como um núcleo totalmente isolado. Os três principais centros econômicos – a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão – se interligavam, se bem que de maneira fluida e imprecisa, através do extenso **hinterland** pecuário (FURTADO, 1963, p.114).

Furtado descreveu os ciclos regionalmente e colocou a situação do Brasil frente ao cenário internacional. Além disso, afirmou que os produtos como o açúcar e o algodão não ofereceram grandes melhorias para a economia brasileira. A economia brasileira passava por

sérios problemas de ordem econômica e política. Tendo isto em mente, acrescentou: o desenvolvimento interno do país só se tornaria viável quando este possuísse uma base tecnológica. Sem isso seria difícil o país adentrar no mercado externo. E para o Brasil adentrar no mercado externo seria necessário alcançar um nível de exportações mínimo para alavancar uma nova etapa de desenvolvimento, mas, com a decadência e defasagem de maior parte dos seus produtos, ficava em uma posição difícil. No meio de tantas dificuldades haveria que se encontrar algum produto que fosse viável economicamente e que se pudesse fazer uso desse extenso território improdutivo. E aí que surgiu com certa importância o café, que viria a ser um dos produtos de maior significação na pauta de exportação brasileira posteriormente.

A produção cafeeira geograficamente se localizou na região Centro-Sul do Brasil. Esta atividade aproveitou-se do clima, da mão de obra escrava e das lavouras. Além disso, os custos dessa empresa cafeeira eram ainda menores, relativamente aos custos da empresa do açúcar. O café passou a ser o centro das atenções e a principal pauta de exportação brasileira, tendo significado já nos dois primeiros decênios cerca de 40% das exportações. Geograficamente se concentrava na região montanhosa e próxima da região mineira, local onde se localizava um contingente significativo de mão de obra. Se junta a isso, uma relativa proximidade dos portos, o que facilitava os transportes. Assim se montou a “economia regional cafeeira” com base no aproveitamento dos recursos que outrora serviram a outros ciclos já em decadência. É com o café que o Brasil se inseriu no mercado mundial (FURTADO, 1963).

Furtado subdividiu o Brasil em três grandes regiões. Primeiro a região do açúcar, segundo a economia de subsistência ao sul e, por fim, a economia cafeeira no Centro-sul. Sobre a região Nordeste, dados do censo datado de 1872 dão conta de que mais da metade da população brasileira vivia nesta região, que compreendia a faixa dos Estados de Maranhão até Sergipe e Bahia. Nesta região ainda, o autor analisou dois diferentes sistemas: o litorâneo e o mediterrâneo.

O primeiro essencialmente exportador e o segundo de subsistência. Em análise aos dois sistemas, Furtado coloca que:

Em primeiro lugar, pode-se admitir que a população dos dois sistemas haja crescido com igual intensidade e que a renda **per capita** do sistema de subsistência haja permanecido estável; neste caso, a queda da renda **per capita** do sistema exportador teria sido substancial. Em segundo lugar, pode-se admitir que tenha havido transferência a de população do sistema exportador para o de subsistência e que a renda **per capita** naquele se haja mantido; neste caso, mesmo que se mantivesse a renda no setor de subsistência, haveria um baixa na renda média da região [...] em síntese, para que não houvesse redução na renda **per capita** da região, teria sido necessário que aumentasse substancialmente a produtividade [...] por tanto, cabe admitir que houve declínio na renda **per capita** desse sistema na economia brasileira (FURTADO, 1963, p. 178).

O sistema seguinte que Furtado trabalhou referiu-se à economia de subsistência do Sul, mais especificamente a região onde se localiza hoje o Paraná, especialmente com a atividade da erva mate. No Rio Grande do Sul, o forte era a questão pecuária, atendendo o país internamente e, posteriormente, exportando para fora. A diferença se sobressai regionalmente entre o Sul e o Nordeste brasileiro se atentam-se aos dados demográficos entre 1872 a 1900, a população dos três Estados do sul incluindo Mato Grosso cresce a taxa de 3% ao ano. Enquanto 8 estados nordestinos crescem a taxa de 1,2% ao ano.

O terceiro sistema analisado pelo autor é a região produtora de café, que abrangia os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. A taxa de crescimento populacional dessa região era de 2,2% entre 1872 a 1900, superior, portanto, ao Nordeste. Todavia, dentro dessa região se observaram movimentos demográficos. O Rio de Janeiro e Minas Gerais têm um crescimento mais lento em relação aos Estados do Espírito Santo e São Paulo, exibindo uma taxa de 3,6%. Esses dados afirmam o desenvolvimento da região cafeeira com uma concentração da produtividade alta na região paulista.

Nos últimos decênios do século XIX, o Brasil experimentava uma produção de café significativa e no adentrar do século XX, especificamente 1880 a 1902, aumentou respectivamente de 3,7 para 16,3 milhões de sacas. Todavia, no início do século XX, houve uma superprodução e uma baixa dos preços em nível internacional, fazendo com que o governo instituisse uma “política de defesa” para o setor cafeeiro (este que passou a ter maior poder regional especialmente depois da descentralização republicana). É aí que se firmou o convênio de Taubaté, um mecanismo de valorização do produto garantindo assim, os lucros dos fazendeiros do café da região Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Porém, com a crise mundial de 1929, a produção de café também é afetada e sua produção caiu pela metade. Os investimentos que estavam centrados no café decrescem, migrando principalmente, para a cultura do algodão. Furtado ressaltou que, com a depressão, os preços de mercadorias importadas se elevaram. Sendo assim, a demanda que antes era abastecida por importações, passou a ser, em parte, suprida por produtos internos. Por conta da crise, “cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno” (FURTADO, 1963, p. 244,). As atividades voltadas para o mercado interno começaram, então, a ganhar maior relevância.

Assim, a partir dos primeiros decênios do século XX, o centro dinâmico da economia brasileira passou a ser o mercado interno. Nesse período ocorreu um “processo de articulação” das diferentes regiões brasileiras, que antes se comunicavam apenas como o exterior. O crescimento intenso do café, principalmente nos últimos decênios do século XIX e nos primeiros decênios do século XX criou gritantes desigualdades regionais e diferenças nos níveis de rendimento médio da população. De outro lado, a região do café “dotou o Brasil de um sólido núcleo em torno do qual as demais regiões tiveram necessariamente de se articular” (FURTADO, 1963, p. 294). Inicialmente o processo de integração regional aconteceu com a região Sul do país. Essa é a primeira grande

região que se beneficiou do processo de expansão do mercado interno, por conta do desenvolvimento da lavoura cafeeira.

Na região Nordeste a integração se fez pela economia do açúcar, “nesse caso, a luta pelo mercado em expansão da região cafeeira não se realiza contra concorrentes externos, mas sim contra produtores locais” (FURTADO, 1963, p. 294). A última região a integrar-se da expansão da região cafeeira industrial é a região Amazônica. Aí a borracha passou a ser incorporada totalmente pela região industrial do café e passou-se a abrir novas linhas de produção para a região Norte do país. Na metade do século XX, o Brasil já havia alcançado um nível de integração entre as suas diferentes regiões, ao passo que as diferenças nos níveis de vida de sua população vinham se tornando cada vez mais acentuadas e evidentes. Tendo em vista que, juntamente com o crescente desenvolvimento da região cafeeira, se intensificou também um processo de concentração regional da renda na região Sudeste.

O autor comparou as duas regiões, Nordeste e São Paulo, e demonstrou como aconteceu e se intensificou o processo de concentração regional, especialmente, depois do pós-guerra. A fatia no produto industrial de São Paulo passou de 39,6% para 45,3% entre os anos de 1948 a 1955, respectivamente. Enquanto que a fatia do Nordeste correspondia a 16% e 9,6% no mesmo período considerado. A consequência disso era uma disparidade nos níveis de renda da população. Observou que em São Paulo a renda era quase cinco vezes maior do que a região do Nordeste. E que essa significativa disparidade:

se acentua atualmente, entre os principais grupos de população do país, poderá dar origem a sérias tensões regionais. Assim como na primeira metade do presente século cresceu a consciência de interdependência econômica – a medida que se articulava as distintas regiões em torno do centro cafeeiro – industrial em rápida expansão – na segunda poderá aguçar-se o temor de que o crescimento intenso de uma região é necessariamente a contrapartida da estagnação de outras (FURTADO, 1963, p. 296).

Furtado atentou ainda para a tendência dessa concentração: “em um país da extensão geográfica do Brasil, é de esperar que tal processo tenda a prolongar-se extremamente” (FURTADO, 1963, p. 296). Para que este problema pudesse ser solucionado, o autor defendia uma forma de integração das regiões brasileiras diferente daquela que aconteceu no início do século XX. Nesse período a articulação das regiões brasileiras foi unicamente desviar as regiões produtoras que antes enviavam seus produtos para o exterior agora para a região do café. Para o autor, o processo de integração regional se daria com o aproveitamento mais racional de recursos e fatores no conjunto da economia brasileira. O caso do Nordeste é um fenômeno secular, muito antes do processo de industrialização de São Paulo. Para ele, a causa de tal decadência está na “incapacidade do sistema para superar as formas de produção e utilização dos recursos estabelecidos na época colonial” (FURTADO, 1963, p. 299).

Defendia que o processo de integração econômica exigia abandono das formas arcaicas de aproveitamento dos recursos e dos fatores nas regiões, promovendo um crescimento econômico seguido de uma melhora na qualidade de vida da população. Todavia, o Brasil com um extenso território, rico em recursos naturais, seguiria no desafio de, no mínimo, diminuir as disparidades nos graus de desenvolvimento entre as suas regiões (FURTADO, 1963).

A preocupação com a questão regional será frequente nas suas obras posteriores: as disparidades regionais e a heterogeneidade da economia brasileira:

O Brasil surge como uma imensa continuidade territorial, dotada de unidade política e cultural, mas descontínuo e heterogêneo do ponto de vista econômico. Aproximadamente duas terças partes do território nacional constituem um imenso vazio demográfico e econômico. Em cerca de cinco e meio milhões de quilômetros quadrados habitam pouco mais de sete milhões de habitantes. Possivelmente será esse, ao lado do Saara, o mais

extenso vazio econômico que existe ainda hoje na superfície ocupada do globo terrestre [...] No terço restante do território brasileiro, existem pelo menos dois sistemas econômicos autônomos. O sistema nordestino, que se estende da Bahia ao Ceará, com cerca de 18 milhões de habitantes, num território de pouco mais de 1,3 milhões de quilômetros quadrados. E o sistema sulino de Minas gerais ao Rio Grande do Sul com cerca de 1,5 milhões de quilômetros quadrados (FURTADO, 1981, p. 5).

Com relação ao problema das disparidades regionais, Furtado alertou para a necessidade de uma política de desenvolvimento regional, reafirmando a necessidade de reconhecer que a economia brasileira não estava integrada entre suas regiões e a necessidade de uma “unidade nacional”. Que as regiões são compostas por uma desigualdade de renda e dos ritmos de crescimentos, que se dão de forma desigual entre as duas principais regiões do território brasileiro. Alertou que os problemas das disparidades regionais não se resolveriam de forma espontânea e que, por isso, a esta preocupação dever-se-ia integrar uma política geral de desenvolvimento. Para Furtado, a tendência, como se observara, seria que com o passar dos anos, os desequilíbrios regionais se acentuassem e que, portanto, “o desenvolvimento está contribuindo para agravar essas disparidades e não resolve-las” (FURTADO, 1981, p. 69).

A medula dessa questão é a seguinte: o Brasil é um extenso território ocupado de forma irregular, apresentando combinações diversas de fatores e recursos, em sistemas econômicos com distintas potencialidades; desenvolver simultaneamente esses sistemas significa dividir demasiadamente os recursos e reduzir a intensidade média de crescimento do conjunto. Desse raciocínio se deduz que é necessário concentrar os recursos escassos nas regiões de maior potencialidade, para criar um núcleo suficientemente poderoso que sirva de base ao desenvolvimento das outras regiões (FURTADO, 1981, p. 71).

E sugeriu ainda um plano de desenvolvimento regional a longo prazo para o Brasil, uma política de colonização. Fazendo com que se tivesse uma melhor distribuição dos recursos naturais e da mão de obra

e assim, seria um passo para alavancar a produtividade de uma forma geral. Mas não somente isto, para Furtado fazia-se fundamental que se articulassem os distintos aspectos do problema: deslocamento do excedente de população, colonização, organização da produção, transportes etc. Para Furtado, o Nordeste, em um plano de desenvolvimento, deveria ser tratado com atenção especial. Defendia um programa mais forte para aquela região especial. Assim, uma política de desenvolvimento regional, pressuporia uma compreensão dos objetivos nacionais de desenvolvimento, além de se levar em conta a peculiaridade de cada região.

Pautado nesses diagnósticos, Furtado afirmou que ao compreender as causas das crescentes desigualdades regionais, passou a preocupar-se com o futuro da nação e com o destino de seu povo. Tinha ciência inclusive, que o desenvolvimento econômico aos moldes capitalistas tenderia a criar e acentuar cada vez mais as desigualdades intrarregionais. Para ele se tratava de “uma lei universal inerente ao processo de crescimento: a lei da concentração”. E tratando-se de um país de extensões continentais como é o caso do Brasil, esta lei universal sem dúvidas tenderia a criar problemas, inclusive quanto à formação da própria nacionalidade. Este autor enxergava que as crescentes desigualdades regionais constituiriam o maior e mais grave problema do Brasil ainda na metade do século XX.

Este autor atentou para o modelo de desenvolvimento que se firmou neste continente, que não incluía todo seu povo. Os espaços regionais, aos quais o Brasil foi ao longo do tempo desorganizado e fragmentado seguem reproduzindo um desenvolvimento que é em essência desigual, pautado apenas nos interesses privados e não no atendimento das reais necessidades de suas gentes. Especialmente o Brasil, que seguiu historicamente sendo uma nação historicamente subserviente e onde apenas uma parcela privilegiada de seu povo gozava das benesses de seu desenvolvimento.

Milton Santos

Inicialmente, para discutir a questão regional em Milton Santos, cabe que se retome seus primeiros estudos sobre a forma do fazer geográfico no Terceiro Mundo e sua contribuição seminal na geografia. Para este pensador, os Estudos Urbanos e Regionais voltados para o Terceiro Mundo se realizavam de forma equivocada e insuficientes, uma vez que se utilizavam modelos e teorias impostos pelos países desenvolvidos. Conhecendo a realidade do Terceiro Mundo, concluiu que a geografia francesa não oferecia aportes teóricos suficientes para explicar as particularidades do subdesenvolvimento. Crítico dessa forma de fazer ciência e compreender a realidade do Terceiro Mundo, entendia que existia uma lacuna a ser preenchida e que seria por meio de uma “Nova Geografia”, com enfoque teórico - metodológico próprio que fosse capaz de levar em conta as particularidades do Terceiro Mundo. Isso se daria por meio de uma renovação da geografia e por uma profunda análise da realidade nos países subdesenvolvidos (SANTOS, 1990).

Nos seus primeiros estudos, Milton chamou a atenção para o conceito de região, um conceito que deveria estar no centro dos debates. Além disso, recorreu a Sorre para explicar que a “paisagem” dos países subdesenvolvidos deriva das necessidades econômicas dos países desenvolvidos. Os países subdesenvolvidos são caracterizados pela ação de domínio dos países e das regiões desenvolvidas e por tentativas de escapar desta condição e das consequências dessa dominação.

Os progressos realizados no domínio dos transportes e das comunicações, bem como a expansão da economia internacional – que se tornou “generalizada” – explicam a crise da noção clássica de região. [...] Nas condições atuais da economia universal, a região já não é uma realidade viva, dotada de coerência interna. Definida, sobretudo do exterior, seus limites mudam em função dos critérios que lhe fixamos. Por conseguinte, a região não existe por si mesma (SANTOS, 1990, p. 10).

De modo que nas condições de uma economia universal, a região não se trata de uma realidade viva e dotada e, por isso, de coerência interna. Ela é definida, sobretudo, pelo exterior. Por isso, acrescenta: “os processos são na maioria das vezes comandados do exterior e impostos aos homens e a atividades num espaço determinado. A ausência de uma autonomia regional é paralela falência da Geografia Regional considerada nos moldes clássicos” (SANTOS, 1990, p. 10).

Chamou a atenção já nas suas primeiras obras para a internacionalização da economia e para a aceleração dos processos globais (das pessoas e das informações, da finança) que desenham uma nova realidade regional no Terceiro Mundo, ditadas pelos interesses do mercado. E para compreender essa dinâmica, o olhar local da Geografia possibilista Francesa de La Blache parecia ser insuficiente, fazendo-se necessário um olhar totalizador do interno e do externo para a compreensão completa dos processos. Chamou a atenção ainda para o papel dos investimentos na formação das regiões ao dizer que a região é “penetrada pelas condições atuais da economia internacional, tendência essa que se vem reforçando cada vez mais. Ora, os investimentos sempre mais internacionalizados, têm assim um papel a desempenhar na elaboração dessa nova Geografia” (SANTOS, 1978, p. 88).

Sugeri que a antiga noção de região pautada na geografia tradicional possibilista não poderia mais resistir às configurações atuais da economia, governada, nos diversos países, por uma internacionalização do capital que vai ganhando novas e diferentes formas. E ressaltou:

Houve um momento em que a região era considerada como categoria *par excellence* do estudo espacial. Este enfoque que Milton crítica, desconsiderava o papel do Estado e as classes sociais. Para este estudioso a região “é o *locus* de determinadas funções da sociedade total num momento dado” [...] Milton entende que a região, é nada mais que “um subespaço do espaço nacional total” (SANTOS, 1992, p. 67).

Uma das contribuições mais importantes e um marco fundamental da renovação marxista da geografia humana reside na formulação do conceito de **Formação Sócio espacial**, conceito derivado de Marx do conceito **Formações Econômicas Sociais** (MAMIGONIAN, 1996). Milton Santos buscou uma categoria que fosse capaz de abranger as análises da sociedade, porém que levasse em conta o espaço (este que tem um papel central e tem-se dado pouquíssima atenção, como alertava). Ele propôs repensar e reformular o conceito marxista de **Formação Econômica e Social**, recomendando o conceito de **Formação Sócio Espacial**. Isso por entender que a natureza-espaço são sinônimos desde que se considere a natureza transformada pela mão humana. O intento deste pensador foi de pensar uma proposta que desse conta de abranger o espaço e a sociedade e as relações sociais.

Assim, a categoria sugerida expressaria a unidade na totalidade das várias esferas, a econômica, a política, a cultural, a social de uma dada sociedade na qual permite o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade, mas também, levando em conta as frações que fazem este todo, por isso “de fato, a formação social, totalidade abstrata, não se realiza na totalidade concreta senão por uma metamorfose onde o espaço representa o primeiro papel” (SANTOS, 1979, p. 15). “Este conceito busca abarcar a totalidade da unidade da vida nacional”, já que,

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tamanha imposição sobre o homem nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que se unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais [...] Como podemos esquecer por tanto tempo está inseparabilidade das realidades e das noções de espaço inerentes à categoria da formação social? [...] Não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais. De fato é de formação sócio espacial que se trata (SANTOS, 1979, p. 18).

Entretanto, como alerta Milton Santos, é preciso ter em mente que “a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1979, p.10). Formação econômico social pode ser entendida como uma estrutura econômica correspondente à uma base técnico produtiva localizada geograficamente pela distribuição de determinada atividade de produção. É por isso envolvida por diferentes formas técnicas organizacionais do processo produtivo e correspondem assim as diferentes relações de produção. Sendo que não se pode concebê-las sem levar em conta a noção do espaço. Abrangente, este conceito daria conta de analisar uma sociedade na sua totalidade e igualmente nas suas frações num dado momento de sua evolução, segundo suas especificidades o que as diferencia de outras formações sociais (SANTOS, 1979).

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência como tempo histórico; é igualmente impossível imaginar que a sociedade se possa realizar sem o espaço ou fora dele. A sociedade evolui no tempo e no espaço. Tempo e espaço conhecem um movimento que é ao mesmo tempo contínuo, descontínuo e irreversível. Tomando isoladamente tempo é sucessão, enquanto espaço é acumulação, justamente uma acumulação de tempos [...] o espaço é o resultado dessa dissociação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanentemente e uma paisagem em evolução permanente (SANTOS, 1979, p. 42-43).

Santos sugeriu ainda que o espaço é uma realidade objetiva, um produto social e ainda, um subsistema da sociedade global, uma instância social. Reafirmou que as formas espaciais são resultado dos modos de produção que ali predominam. Ainda mais, o espaço é consequência do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção e circulação. As regiões não teriam “autonomia” e sim, seriam operantes e guiadas por uma totalidade do espaço. Assim, tanto as regiões mais desenvolvidas quanto as menos desenvolvidas seriam resultado do processo que foi historicamente travado ali. Por isso, a necessidade de construir uma “epistemologia genética do espaço

geográfico” considera que “as mudanças históricas conduzem as mudanças paralelas da organização do espaço” (SANTOS, 1979, p. 51).

Milton compreendeu que uma Formação Socioeconômica trata-se de um Estado – Nação, por sua vez, compreendido como uma totalidade. Uma região é uma subunidade do sistema nacional, mas que também faz parte do Estado – Nação, portanto, desta totalidade. No caso de uma Formação Sócio Econômica subdesenvolvida, subserviente, onde as “forças externas” tem imposto suas vontades as nações subdesenvolvidas conseqüentemente, a organização do espaço tornar-se-ia dependente. Assim, “as instituições e empresas que impõem inovações técnicas ou organizacionais têm um objetivo comum – a acumulação de capital” (SANTOS, 1979, p. 30).

Do momento em que se aceita um modelo de crescimento orientado para fora, o Estado e a Nação perdem o controle sobre as sucessivas organizações do espaço. Ao ser adotada a ideologia do crescimento pela maioria dos países do Terceiro Mundo, o Estado prepara o caminho para que os “modernizadores” possam instalar-se e operar. A estrutura dos gastos públicos se transforma, orientando-se de preferência para a construção de infraestruturas, transportes ou bens públicos, os quais servem mais, melhor e mais baratos às empresas modernas que a população (SANTOS, 1979, p.31).

Em países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, a concentração industrial é geralmente sinônimo de concentração econômica. Se consideramos o ano de 1960, em que a maior parte da produção localizava-se em São Paulo, aí também se localizava o setor financeiro. Cabe considerar que uma região mesmo atingindo o ápice da industrialização não leva a solução do problema das desigualdades ou do subdesenvolvimento, mas pelo contrário. A industrialização não resulta em redistribuição da renda, muito menos das riquezas geradas, o que ocorre é o processo inverso. As desigualdades regionais agravam-se pelos territórios (SANTOS, 1979).

A política de crescimento estimula cada vez mais a produção de bens de capital para os quais não existe mercado interno. O Estado é portanto, compelido a adotar uma política de grande potência, favorecendo as grandes empresas sem consideração pelas massas cada vez mais empobrecidas e afetando a imagem do país no exterior (SANTOS, 1979, p. 114).

No caso do Brasil, a industrialização se deu com viés dependente servindo aos interesses do capital internacional, um país onde as desigualdades regionais e sociais são profundas e o crescimento do Produto Interno Bruto é acompanhado pelo empobrecimento de uma parcela de seu povo. No Brasil, alertou Milton, há a necessidade de deixar claro que crescimento não é sinônimo de desenvolvimento, que ao contrário são antagônicos. Pois, “à medida que o Produto Interno Bruto aumenta, os ricos tornam-se mais ricos, a classe média alta mantém sua situação e os pobres tornam-se mais pobres” (SANTOS, 1979, p. 115).

Para explicar a relação entre natureza e sociedade, Milton Santos explicou como se dá a substituição de um chamado meio natural por uma sociedade que é cada vez mais artificializada e por meio da técnica²⁴. Os conceitos de **meio-técnico-científico** surgem ainda em 1980 nas obras de Milton Santos. Todavia, aparecem mais bem formulados nos escritos da década de 1990, especialmente em a **Natureza do Espaço**, e posteriormente na última obra, em 2001. Propôs uma periodização diferente do usual utilizado pelos pensadores brasileiros. Sugeriu que se compreenda a sociedade por meio de três períodos, **o meio natural**, **o meio técnico**, e **o meio-técnico-científico-informacional**.

O **meio natural** compreende a relação metabólica do homem com o meio, um período sem grandes transformações, no qual as técnicas, o trabalho e a natureza se relacionavam sem qualquer outra

24 “No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada” (SANTOS, 2006, p. 39).

mediação. O **meio técnico** vê a necessidade de um espaço que já é mecanizado, marcado pelo início urbanização. Já o **meio – técnico-científico – informacional**, inicia-se após a Segunda Guerra Mundial e inclui maior parte dos países de Terceiro Mundo, aprofunda-se especialmente da década de 1970. Este período se distingue dos demais, pois se aprofunda a interação entre a ciência e a técnica e seu ápice se dá com o processo de globalização, no qual Milton refere-se ao período atual (SANTOS, 2006).

Em uma de suas últimas obras, Milton Santos retomou os conceitos trabalhados anteriormente, especialmente em: **A Natureza do Espaço Técnica Razão e Emoção**, aplicando-os a realidade nacional na tentativa de explicar a formação sócio espacial brasileira fazendo “falar o território”. Para fazer tal análise, utilizou a categoria de **formação sócio espacial** e **território usado**. “O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território” (SANTOS, 2001, p. 19). O território trata-se de uma unidade na diversidade e se coloca como uma questão central na história humana e na história de cada país, pois constitui o pano de fundo das diferentes etapas. Sugere que as contínuas mudanças da sociedade e no território podem ser abrangidas pelo conceito de formação sócio espacial.

Para interpretar a formação sócio espacial brasileira, apresentaram-se três grandes momentos na história da organização territorial brasileira, como sendo: os **meios naturais**, os **meios técnicos** e o **meio técnico-científico-informacional**. Por meio de técnicas em diferentes tempos, a sociedade constrói a “história dos usos do território nacional” (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

O **meio natural** ou pré-técnico é marcado pelos tempos que Santos batizou de “natureza lenta”, comandadas pelas diferentes tribos indígenas que habitaram durante milhares de anos por coletores

caçadores sem desenvolver o aperfeiçoamento de técnicas. Um período no qual humanos se adaptavam de acordo com as leis naturais e da natureza tiravam somente o necessário para a sobrevivência (SANTOS, SILVEIRA, 2001).

O período seguinte é chamado de **meio técnico**, marcado pelo advento da mecanização que ocorre em alguns lugares selecionados do espaço o que pode ser entendido pela divisão territorial do trabalho. E neste processo, os lugares que já estão organizados para uma determinada produção. Neste período, começa a ocorrer o inverso do que ocorria no meio natural, no qual o homem adaptava-se à natureza. Este período específico se dá pelo início do processo no qual o homem domina a técnica, ou seja, “são as lógicas e os tempos humanos impondo-se à natureza”.

Na primeira metade do século XX, a partir da década de 1940, ocorreu a chamada “mecanização” juntamente com a “motorização” do território. Assim “rompia-se com esse modo, a regência de um tempo ‘natural’, para ceder lugar a um novo mosaico: um tempo lento para dentro do território que se associava a um tempo rápido para fora” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 37). No pós-segunda guerra ocorreu a integração regional e a consolidação da hegemonia paulista sobre o restante do país, concentrando a maior parte dos investimentos nesta região, seguido de um crescimento industrial e a conformação de um mercado localizado territorialmente no Centro-Sul. A região polarizada impõe o modelo de industrialização aos demais centros regionais do país e cria-se uma relação de dependência com este centro, num processo que acentua as disparidades no território nacional. Acelerando o processo que não poderá resultar em nada mais do que disparidades estruturais, onde se torna clara existência de uma periferia e de uma **região polo**, ou a chamada **região concentrada**.

Da década de 1970 em diante, vão se ampliar e se modernizar as redes de transportes, as comunicações, se intensificam os

investimentos em infraestrutura e por consequência, há maior rapidez nos intercâmbios, além de uma revolução nas telecomunicações. “De um tempo lento, diferenciado segundo as regiões, passamos a um tempo rápido, um tempo hegemônico único, e influenciado pelo dado internacional: os tempos do Estado e das multinacionais” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 52). É a partir daí que se dissemina o **meio-técnico-científico-informacional**, este permanece localizado em alguns pontos específicos do território,

Daí por diante o que ocorre é a reprodução ampliada do que fora feito no lapso de tempo imediatamente anterior, de modo que tudo cresce ainda mais, porém no mesmo sentido: uma produção industrial extrovertida, um maior endividamento, maior penetração de firmas estrangeiras, para as quais tudo é facilitado, ampliação das facilidades de circulação dentro do país e para os canais de exportação. Paralelamente, agrava-se a tendência à concentração e à centralização da economia, assim como à concentração geográfica e à concentração de renda (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p. 50).

A combinação entre ciência e técnica se deu de forma acentuada a partir dos anos 1970. Aí se dá a propagação do terceiro período chamado de **meio-técnico-científico-informacional**²⁵. De tal maneira que: “gesta-se, a um só tempo, uma grande especialização territorial, com tendência à concentração em da produção de bens e serviços mais ‘nobres’ e escassos em alguns pontos do Sudeste e do Sul” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 50). Junto com o **meio técnico-científico-informacional**, acentuam-se as diferenças regionais, ao passo que soma maior importância as regiões nas quais informação e a finança têm maior influência, as regiões Sudeste e Sul que se traduzem na **Região Concentrada**.

Todavia, a distribuição das informações e das técnicas se dá de forma desigual entre os espaços e pessoas, concentram-se técnica e

25 Santos cunha estes termos pela primeira vez em 1985 no livro *Espaço e Método*, posteriormente trabalha em (1996) *A natureza do espaço* e aplica a realidade Brasileira no livro *Brasil: território e Sociedade no início do Século XXI* (2001).

informação com abundância em determinadas áreas, seguida de outras áreas de total carência. De modo que se “coloniza” o território de forma seletiva, numa dinâmica em que os espaços dotados de maior volume de técnica oferecem maior possibilidades e oportunidade do que aqueles espaços menos dotados de técnica e informação.

O que ocorre é que o meio técnico científico não se dissemina de forma igual pelo território. Se dá por meio de um processo que é seletivo no território, tornando-se um agravante frente às disparidades regionais e sociais, pois criam-se áreas informadas e áreas não informadas. “A expansão do **meio técnico-científico- informacional** é seletiva, dando ênfase a algumas regiões e substancialmente o enfraquecimento relativo de outras” (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p.102). De um lado tem-se um espaço que é informado, mas dominado pelos agentes hegemônicos, num tempo acelerado, interligado com os mercados globais, com acesso às estradas, informação e tecnologia. De outro, o restante dos espaços, com maiores parcelas da população reféns ainda de um tempo lento.

Com o advento da globalização, passa-se a privilegiar apenas o mercado externo, priorizando as empresas globais e com foco na exportação. Nesse novo mercado global, as empresas buscam sua pretensão no espaço com fins de atender às suas demandas, assim o mercado global se impõe e seus interesses se sobressaem ao local sem levar em conta os interesses das populações. Com isso tem-se que “novas formas de compartimentação do território ganham relevo e são capazes de impor distorções a seu comportamento: são as novas caras da fragmentação territorial” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 254). Nesse processo de internacionalização, o Brasil torna-se um “espaço nacional da economia internacional”.

Tal processo globalizante gera desigualdades pelo território, reproduzindo espaços que servem à lógica do capital. Criam-se zonas de alta densidade concentrando tecnologias, informação, serviços,

comunicações e um processo de circulação de mercadorias e da informação com muita rapidez. Seguido de zonas onde a densidade, a fluidez e a lentidão seguem sendo marca, numa dinâmica que reproduz os espaços do obedecer e espaços do mandar, onde se encontram espaços luminosos e espaços opacos, centro e periferia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo foi o de evidenciar as contribuições do pensamento social brasileiro para a questão regional. Selecionou-se para tanto três intérpretes do Pensamento Social Brasileiro, Caio Prado Jr. Celso Furtado e Milton Santos. Revelou-se até aqui que o pensamento social brasileiro parece oferecer importantes aportes para pensar a questão regional neste início de século XXI. Celso Furtado foi um pensador que esteve constantemente preocupado com os desequilíbrios regionais, especialmente, a questão do Nordeste em relação ao Centro - Sul. Soma-se a isso, a tese central de Caio Prado Jr. e o fato do Brasil ser uma formação social semiperiférica que segue se colocando-se frente ao cenário global como um território subserviente, reproduzindo o sentido da colonização que perdura até nossos dias. Nesse sentido a obra de ambos continua atual.

E tem se multiplicado no contexto da globalização perversa da qual Milton Santos é quem chama atenção, pelo que denominou o meio – técnico – científico – informacional, num movimento que se dá de forma desigual e combinada privilegiando algumas regiões em detrimento de outras. O que designou de Região Concentrada, para o caso específico do Sudeste concentrando de forma desigual ciência, técnica e informação, em detrimento de outras regiões relegadas aos tempos lentos, reproduzindo e acentuando as desigualdades sócio espaciais pelo território também parece bastante atual.

Assim para se pensar e discutir a questão regional e o Brasil atual, é sugestivo que se revise os clássicos do pensamento social, por meio de uma leitura crítica já que parecem ainda depois de décadas, guardar importantes pistas para pensar as transformações da realidade brasileira atual. Embora viveram e escreveram sobre a realidade brasileira ao longo do século XX e início do século XXI sua atualidade pulsa nas obras que deixaram. O pensamento crítico e a reflexão das particularidades do desenvolvimento regional brasileiro só é possível por meio de um mergulho no pensamento social brasileiro, este tem a oferecer pistas valiosas para os problemas que se agravam sobretudo, na presente conjuntura.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, M. Gildo. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. **Revista Dados- Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 48, n 2, 2005. 231-269.
- BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. ALMEIRA, Alfredo Wagner Berno de [et al.] *In: Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p.39.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Biblioteca Básica Brasileira. Editora da Universidade de Brasília, 1963.
- FURTADO, Celso. **Perspectivas da Economia Brasileira**, DF, 1981.
- FURTADO, Celso. GTDN. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. *In: Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional*. Org. BIELSCHOWSKY, Ricardo; ALENCAR, Junior, José, Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 2005.
- IBGE/SIDRA. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de contas regionais: Brasil 2016** Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101619_informativo.pdf] Acesso em: 15/02/2019.
- IBGE/SIDRA. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Amostra por domicílio** Disponível em: [<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad/geral/pesquisa-basica>] Acesso em 15/02/2019.

- MAMIGONIAN, Armen. A geografia e “formação social como teoria e como método”. *In*: SOUZA, M.A. org. **O mundo do cidadão um cidadão do mundo**. Editora HUCITEC, São Paulo, 1996.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. Editora brasiliense. São Paulo, 2012.
- PRADO, Junior Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PRADO, Junior Caio. **História Econômica do Brasil**. 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Editora Record. 2001.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. São Paulo: Vozes, 1979.
- SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método. **Antipode**, nº 1, vol. 9, jan./fev. de 1977.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** - 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. -2.ed. - Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia. BOTELHO, André. Simpósio: cinco questões sobre o Pensamento Social Brasileiro. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n 82: 139-159, 2011.

Parte

2

**Intérpretes
e interpretações
do Brasil
contemporâneo**

Os trabalhos reunidos na Parte 2 – Intérpretes e interpretações do Brasil contemporâneo trazem categorias centrais presentes nas obras mais conhecidas e mais clássicas do pensamento social brasileiro, como as imbricações entre o público e o privado; o local e o nacional; as relações entre as dinâmicas institucionais e os processos sociais; a convivência entre a modernidade e a tradição; além de problematizações sobre a construção da cidadania e do Estado de Direito no Brasil. Nesse sentido, o lugar do contemporâneo é construído a partir de um exercício reflexivo bastante presente na área, que se faz através de releituras de textos e contextos do passado com o objetivo principal de não apenas interpretar o presente, mas também de pensar a respeito de futuros possíveis, ou melhor, sobre campos de possibilidades que permitam enquadrar melhor o futuro. Por fim, arrisco dizer, que a maior contribuição dos trabalhos apresentados é a inspiração que eles trazem aos pesquisadores da área para atuarem na sempre necessária reflexão quanto ao impacto político das ideias sobre realidade.

Em seu texto, Hilton Costa investiga a leitura da Monarquia e do período monárquico brasileiro do século XIX realizada por Lilia Schwarcz, sobretudo, na obra ***As Barbas do Imperador***, valendo-se das considerações de Pierre Bourdieu sobre o efeito de teoria e de Jonh Pocock acerca do vocabulário normativo, contexto linguístico e social.

Jaider dos Santos Costa e José Colaço Dias Neto apresentam dados etnográficos, ainda em caráter exploratório, acerca da organização designada como Povo de Israel (PVI ou “Rael”) em um presídio na região metropolitana do Rio de Janeiro e discutem sobre o pensamento social brasileiro a partir das ideias de Tavares Bastos, Rui Barbosa e João Mendes de Almeida Junior.

Por sua vez, Lázaro Cezar Dias, Luiza Karla Castilho Camargos, Priscila Soares dos Santos e Gabriel Floriano Lourenço evidenciam os acontecimentos recentes da economia brasileira, resumindo em três pontos os desdobramentos da pesquisa: os processos de financeirização e

rentismo foram praticados e inclusive ampliados durante o governo lulista, o lucro dos bancos, emprego e salário mínimo valorizado caminharam juntos durante o boom das commodities, entretanto, a situação econômica internacional pós-2008 faz-se distinta, e o combate à corrupção e a operação Lava-Jato colocam mais lenha na fogueira das sucessivas perdas de direitos da massa de trabalhadores da base da pirâmide nacional.

No capítulo ***Crise democrática sob o governo Bolsonaro: uma análise crítica acerca da Política Pública de Saúde Mental***, Maycon Leandro da Conceição tem como objetivo analisar as decisões tomadas pelo Governo Federal via instituição de decretos para a extinção de conselhos e redução da participação social no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e seus impactos nas diretrizes da reforma psiquiátrica.

Por fim, Washington Phillip Spanhol Carneiro analisa algumas características do fenômeno religioso pentecostal e seu projeto de poder em especial a formação de alianças políticas entre representantes pentecostais da Igreja Assembleia de Deus no Congresso Nacional somadas à composição de alianças dentro do campo conservador após as eleições de 2014 com a proeminência de atores religiosos, o avanço do conservadorismo e movimento cooptado pelas elites político-econômicas que se traduziu no golpe de 2016, bem como na eleição de Jair Messias Bolsonaro, representante da extrema direita no espectro político nacional.

The background features a stylized landscape with rolling green hills and a winding path. A large, bold yellow number '8' is positioned in the upper right quadrant. The overall color palette is dominated by various shades of green and brown, with the yellow number providing a strong contrast.

8

Hilton Costa

sob o sol uma coroa:

Lilia Schwarcz
e a Monarquia brasileira

O Brasil acompanha na contemporaneidade a atuação de movimentos políticos, intelectuais e sociais neomonarquistas. O neomonarquismo em voga faz pertinente a indagação ou as indagações sobre o que foi a experiência monárquica no Brasil. Vigente de 1822 a 1889 a Monarquia brasileira²⁶ pode, e talvez até deva, ser compreendida como uma continuidade daquela existente em Portugal, assim fazendo parte do jogo das casas dinásticas europeias. Não é demasiado lembrar que Pedro I, o primeiro Imperador do Brasil, era o herdeiro do trono de Portugal. Trono que ele ocupou com o título de Pedro IV.

A monarquia brasileira foi de breve existência, 67 anos, a curta duração é inversamente proporcional a longevidade das marcas deste período na sociedade brasileira. Da língua as cores da bandeira, da música do hino nacional a questões sociais gestadas neste momento e não enfrentadas a contento até hoje são muitos os elementos passíveis de serem problematizados como uma “herança” monárquica.

O término do regime monárquico na passagem do dia catorze para quinze de novembro do ano 1889 trouxe e traz para História um dos raros momentos onde a versão das pessoas supostamente derrotadas aparece em condição hegemônica. A variante explicativa posta a apresentar a instalação da República no Brasil como um mediante um golpe militar, sem respaldo popular e baseado nos interesses de proprietários rurais descontentes com os rumos, por eles entendidos como progressistas da Monarquia é bem divulgada e bastante aceita.

A aceitação de tal variante se assenta em evidências empíricas consistentes. O movimento republicano no Brasil oitocentista nunca foi, nem quis ser um movimento fundado em bases populares. O republicanismo era praticado e defendido em geral por estudantes do

26 A presente discussão é uma versão alterada da comunicação: Uma Coroa ao Sol: a Monarquia brasileira segundo Lília Schwarcz apresentada no GT Pensamento Social no XI Seminário Nacional Sociologia & Política Intermittências da Democracia e Desigualdades Sociais realizado na UFPR de 19 a 30 outubro de 2020.

ensino superior, em sua maioria oriundos das elites agrárias, profissionais liberais aliados de espaço na política e administração imperial e por militares, notadamente, jovens oficiais sob orientação positivista.

Desta feita, moldou-se um modelo explicativo em que o processo sócio histórico que pôs fim a Monarquia no Brasil é compreendido como uma cisão intra-elites, militares, notadamente após a Guerra do Paraguai (1865-70) reclamando mais espaço político, os jovens oficiais sob orientação positivista que viam na Monarquia um marco do “atraso” do país, cafeicultores insatisfeitos com o fim da escravidão, setores médios clamando por espaço na estrutura burocrática do Estado. Assim, da associação de estudantes do ensino superior, influenciados pelo positivismo, de jovens oficiais, sobretudo do exército, também simpáticos ao positivismo, e dos republicanos de 14 de maio nascia aos quinze dias do mês de novembro de 1889, a República dos Estados Unidos do Brasil, mediante ação dos militares que destituíram a Monarquia. Este modelo considera com destaque a evidência empírica da ausência do “povo” na instalação da República.²⁷ Outras possibilidades explicativas discordam em um e outro ponto, mas há certa concordância entre várias análises sobre o fim da Monarquia no Brasil, a concordância se assenta nos seguintes pontos: a instalação da República no Brasil não se daria sem a atuação do Exército, dos cafeicultores fluminenses, do vale do Paraíba, naquele momento o último bastião de apoio político ao reinado de Pedro II.

Como a versão dos derrotados tornou-se hegemônica? A rica discussão sobre essa temática escapa as intenções do presente trabalho, contudo espousa-se aqui da seguinte hipótese: logo após sua instalação, dada a forma e execução adotadas, a República gerou grande descontentamento entre os denominados republicanos históricos. Os republicanos históricos eram numerosos entre as elites intelectuais, de modo, que estas pessoas somadas aos monarquistas,

²⁷ Os estudos de José Murilo de Carvalho são elucidativos no processo de compreensão da formação desta forma de analisar os fatos. (CARVALHO, 1987; 1990).

por motivos diferentes, acabaram por sedimentar uma leitura parecida do 15 de novembro de 1889.

A forma de se interpretar o fim da Monarquia no Brasil pode ser visto como um dos motivos da sua “longevidade” no imaginário do país, mas existe mais nessa “persistência” monárquica. O trabalho de Lília Schwarcz, sobretudo, *As Barbas do Imperador* busca trazer elementos para a elaboração possíveis respostas as referidas indagações. O que se segue é uma investigação de como Schwarcz pensa Monarquia no Brasil, seguido de uma discussão de como o trabalho da autora permite compreender, em parte, o neomonarquismo contemporâneo.

SOB O SOL UMA COROA

O título deste trabalho tem por inspiração o texto de Lília Schwarcz *D. Pedro II e seu reino tropical* (SCHWARCZ, 2009). A ideia da imagem de uma Coroa sob o sol tem origem na reflexão acerca da operação de instalar um descendente das principais casas dinásticas europeias em um império ao sul do equador. Desta feita, não houve resistência à imagem de uma Coroa de Ouro, pesada, sob o sol capital imperial, São Sebastião do Rio de Janeiro em um desfile qualquer.

Cabe informar que as considerações aqui expostas são parte de um esforço maior de investigação presente ao projeto de pesquisa *Sol e Pérolas: um estudo sobre a obra de Lília Katri Moritz Schwarcz*. Como mencionado a pouco o destaque aqui recai sobre a forma como é possível visualizar, pensar, interpretar a Monarquia brasileira a partir da obra *As Barbas do Imperador*. Lília Schwarcz é autora de inúmeros trabalhos sobre o Brasil monárquico, bem como ela é organizadora de várias obras sobre a referida temática. Deste modo, a sua leitura do Brasil imperial alcança bastante ressonância, ou seja, tem reflexos em outros trabalhos,

de modo a se entender aqui ser relevante compreender como Schwarcz construiu sua leitura da Monarquia brasileira. *As Barbas do Imperador* permite, obviamente, várias abordagens, segundo sua autora:

No nosso caso, interessa não só entender a imposição externa e intencional da monarquia por parte das elites, como também quais eram os elementos que favoreciam a boa recepção da corte portuguesa, mesmo em uma conjuntura de crise do sistema colonial do Antigo Regime. (SCHWARCZ, 1998 p 522).

Para a compreensão desse processo seria fundamental o entendimento dos processos simbólicos. Pois, para Schwarcz

É apenas na monarquia que a etiqueta alcança tal importância que a realidade e a representação confundem-se em um jogo intrincado. Nesse sistema em que o ritual não está só nos costumes mas consta das próprias leis, e em que a etiqueta não é secundária, porém parte fundamental do sistema, o que importa é ver o que o monarca vê. (SCHWARCZ, 1998 p 27)

A estrutura teórica e metodológica da análise proposta por Lilia Schwarcz, segundo se pode apreender até o momento dos processos simbólicos da Monarquia brasileira, fundamenta-se, sobretudo, em autores como Ernst Hartwig Kantorowicz, *Os dois corpos do Rei*; Marc Bloch, *Os Reis Taumaturgos*; Norbert Elias, *A sociedade de corte, O processo civilizador*; Marshall Sahlins, *Cultura e razão prática, Ilhas de História, Metáforas históricas e realidades míticas*.

Obras e autores que possibilitam a construção em torno do caráter fundamental dos elementos simbólicos à ordem monárquica. A relação do regime com as pessoas, o povo, essencialmente, se daria pelos caminhos do simbólico.

A autora denota que:

Dessa maneira, enquanto o poder monárquico pode ser entendido como um instrumento dinástico, sua popularidade está ligada, porém, como disse o historiador Marc Bloch, à forma

como é recebido. O problema fundamental é entender como um fenômeno elaborado por meios restritos situados no alto da hierarquia cultural e social [...] pode atingir ou atingiu as massas. (SCHWARCZ, 1998 p 523).

Portanto, a popularidade da Monarquia está relacionada à forma que ela é recebida. A evidência empírica disponível indica, como mencionado, que as camadas populares eram simpáticas a Monarquia no Brasil. Investigações como as realizadas por José Murilo de Carvalho por um lado e as de Lima Barreto, Florestan Fernandes por outro são substância a referida evidência empírica. (CARVALHO, 1987; 1990; BARRETO, 1997; FERNANDES, 2008).

José Murilo de Carvalho afirma em vários de seus escritos que a Monarquia no Brasil tinha raízes populares, o povo teria forte empatia com o regime imperial. Contudo, nos trabalhos do autor, segundo se entende aqui fica pendente uma maior discussão em torno do por que desta situação. (CARVALHO, 1987, 1990). Por mais estranho que possa parecer autores como Lima Barreto e Florestan Fernandes auxiliam, substancialmente, na compreensão deste por que. (BARRETO, 1997; FERNANDES, 2008)

Afonso Henriques de Lima Barreto em sua obra literária, mas não só nela, permite visualizar como a República conseguiu ser mais restritiva a ascensão social do que o Império. Uma passagem de Lima Barreto é elucidativa. Em *Triste fim de Policarpo Quaresma* o autor constrói um dialogo entre a afilhada do major Quaresma e um camponês nacional. A garota em resumo pergunta ao camponês porque ele não planta para si mesmo, a resposta do camponês: “– Terra não é nossa... E “frumiga”?... Nós não “tem” ferramenta... isso é bom para italiano ou “alamão”, que o governo dá tudo... Governo não gosta de nós...” (BARRETO, 1997 p 149). O governo em questão é o governo da República. A construção literária de Lima Barreto é reveladora da relação entre o governo da República e o povo. Cabe sempre lembrar que na virada do século XIX para o século XX no

Brasil a ampla maioria da população – do povo – era composta por população não branca, em sua maior parte de pessoas negras. Neste período é possível localizar um “eufemismo” bastante usual para se referir as pessoas não brancas e negras: nacionais ou o povo.

Na obra *A integração do negro na sociedade de classes*, Florestan Fernandes indica que a população negra era muito mais simpática a Monarquia do que a República, não somente por algum tipo de sentimento de gratidão pela Abolição. Este sentimento até existia segundo o autor, contudo o mais importante foi a leitura que a população negra fez da República, ela era mais discriminatória que o Império, por mais incrível que possa parecer, no que diz respeito, a inclusão da população negra. (FERNANDES, 2008). O próprio José Murilo de Carvalho dá exemplo impactante nesta direção: a lei eleitoral da República. Esta lei proibia os analfabetos de votar, ela ratificava uma medida bastante polêmica do Império. Tal ação excluía boa parte da população negra, que era analfabeta àquele momento, da vida política formal – votar e ser votado. (CARVALHO, 2008).

Autores como Fernandes e Lima Barreto possibilitam entender melhor aquilo denotado por Carvalho de que as camadas populares eram simpáticas a Monarquia. Fernandes e Lima Barreto, entre outros autores e autoras, primeiramente indicam com nitidez quem era o “povo” no Brasil oitocentista, qual a relação com as elites detinham com esse “povo”. Em tendo no horizonte quem seria este “povo” ou estas camadas populares parece lógica a opção de Lilia Schwarcz em compartilhar da hipótese de que os arquitetos e engenheiros da Monarquia no Brasil souberam mobilizar os elementos religiosos para sedimentar o regime no povo. Se ideia do rei divino é um lugar comum em inúmeras sociedades, a peculiaridade brasileira está em não se projetar ou se buscar um rei divino ou qualquer coisa semelhante mesmo fazendo o uso de elementos religiosos para criar a adesão ao regime.

A Monarquia brasileira vê nas inúmeras figuras de rainhas e reis da religiosidade popular da época uma forma de aproximação e legitimação. No século XIX predominava no Brasil um catolicismo bastante específico permeado de elementos indígenas, afro-brasileiros e africanos esta religiosidade era repleta de ritos, representações, encenações fundamentais a sua existência. A simbologia do poder, a representação, a encenação do poder seria algo presente a vida das pessoas comuns em termos religiosos, de modo que a Monarquia brasileira conseguiu se associar as práticas arraigadas. As representações de Pedro II são indícios fortes de tal movimento o monarca quando criança é retratado de modo a lembrar os anjos do imaginário católico, os anjos sempre são loiros, quando adulto o Imperador é retratado com as longas barbas forma como as deidades católicas o Pai e o Filho são usualmente representados. Até onde se pode ir, neste momento da pesquisa, indica que a construção obteve certo sucesso.

Em sendo, objeto desta discussão a forma como Lilia Schwarcz pensou o Império do Brasil, sobretudo, em *As Barbas do Imperador*, é possível notar que o ponto inflexão da Monarquia no Brasil foi o momento em que a Monarquia se tornou o monarca. Em outras palavras adesão das pessoas não seria mais ao regime, mas ao regente. Portanto, algo que tenderia a acabar com o fim do regente. O regime acaba antes.

A queda da Monarquia em novembro de 1889, a morte de Pedro II em dezembro de 1891 não puseram fim as imagens monárquicas, elas permaneceram. Schwarcz problematiza acerca do que permaneceu: a imagem da Monarquia ou do Monarca. Para a autora, segundo o entendimento aqui esposado, o que permanece é a imagem do Monarca. Pistas do porque isso se deu, e em alguma medida, se dá podem ser encontrada em outro texto de Schwarcz *Sobre o autoritarismo brasileiro*. (SCHWARCZ, 2019).

Seguindo a ideia da produção dos símbolos e da iconografia acerca da Monarquia e dos Monarcas emerge uma hipótese interessante. A iconografia mais divulgada dos dois imperadores do Brasil

ratificou o filho, mais velho que o pai. A figura da pessoa velha de longas barbas brancas é rica de significados e de possibilidade de recepção. A imagem do homem de longas barbas brancas mobiliza os elementos religiosos, a ideia do pai, do protetor, do sábio, do provedor e mesmo quando essa imagem era para ser irônica, crítica do velho cansado, poderia ser associada à figura do avô que em geral movimentava sentimentos de carinho e simpatia.

Haveria, dessa maneira, uma interpretação da imagem de Pedro II em torno das ideias daquele cuida e, em alguma medida, provém o sustento, bem como daquele que disciplina, manda, comanda, decide, castiga, perdoa. Dom Pedro II fazia tudo isso? Ele podia fazer tudo isso? Roderick Barman permite visualizar com bastante nitidez o uso que Pedro II fazia das premissas constitucionais atribuídas ao poder moderador, um exemplo nítido era constante troca de gabinetes. (BARMAN, 2012). Esta ação muito criticada à época como um sinal do absolutismo real, era justamente o fator de estabilidade do regime, a alternância entre o Partido Liberal e o Conservador só foi possível mediante a ação do poder moderador.

Os estudos, notadamente, os mais recentes, acerca do II Reinado tendem a indicar que apesar da presença do poder moderador, Pedro II governava de maneira muito mais “republicana” do que seus críticos afirmavam. Exemplo desse fato pode ser ver na questão da escravidão, Pedro II e a Família Real não faziam questão de esconder sua contrariedade ao regime escravista desde os anos 1850, pelo menos, contudo essa era uma questão de Estado que foi, como se sabe, amplamente discutida com o Parlamento. Ou seja, se o Monarca tudo pudesse, provavelmente o Brasil não seria um dos últimos países da América a extinguir o regime escravista.²⁸

²⁸ Até onde é verificável no momento é possível inferir que a Família Real não era, na segunda metade do século XIX, simpática ao regime escravista algo bastante diferente de dizer que a Família Real não acreditava na hierarquia das raças em voga naquele século.

Entre a prática e a representação existe um universo imenso de possibilidades e realidades. É neste ponto que se volta o olhar para o ensaio, a pouco mencionado, *Sobre o autoritarismo brasileiro*. (SCHWARCZ, 20). Neste texto Schwarcz indica a presença de certo *ethos* autoritário na sociedade brasileira, *ethos* esse advindo, em grande medida, do escravismo e a ele transcendeu chegando até a contemporaneidade. Este *ethos* autoritário altamente aflorado no Brasil do século XXI trouxe à tona uma imagem de Pedro II na direção de um governante que tudo decide, sem se enganar, que representa tudo aquilo que o país quer e deseja aquela pessoa que faz e não fica a “perder” tempo com “falatórios”. Portanto, acredita-se aqui, por hora, ser esta imagem de Pedro II que anima boa parte do neomonarquismo atual, pois a parte mais visível desta tendência apresenta-se bastante alinhada com os ideais antidemocráticos. Por mais que a evidência empírica disponível até o momento indique o governo de Pedro II muito mais próximo a Monarquia constitucional do que à Absoluta, “há um D. Pedro para cada gosto.” (SCHWARCZ, 2009, P 10).

O VELHO DE ONTEM É O NOVO DE HOJE

A palavra *neo* se tratada em sentido estrito significa novo, entretanto o prefixo *neo* quando usado em termos políticos, artísticos ou mesmo nas Ciências Humanas pode ter outro entendimento. *Neo* é, em geral, utilizado como prefixo para dar conotação de “novo” a algo já realizado, já conceituado. Neste tipo de situação o termo *neo*, denota mais uma diferença, mas seria uma novidade, tomando novidade por algo ainda não realizado, não conceituado. Ao se seguir por tal caminho o termo *neo* pode ser compreendido dentro da ideia assinalada pelo autor de *O 18 Brumário* que indica que a história acontece primeiro como tragédia e depois como farsa.

Neoliberalismo, neomarxismo, neosocialismo, neoconservadorismo, neoclássico, neopunk e todos os outros *neos* são diferentes dos “originais”, contudo eles são novos? Eles de fato trazem “a novidade”? Na definição do termo “novo” como algo: Que existe há pouco tempo; que apareceu recentemente/ Desconhecido; nunca antes conhecido: teoria nova. Apesar de até se poder em determinados contextos utilizar “novo” e “diferente” como termos equivalentes na situação observada não parece ser o caso. Os *neos* em questão aqui não parecem trazer consigo nenhum dos elementos presentes a definição de “novo”, não se aproximam também do Renascimento que foi buscar a cultura greco-romana aquela altura colocada no ostracismo. É necessário destacar que os *neos* podem não querer de fato trazer novidade alguma, mas de fato recuperar elementos, situações, conceitos passados. Porém, o discurso público dos *neos*, notadamente, os *neos* vinculados a política parecem querer se colocar com portadores de novidade.

A expressão “reinventar a roda” pode ser utilizada para inúmeras situações, ela é mobilizada aqui para indicar a possibilidade de os *neos* estarem em vários momentos “reinventando a roda”, ou seja, dando narrativa nova a discursos já existentes. A capacidade de mobilizar pessoas advém, então, tanto da concordância quanto do desconhecimento. O desconhecimento da trajetória humana conduz as pessoas a tomarem as ideias já usadas como algo “novo” ou inédito. Aprimorar, desenvolver o desconhecimento é uma das estratégias dos *neos* para ampliar o seu público.

Com efeito, o neomonarquismo em voga no Brasil do final da segunda década dos 2000 pode ser interpretado, tomando as considerações expressadas a pouco, dentro da amplitude da frase o velho de hoje foi o novo de ontem e o novo de hoje será o velho de amanhã. A narrativa e o discurso neomonárquico brasileiro, em grande medida, mas do que algo novo, busca restabelecer o antigo, mas o antigo não volta, mas sempre é possível reformular. D. Pedro II e

seu reinado, dado as características expostas a pouco permitem com alguma facilidade reformulações inúmeras. A atual realizada pela parte mais visível do neomonarquismo está sendo proposta pelo *ethos* autoritário altamente aflorado no Brasil do século XXI. O autoritarismo real entendido como a velha forma de governar no século XIX surge como a “nova” forma de governar no século XXI.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.
- BARMAN, Roderick J.. **O imperador cidadão**. São Paulo: Unesp 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar o que dizer. 2.^a Ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. Brasil 1870-1914: a força da tradição. *In*: **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998a. p. 107-129.
- CARVALHO, José Murilo de. Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: A República no Brasil. *In*: **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998b. p. 83-106.
- CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República *In*: **Revista da USP**, São Paulo, n.º 59 p 96-115, setembro/novembro, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 10.^a ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 2.vol. 5.^aed. São Paulo: Globo, 2008.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo. 2011.
- POCOCK, John G. A.. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II um monarca dos trópicos. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Império em procissão**: ritos e símbolos do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **D. Pedro II e seu reino tropical**. São Paulo: Claro Enigma, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

9

Jaider dos Santos Costa

José Colaço Dias Neto

Estado, culpa e desigualdade no Brasil:

os presos do “seguro”,
o surgimento do Povo de Israel
e seus modos de organização
no sistema prisional do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO²⁹

O presente *paper* tem como objetivo refletir acerca do pensamento social brasileiro a partir das ideias de Tavares Bastos (1975 e 1976), João Mendes de Almeida Junior (1920) e Rui Barbosa (1997).

As reflexões mencionadas se fundarão, sobretudo, na apresentação dos “males do Estado brasileiro”, segundo Tavares Bastos (1976). Passando pela formação da verdade jurídica, utilizando-se de um modelo de justiça criminal misto, em que o inquérito policial é instrumento de formação de culpa, segundo João Mendes de Almeida Jr. (1920), identificando como a sociedade brasileira, desigual desde os tempos coloniais, vem justificando suas desigualdades através de um discurso feito por Rui Barbosa (1997) ainda no século XX. Fato que reflete nas instituições jurídico-políticas brasileiras, não sendo diferente no sistema prisional.

Ao chegar no sistema prisional, passaremos a apresentar dados etnográficos, ainda em caráter exploratório, sobre a organização designada Povo de Israel (“Rael” ou PVI) que, ainda pouco estudada na literatura sobre sistemas prisionais no Brasil, é uma organização criada por detentos que não são aceitos pelas outras facções por conta do delito cometido e/ou por terem, de algum modo, traído sua facção de origem.

A pesquisa de campo conta, até o momento, com a participação de ex-detentos, medida por entrevistas e conversas informais realizadas, com estes em condição de liberdade, sendo algumas realizadas através de plataformas on-line, o que vem demonstrando ser possível *ante a continuidade de princípios metodológicos entre os tipos de etnografia que podemos aplicar à internet* (CAMPANELLA, 2015, p. 170), mesmo que não propriamente estudando o ambiente virtual em si, mas se valendo dele para alcançar meus interlocutores.

²⁹ Trabalho apresentado junto à AT 7 – Intérpretes e interpretações do Brasil contemporâneo, no II Seminário de Pensamento Social Brasileiro: Intelectuais, Cultura e Democracia, no dia 27/11/2020.

Assim, alguns dos dados vem sendo colhidos seguindo a metodologia empírica, com produção de “etnografia *on e off-line*”, com o intuito de demonstrar que *estar off-line não significa automaticamente que se está fazendo uma etnografia, nem estar on-line significa que não se está fazendo uma etnografia* (MILLER & SLATER, 2004, p. 63), sobretudo, enquanto se vivencia uma pandemia de importância mundial, que impossibilita o acesso físico aos campos de pesquisa, principalmente, sendo este o sistema prisional.

Neste mote, com a necessidade de nos adaptarmos ao cenário atual, sem deixar de dar continuidade a pesquisa, encontramos nas conversas via *WhatsApp*³⁰ uma importante ferramenta de pesquisa. Ademais, *seu método é algo que você aprende, não algo que já começa com você (...)* exatamente o mesmo se aplica *on-line* (MILLER, 2020, p. 4). E, no atual contexto, nada mais necessário do que se adaptar aos métodos disponíveis.

Em sendo assim, este ensaio não tem pretensão alguma de esgotar a temática, eis que se encontra, como dito, em estágio inicial, com dados ainda sendo explorados. Portanto, este trabalho pretende relacionar as ideias de alguns autores que construíram o pensamento social brasileiro com a pesquisa de campo em desenvolvimento a respeito do “Rael”.

DESENVOLVIMENTO: OS MALES DO ESTADO BRASILEIRO POR TAVARES BASTOS

Tavares Bastos (1976) defendia, à época³¹, a necessidade de que fossem analisados os vícios do presente, para que assim pudesse ter uma perspectiva mais direta do futuro. Partindo desta premissa, no

30 Aplicativo de interação social, que permite conversas por mensagens digitadas e áudios, além do envio de fotos e vídeos.

31 “Os males do presente e as esperanças do futuro” foi escrito em 1861. Portanto, quando se trata de sociedade da época, designa-se uma sociedade imperial brasileiro, ainda sob o reinado de D. Pedro II, o que durou de 1840 a 1889, período que ficou conhecido como Segundo Reinado.

livro *Os males do presente e as esperanças do futuro*, o autor, logo em sua introdução aborda a problemática em torno dos vícios da época e, para tanto, a divide em três sessões, quais sejam: I) Realidade; II) Ilusão e; III) Solução. No presente ensaio, abordarei, prioritariamente, as sessões I) Realidade e III) Solução, em especial a primeira.

Na primeira sessão, intitulada Realidade, Tavares Bastos apresenta sua percepção da sociedade da época e traz a ideia de *ilusão de patriotismo*, conforme se observa a seguir:

Estudando-se com imparcialidade o meio social em que vivemos, encontram-se tanta vez a corrupção e o crime sem pudor, a rotina e o fanatismo, a imbecilidade e a ignorância, o ceticismo no coração e a desordem nas idéias, que involuntariamente cada qual se interroga acerca do resultado de uma situação tão ameaçadora e tão sombria, e sobre as causas que acumularam essas nuvens negras no horizonte que há pouco ostentava as rosadas cores de uma aurora de venturas.

Ilusão de patriotismo! A origem dos nossos males não está só nos recentes erros de ontem, como de ordinário se diz. Não! para descobri-la é preciso remontar ao curso de mais de um século, a muitos dias passados; é preciso procurá-la nesse longínquo tempo em que se encerrou a epopéia da idade-média e começou o drama terrível da história moderna. (1976, p. 29)

Assim, há uma advertência por parte do autor, no sentido de que a sociedade da época não deveria se deixar levar pela *ilusão de patriotismo*, mas sim voltar seu olhar mais atento à *origem dos nossos males*, remontando *ao curso de mais de um século*.

Nesta esteira, Tavares Bastos demonstra que o século XVI, com o absolutismo em Portugal, viveu-se um período de decadência moral, econômica e política, em que reinavam a dominação e a opressão sem quaisquer embaraços.

Dessa forma, a colônia nada mais seria do que o reflexo da história interna da metrópole, eis que convalescente, a segunda explorava

a primeira, sendo o sistema colonial a origem dos males. Neste mote, segundo Tavares Bastos, a escravatura de índios e africanos seria o elemento mais triste da formação da sociedade brasileira.

O autor destaca, também, o confuso cenário político-social da época, em que homens de bem se sentem mal e corrompidos e exploravam meios de se aproveitarem, sendo aí uma espécie de nascedouro da corrupção. E, critica ainda a composição da Câmara Eletiva e o *regímen eleitoral*, pois, segundo ele, existia um parlamento fraco e um executivo onipotente, com a Guarda Nacional militarizada garantindo a estrutura de poder do Império.

Ainda na primeira sessão, Tavares Bastos apresentou o problema da centralização político-administrativa, haja vista que as repartições centrais serviriam para garantir o jogo de interesses existente no império.

Ademais, o autor aponta a precariedade no ensino e trata a educação pública como *mãe do progresso*, vejamos:

Não esqueçamos a educação pública, mãe do progresso. Pois bem! temos observado nisso o sistema pior. A nulidade da instrução elementar; o ensino do pernicioso do latim como de um instrumento de civilização; a falta de difusão das ciências naturais e conhecimentos úteis; a existência de professores, ou totalmente inábeis, ou principiantes ainda; a ausência de rigor dos exames dos cursos superiores; a conseqüente abundância de médicos e bacharéis, outros tantos solicitadores de emprego, outros tantos braços perdidos para o trabalho livre e para a empresa individual, eis, sem dúvida, uma cadeia de causas bastante fortes para comprometer seriamente o futuro de um país qualquer. (1976, p. 36 e 37)

Com as ideias acima, podemos perceber que o autor acreditava que a educação pública era o pior sistema da época e sem ela, não seria possível se alcançar o progresso.

Já na terceira sessão, Tavares Bastos propôs o progresso do país pautado, principalmente, na busca por um governo forte e

democrata, fortalecendo as bases, tais como: energia, moralidade, atividade e inteligência, perpassando por uma reforma na educação pública até a descentralização político-administrativa, promovendo o exercício da liberdade.

JUSTIÇA CRIMINAL BRASILEIRA: FORMADORA DE CULPA E LEGITIMADORA DE DESIGUALDADES

Neste tópico, pretendemos refletir acerca da justiça criminal brasileira, como formadora de culpa (e não de presunção de inocência) e legitimadora de desigualdades, para tanto, procurarei me valer das ideias apresentadas pelo jurista João Mendes de Almeida Jr., no livro *O Processo Criminal Brasileiro*, publicado de 1920, em especial, no que diz respeito ao modelo de justiça criminal brasileiro.

Pois bem, João Mendes de Almeida Jr. (1920), no início da República, apresentou a diferença entre os sistemas acusatório e inquisitório, consoante se vê abaixo:

São pontos de diferença os seguintes:

1.º O *systema accusatorio* admite, em geral, uma accusação formulada no ingresso da instrucção, instrucção contradictoria, defesa livre e debate publico entre o accusador e o accusado, ao passo que o *systema inquisitorial* procede a pesquisas antes de qualquer accusação, substitue á defesa o interrogatorio indigitado, ao debate oral e publico as confrontações secretas das testemunhas e, em geral, a instrucção escripta e secreta ás informações verbaes.

2.º O *systema accusatorio*, subordinando-se ao *methodo synthetico*, afirma o *facto* e, emquanto *não o prova*, o *acusado é presumido innocente*; o *systema inquisitorio*, subordinando-se ao *methodo analytico*, não afirma o *facto*, *suppõe a sua*

possibilidade e probabilidade, presume um culpado, busca e colige os indícios e as provas.

3.º O systema accusatorio propõe-se a fazer entrar o espirito do juiz a convicção da criminalidade do accusado; o systema inquisitorio propõe-se a fornecer ao juiz indícios sufficientes para que a presumpção possa ser transformada em realidade.

4.º Emfim, um preoccupa se principalmente do interesse individual lesado pelo processo, outro preoccupa se principalmente do interesse publico lesado pelo delicto.

(...)

O systema accusatorio, despido da instrucção previa, carecedor de provas elucidadas por serias investigações reduzia frequentemente o juiz á impotencia; o systema inquisitorio, substituindo a fria analyse dos autos e o segredo das diligencias á publicidade das discussões, as confissões extorquidas pela tortura á livre defesa, não raramente abafava a verdade com presumpções homicidas.

Distinguindo, então, nos dous systemas, somente as formas salutareis, as medidas uteis, os legisladores, aproveitando o concurso das forças reciprocas, constituíram um systema mixto, accomodando os actos do processo da instrucção ás praticas do systema inquisitorio e os actos do processo do julgamento ás praticas do processo accusatorio. (1920, p. 250 e 251)

Assim, a partir do exposto por João Mendes de Almeida Jr., podemos depreender que o sistema de justiça criminal brasileiro se pautava, desde o início da República, em um sistema misto, que envolvia características tanto do sistema acusatório, quanto do inquisitório.

O autor traz ainda toda disputa política existente entre liberais e conservadores, à época, que acabou por refletir na formação do referido sistema misto. Enquanto os liberais pregavam a desnecessidade de leis mais severas e, principalmente, a separação das funções policiais da formação de culpa e também das funções de julgamento, os conservadores pregavam um endurecimento das

penas e a legitimação do emprego da força pública para vigiar aqueles que eram tidos como *maus cidadãos*.

Como fruto desta disputa, procuramos aqui focar na consolidação das funções do Delegado de Polícia, atuando na condução do inquérito, formador de culpa, e detendo o controle do cartório policial, tomando a termo as narrativas apresentadas pelos investigados. O que persiste até os dias de hoje.

Dito isto, não podemos deixar de mencionar que é sabido que a sociedade brasileira é pautada e estruturada pela desigualdade existente desde os tempos coloniais, o que vem sendo justificado com a utilização do dito brocardo jurídico da igualdade apresentado por Rui Barbosa (1997), em discurso ocorrido no século XX, quando afirmava que

A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigalam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho, ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo, não dar a cada um, na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se todos se equivalessem.

Esta blasfêmia contra a razão e a fé, contra a civilização e a humanidade, é a filosofia da miséria, proclamada em nome dos direitos do trabalho; e, executada, não faria senão inaugurar, em vez da supremacia do trabalho, a organização da miséria.

Mas, se a sociedade não pode igualar os que a natureza criou desiguais, cada um, nos limites da sua energia moral, pode reagir sobre as desigualdades nativas, pela educação, atividade e perseverança. Tal a missão do trabalho. (1997, p. 26)

Ora, uma sociedade desigual, que se utiliza de um discurso do século passado para justificar as desigualdades impostas pelo próprios institutos jurídicos pátrios e, que se vale de um modelo de

justiça criminal misto voltado a formação da culpa, quando da produção da verdade jurídica, com a centralização do poder cartorário nas mãos do Delegado, acaba por perpetuar ainda mais os *males do passado*, tornando-os *males do presente* e, conseqüentemente, temos reflexos no encarceramento em massa e nas mazelas vivenciadas pelos presos, conforme se observará a seguir.

POVO DE ISRAEL: ORGANIZAR E “REGRAR” PARA “SOBREVIVER”

O Povo de Israel é um grupo que, segundo relatado por nossos interlocutores, se organizou no sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro. E em sua composição conta com os detentos que não se identificam com as conhecidas facções criminosas³² que se encontram em outras alas ou até mesmo em outras unidades prisionais do Rio de Janeiro e optam pelo chamado “seguro”³³.

Assim, para a Cadeia Metropolitana, em que se encontravam nossos interlocutores, são encaminhados os presos que apresentam neutralidade ou que não são aceitos pelas ditas facções, quer seja por conta do delito cometido, quer seja por terem, de algum modo, traído sua facção de origem, isto é, se encontram no “seguro” aqueles presos que são conhecidos por não “*ter proceder*”³⁴ (MARQUES, 2009).

Serrano (2012) relata que a origem da organização e sua nomenclatura remonta de 03 (três) hipóteses: A primeira, seria um episódio em que seu fundador, durante uma rebelião, teria arremessado uma bíblia

32 Aqui nos referimos às facções criminosas já conhecidas no Estado do Rio de Janeiro, tais como: Comando Vermelho, Terceiro Comando, Amigos dos Amigos, Milícia etc.

33 Presídio, ala ou galeria de um presídio, para o qual são levados os presos que não se identificam com as facções criminosas já existentes no sistema prisional do Rio de Janeiro.

34 Adalto Marques (2009) apresenta que, dentre outras características, dizer que determinado preso “tem proceder” significaria dizer que tal preso segue as normas de conduta do PCC.

para cima e, quando esta caiu, se encontrava aberta no Livro do Êxodo, em uma passagem bíblica que tratava da peregrinação do Povo de Israel em busca da terra prometida. A segunda, se pautando no relato de um dos interlocutores de Serrano, no sentido de que no PVI **todos eram sofridos** e resolveram batizar a organização com tal nome, em alusão também bíblica ao **povo sofrido** de Israel. E a terceira, fundada no fato de que os integrantes do PVI, ao deixarem de fazer parte das **facções** criminosas existentes, ficariam limitados ao **espaço intramuros**, pois **o PVI não existe lá fora**, ou seja, estaria exilados, assim como os israelitas da crença judaico-cristão estiveram exilados no Egito.

O que nos intrigou em um primeiro momento é o fato de que o “Rael”, que tem origem no sistema prisional, pareceu apresentar práticas que visam a defesa dos interesses dos detentos. Diante da precariedade do sistema prisional, esse movimento de organização dos detentos não se trata de uma novidade, eis que conforme aborda Dias (2011, p. 213-233), uma série de eventos culminaram na perda de controle dos presídios por parte do governo de São Paulo, por exemplo. Ainda de acordo com Dias, os detentos se viam submetidos à uma série de arbítrios, tendo em vista a ausência de implementação de regulamentos como normas de conduta. Com isso, no contexto em questão o PCC³⁵ surge como maneira de reivindicar e lutar contra os referidos arbítrios e ainda buscando construir normas de condutas, se fazendo um movimento importante para a gestão da dinâmica prisional (DIAS, 2011, p. 217-223).

Corroborando com a literatura existente, um dos nossos interlocutores, que aqui chamamos de João, que passou cerca de quarenta e quatro dias preso preventivamente acusado de praticar violência doméstica contra sua companheira, afirmou que havia ouvido dos presos mais antigos que o

Povo de Israel, foi criado por estupradores, por pessoas que fizeram crimes que em facção não é bem aceito. Tipo, estelionatário,

35 Primeiro Comando da Capital, grupo que surgiu dentro do sistema prisional paulista sob a justificativa de defesa dos direitos dos detentos.

os caras que gosta de se aproveitar das outras pessoas. Então, foi criado por eles, de tanto sofrer. Por isso que aí eles conseguiram fazer isso [se organizar e criar o “Rael”], para “sobreviver”.

(...)

Em toda facção quem vai pra seguro é vacilão, é esturador, ou fez alguma coisa que não admite em nenhuma facção. Tanto é que quando você sai do presídio, você sai de camisa branca. Aí tem umas barracas lá fora que chamam você, e fala: – Ó, não sai com essa roupa não, porque senão você pode ser morto aí! Os cara mata você!. Que é perto do Fuzo³⁶, que é Comando, onde que eu tava. Aí eles vão e cede uma camisa pra você, às vezes, uma bermuda. Pra você não sair ali na cara de que saiu do presídio.

João define os “amigos”³⁷ do Povo de Israel como “bastante acolhedores”, conta que ganhou um chinelo de presente ao chegar na Cadeia Metropolitana, pois foi preso descalço; além de narrar alguns episódios e práticas que lhe marcaram em sua estadia no local, afirmando que o “Rael” prega a “igualdade” entre os detentos, conforme ele mesmo destaca ao relatar que

Na cela tem o “Pagador”, o pagador é quem entrega a comida, cada cela tem um pagador. Lá a gente come de quentinha. Aí quando o “Comissão”³⁸ dá o “Rael”, que é o ok. Porque lá é “Rael” pra tudo. Aí, se faltou uma quentinha, volta tudo, porque ninguém vai comer nada. A ideia é todo mundo tá ali em “igualdade”, todo mundo tá ali tranquilo.

Sobre o esturador, não pode chamar de esturador lá dentro, tem que falar o “amigo do artigo”.

Tá no estatuto também que tudo que você fez na rua, quando você entra dentro do Povo de Israel é zerado. Vai contar aquilo que você vai fazer lá dentro, a pessoa que você vai ser. Ouvir mais e falar menos, prestar atenção.

36 Nome da localidade omitida, visando não identificar a unidade prisional estudada.

37 Forma de tratamento aparentemente utilizada entre os detentos do Povo de Israel.

38 “Comissão” = Condição/Função de alto escalão dentro do Povo de Israel, chefe de galeria, ficando abaixo apenas do “Primeira-Voz” que é chefe de todo o presídio.

Ainda reforçando a ideia de “igualdade”, João prosseguiu relatando que sofrem “humilhação” até chegarem no presídio e em suas respectivas celas:

Até você chegar no presídio, onde é mais organizado, tem os cara muito bagunceiro, que pega porrada porque não sabe se comportar, entendeu? Aí é só humilhação, dos guarda, do pessoal do transporte, eles dá choque em nós. (...) Como cheguei no sábado e eles só te levam pra separar nas celas na segunda. Na primeira noite fiquei numa cela que cabe vinte, e tinha setenta. Aí deita onze e levanta onze presos. Dorme uma hora, acorda e levanta pra outros onze dormir uma hora. Ali você só pensa coisa ruim. Pensa em matar, em se matar, não acredita que aquilo ali tá acontecendo. Nunca passou isso, é uma humilhação mesmo. Mas só que, quando você chega na cela, é tudo tranquilo, você é tratado por igual por todo mundo. Ninguém te esculacha. Mas até chegar no presídio, transporte e tudo, é só humilhação. Qualquer coisa fica pelado, fica pelado e agacha. Tem que falar o nome do pai e da mãe. Fala data de nascimento, RG ou CPF, pra todo guarda que passa, se ele cismar com a tua cara, eles faz isso.

Assim, João afirma que da necessidade de se organizar e estabelecer um “regramento”³⁹, o “Rael” estabeleceu seu estatuto, com aparentemente, trinta e duas cláusulas não sendo todas recordadas pelo mesmo, mas destacando algumas como: “Não cobiçar a etapa do amigo”⁴⁰; “Não ser Alan Delon”⁴¹; “Não fazer dívida sem estar calçado”⁴²; “Não desmerecer o crime do amigo”⁴³ e; “Não levantar defunto do amigo”⁴⁴.

Pois bem, João ainda relatou a respeito da instituição da “caixinha” que os detentos do PVI praticam na Cadeia Metropolitana, a qual

39 João relata que ouvia dos presos mais antigos que o estatuto foram criado para organizar a convivência dos detentos, para regular os conflitos e porque tem muito “amigo” que é “bagunceiro” demais, dentre outras necessidades.

40 Não cobiçar aquilo que o amigo tem, seja a “comarca” (beliche), seja a comida, seja o posto hierárquico que ocupa, etc.

41 Não cobiçar a namorada, companheira ou esposa do amigo.

42 Não assumir dívidas sem ter como pagar.

43 Não fazer mau juízo do crime do amigo.

44 Não relembrar algum erro do amigo que já foi resolvido.

atribui também uma prática de se organizar e promover a “igualdade” entre os presos, que consiste em uma espécie de fundo que aloca determinada quantia em dinheiro para ser revertida em favor dos próprios detentos, que pode ser usada por novatos, por exemplo, para a compra de produtos que serão revendidos no presídio, ou mesmo com o objetivo de prover a aquisição de bens necessários ao uso comum em cada cela (como na compra de uma máquina de cortar cabelo feita por meio da “caixinha” de sua própria cela).

Ao ouvir novamente os relatos de João a respeito das variadas formas de organização do “Rael”, não podemos deixar de remontar às ideias de Tavares Bastos (1975), desta vez em *A Província*, ao afirmar que

O crime previne-se, principalmente, elevando o nível moral do cidadão, fazendo-o amar a paz e a liberdade, facilitando-lhe o trabalho e a riqueza, ilustrando-o e educando-o por uma instrução primária completa, largamente difundida pelo paiz inteiro. A penitenciária, um progresso aliás que mal conhecemos de nome, seja dito de passagem, a penitenciária não é o alvo social nestes assumptos: o ideal é a instrução, a moralidade, a liberdade. (1975, p. 223)

O que Tavares Bastos alerta, ainda em uma sociedade imperial, continua sendo uma necessidade nos dias atuais, eis que ante a toda a desigualdade estruturante de nossa sociedade, os detentos se veem obrigados a se regerem no sentido de se manterem, sobretudo, com a instituição da “caixinha” que auxilia e ampara o preso, *facilitando-lhe o trabalho*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização do presente trabalho, fruto da pesquisa de campo, ainda em andamento, procuro tecer breves considerações finais, no sentido de identificar que muitos dos *males* vividos atualmente

em nossa sociedade remontam do nosso passado, precisando ser identificados para que possamos compreender a sociedade brasileira, em que as instituições jurídico-políticas se transformam em reprodutoras, legitimadoras e justificadoras das *desigualdades naturais* existentes.

Assim, percebo que minha pesquisa acerca do sistema prisional, em especial, a organização denominada Povo de Israel não pode deixar de considerar a formação da sociedade brasileira e seu pensamento social, tendo em vista que a prisão não pode ser compreendida como um *mundo paralelo* ou *apartado* da sociedade como um todo, pois é evidente a *porosidade*⁴⁵ das instituições penais.

Ademais, do ponto de vista metodológico, esta pesquisa nos leva a considerar ainda mais a necessidade de se refletir acerca da pesquisa de campo, sobretudo, em um contexto de pandemia, em que devemos buscar novos métodos para realização das pesquisas empíricas, compreendendo que um trabalho de cunho etnográfico pode ser realizado, também, se utilizando de ferramentas digitais.

Por fim, não podemos deixar de retomar que não foi a intenção esgotar a temática neste trabalho, pelo contrário, apenas iniciamos as discussões que serão aproveitadas no desenrolar da pesquisa do primeiro autor, sob a orientação do segundo autor, durante o período de estudos junto ao PPGJS/UFF, considerando assim, que ainda há a necessidade de se continuar a coleta de dados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JR., João Mendes de. **O Processo Criminal Brasileiro**. RJ, Typographia Baptista de Souza, 1920, vol. 1 p. 151-270; vol. 2 – 75-131.

BARBOSA, Rui. **Oração aos moços**. Edição popular anotada por Adriano da Gama Kury. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

⁴⁵ Conforme apontado por Godoi (2015) e Cunha (2018) em suas respectivas pesquisas a respeito das prisões.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares, 1839-1875. **A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil**. São Paulo, Editora Nacional, 1975.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **Os males do presente e as esperanças do futuro (estudos brasileiros)**. Prefácio de Cassiano Tavares Bastos. 2. ed. São Paulo, Editora Nacional; Brasília, INL, 1976.

BIONDI, Karina. **Políticas prisioneiras e gestão penitenciária: incitações, variações e efeitos**. Etnográfica [online]. 2017, vol.21, n.3, pp.555-567. ISSN 0873-6561.

CALDEIRA, Coelho. **“Segurança pública e política penitenciária no Rio de Janeiro: estudo do caso do Presídio Ary Franco”**. Rio de Janeiro: Revista Rio de Janeiro - UERJ, vol. 1, nº 1, set.-dez. 2005.

CALDEIRA, Coelho. **O “Povo de Israel” e o “milagre” da multiplicação do crime**. Rio de Janeiro: Revista Insight Inteligência, Anox X, nº 38, 2007. p. 12-18.

CAMPANELLA, Bruno. **Por uma etnografia para a internet: transformações e novos desafios**. Entrevista com Christine Hine. MATRIZES, vol. 9, n.º2, jul./dez. 2015, p. 167-173, São Paulo. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9i2p167-173>. Acesso em: 10/11/2020.

COSTA, Jaider dos Santos; COLAÇO, José. **Vou pedir a “solução”! Reflexões sobre as formas de administração de conflitos e legitimação da violência nas relações entre detentos de um presídio em São Gonçalo-RJ**. Trabalho apresentado no XI Congresso Internacional da ABraSD – Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito, 2020, No Prelo.

COSTA, Jaider dos Santos. **“Amigos bastante acolhedores”: o Povo de Israel e as suas formas de organização em um presídio da região metropolitana do Rio de Janeiro**. Trabalho apresentado no 9º Seminário Interdisciplinar de Sociologia e Direito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense – PPGSD/UFF, 2020, No Prelo.

CUNHA, Manuela Ivone **Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajetos**. Lisboa: Etnográfica Press, 2018.

DA MATTA, Roberto. **O ofício de etnólogo, ou como ter “Antropological blues”**. In: A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões**. São Paulo: Tempo Social USP, v. 23, n. 2, 2011. p. 213-233.

GODOI, Rafael. **Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo**. São Paulo: Vivência: Revista de Antropologia, v. 1, n. 46, 2015.

KANT DE LIMA, Roberto. **Polícia, Justiça e Sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público.** In: Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n.º 13, p. 23-38, nov. 1999.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. **Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad.** Rio Grande do Sul: Revista Horizontes Antropológicos, vol.10, n.21, 2004. p. 41-65.

MILLER, Daniel. **Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social.** *Blog do Sociófilo*, 2020. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/05/23/notas-sobre-a-pandemia-como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-por-daniel-miller>.

SERRANO, Francisco José de Souza. **A História das Facções Criminosas no Estado do Rio de Janeiro (1976 a 2010).** Dissertação (Mestrado área de História Social do Território) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, São Gonçalo/RJ, 2012.

10

Lázaro Cezar Dias

Luiza Karla Castillo Camargos

Priscila Soares dos Santos

Gabriel Floriano Lourenço

A montanha-russa “dilmista” (2011-2016)

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.95743.10](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.95743.10)

INTRODUÇÃO

O país enfrenta uma de suas piores crises político-econômicas já vividas enquanto democracia. Partindo da definição do cientista político Robert Dahl, a democracia aconteceria a sob a égide de uma contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais. A ideia por trás do conceito é que o sistema político procure atender aos cidadãos de forma inclusiva e ampla, e que estes possam formular e expressar suas preferências, e possivelmente serem atendidas pelo governo, dentro é claro, do limite possível do bem-estar comum (DAHL, 1997, p. 25). A realidade não parece atender à todas essas preferências. Celso Furtado (1990), grande entusiasta de estratégias de desenvolvimento econômico-social, relata a teoria da pobreza em espectro no qual capital, crédito e meios de produção são abocanhados por uma parcela minoritária da população, e em contrapartida ocorrerá a perpetuidade de desigualdades sociais. Nesse processo, o *Welfare state* (Estado de bem-estar social) legitima-se como um conceito de manuais, distante da realidade das economias periféricas.

Nos últimos anos, a taxa de desemprego tem assustado os trabalhadores que dependem de seu [mínimo] salário para garantir a subsistência familiar através do consumo. Os reflexos da crise internacional de 2008 trouxeram consequências alarmantes para a população, principalmente no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. A grande bolha imobiliária estadunidense e a quebra do banco Lehman Brothers, somados a outros fatores, gerou resultados suficientemente altos para tornar insegura, do ponto de vista dos investidores, a economia brasileira e, do ponto de vista político, o governo eleito em 2014.

A Constituição em vigor, de 22 de setembro de 1988, permite que no Brasil presidentes sejam afastados. Processos como este, no entanto, só entraram em vigor no país duas vezes: em 1992, com o

então presidente do Partido Reconstrução Nacional (PRN), Fernando Collor de Mello e outra em 2016, com a presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT). As causas e os mecanismos que levaram à aprovação dos processos são distintos, mas é certo que em ambos se observa, a priori, uma inquietação político-econômica.

O artigo revisita o *Impeachment* de Dilma Rousseff, a partir de uma abordagem crítica, buscando sublinhar o descompasso de um discurso de Brasil quebrado, que clamaria por reformas estruturais e ajustes. Evidenciamos por um lado o aumento na inflação, desocupação e subocupação, em contrapartida aumentos exorbitantes dos lucros e patrimônio dos bancos, e assim das classes rentistas burguesas. Para além desta introdução, o artigo conta com mais três seções. A segunda seção visa apresentar ao leitor teorias e conceitos relevantes à análise realizada na terceira seção. A quarta seção traz nossas considerações finais.

RENTISMO, LULISMO E FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL

Rentistas: herdeiros do neoliberalismo

Em 1990, Fernando Collor de Mello assume a presidência do país ao vencer uma disputa contra políticos renomados, como Lula e Leonel Brizola, e após dois anos de mandato, denúncias diversas de fraudes financeiras vieram à tona. Os planos de estabilização financeira de presidente eleito, operados de forma ousada e irresponsável, fizeram com que já no início de seu governo, ele perdesse credibilidade. Conhecido como Plano Collor, o principal meio de diminuição da inflação no início do ano de 1990 foi o sequestro de liquidez, que bloqueou a poupança dos brasileiros nos bancos. Passeatas multipartidárias encheram as ruas dos grandes centros, e culminaram em seu afastamento (ABREU, 2014).

Fernando Henrique Cardoso (FHC), a partir do sucesso do Plano Real, ganha margem de apoio político para realizar em seus dois mandatos uma série de privatizações. As políticas econômicas desenvolvimentistas vivenciadas no país, principalmente entre 1930-1980, perdem espaço para as neoliberais, na qual o Estado cumpriria preponderantemente funções de regulação, afastando-se dos setores produtivos. Bresser-Pereira (2006) explica que o desenvolvimento econômico ocorre, se e somente se, acompanhado de três ideologias: liberalismo, nacionalismo e socialismo. Para o autor, as três forças estão em constante conflito, similar ao conflito de classes sugerido em cientistas políticos como Marx (2001) e Poulantzas (1977).

Nos anos posteriores ao Plano Real, de estabilização monetária e desindexação da economia de 1994, o Estado passa a desempenhar um papel de regulador ativo de políticas monetárias e ao mesmo tempo realiza um processo de endividamento externo para financiar algumas empresas que passavam por dificuldades financeiras. As reformas estruturais deixaram para o Brasil pós Plano Real um cenário de endividamento, privatizações, liberalização comercial e abertura financeira (BELLUZZO, 2010; FILGUEIRAS *et al.*, 2012).

Calabrez (2015) explica parte das críticas sofridas pelo ex-presidente Lula desde o seu primeiro mandato. O autor atribui majoritariamente aos chamados rentistas a chuva de desapontamentos contra o ex-presidente. O rentismo, como a própria palavra denota, está atrelado a mecanismos de renda, porém não está relacionada à produtividade, mas sim ao mercado financeiro. Resumidamente, existem dois tipos de investimentos possíveis: o investimento produtivo, que traz retornos econômicos para o país, e o investimento financeiro, que contribui principalmente na ampliação da renda de seus respectivos investidores. Após o Plano Real, com FHC na presidência e uma taxa média de juros de 15,1% ao ano, o Brasil ficou mundialmente conhecido como o defensor de altas taxas, fazendo com que a remuneração advinda de investimento financeiro crescesse de forma substancial no país (CALABREZ, 2015).

Fernando Nogueira da Costa (2016) associa a era dos rentistas ao enriquecimento de uma pequena parcela da população que aproveitara das altas taxas de juros para construir suas fortunas. A classe de baixa renda, correspondente a cerca 32,6% da população brasileira⁴⁶, depende sumariamente do rendimento do trabalho. As partes superiores da pirâmide (classes média alta e alta, que correspondem a aproximadamente 2,5% da população) tendem a ensejar políticas de caráter neoliberal. Os rentistas almejam juros cada vez mais altos, ampliando sua riqueza através de ganhos de investimentos em capital financeiro. Mesmo mantendo uma taxa de juros consideravelmente alta, o governo Dilma não foi capaz de atender plenamente os desejos dessa parcela da população que por muitos anos construiu sua riqueza a partir de políticas públicas de cunho neoliberal (NOGUEIRA DA COSTA, 2016).

O período “lulista”, entre 2003-2010, utilizando de uma favorável situação externa e o “famoso” *boom das commodities*, foi capaz de ensaiar um novo projeto econômico nacional (CARVALHO, 2017). O período valorizou o salário mínimo e garantiu que trabalhadores pudessem expandir sua cesta de consumo, apesar de também ter expandido os lucros e dividendos das elites rentistas, conforme será apresentado na próxima subseção.

Lulismo: um retrato dos trabalhadores?

Conforme Singer (2009), o PT não tinha atingido seu público-alvo até as eleições de 2002, e os votos atribuídos ao seu candidato Luiz Inácio Lula da Silva eram divididos entre todas as classes sociais, visto que os votos da população pobre e trabalhadora foram conquistados posteriormente. Quando concorreu contra Collor em 1989, o pernambucano

46 Salata (2015, p. 117): “a maior parte dos brasileiros se identifica como classe baixa (32,6%), seguidos por aqueles que se reconhecem como classe média (24,5%), classe trabalhadora (19,1%), classe média baixa (16,2%), nenhuma classe (6%), classe média alta (1,5%) e, finalmente, classe alta (menos de 1%)”.

obteve uma grande parcela dos votos da classe média alta e da elite brasileira, enquanto os votos dos pobres eram destinados ao presidente cassado poucos anos depois. Durante as mudanças na legislação trabalhista no fim da década de 70, Lula foi o maior símbolo das greves e protestos, que foram pouco aceitos pelos pobres (SINGER, 2009).

Na “era Lula”, após políticas sociais como Minha Casa, Minha Vida e o Bolsa Família, o PT ficou conhecido como o partido das causas sociais, concentrando uma grande parcela de seus votos nas classes mais pobres. Após o escândalo do mensalão, o voto dos brasileiros ficou ainda mais segmentado. Nas eleições de 2006, a oposição composta por políticos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), não conseguiu convencer os eleitores de que daria continuidade às políticas que conseguiram diminuir a pobreza no país, e Lula foi eleito com quase 20 milhões de votos de diferença no segundo turno (SINGER, 2009).

Transitando bem entre os campos desenvolvimentista e neoliberal, o governo Lula parece ter cometido três principais heresias contra a ótica rentista de desenvolvimento (BASTOS, 2017). Em primeiro lugar, e favorecido pelo período de crescimento econômico mundial e chinês em especial, investiu massivamente nos setores de petróleo, gás e energia elétrica. Um segundo insulto está relacionado ao estímulo à maior participação dos bancos públicos na economia, pelo qual o Estado agiria como demiurgo para novos empreendimentos e financiamento empresarial (EVANS, 1995; BASTOS, 2017). Por último, as políticas salarial, trabalhista e social, ainda o fortalecimento de sindicatos, garantindo um aumento sob a ótica keynesiana uma expansão da produção, renda e arrecadação, que *ex-post* são reinvestidos e tendem a retroalimentar as cadeias produtivas (BASTOS, 2017).

No intuito de avançar na compreensão dos acontecimentos recentes, analisamos a seguir financeirização da economia brasileira, presente desde a era social democrata de FHC e expandida, no segundo governo Lula.

EXPANSÃO DA FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL

O processo de financeirização atrelado ao rentismo tem sido aplicado e expandido no Brasil principalmente pós Plano Real, onde a abertura comercial e as privatizações iniciaram o movimento de apropriação de capital do Estado⁴⁷ (COUTINHO; BELLUZO, 1996; COUTINHO; BELLUZO, 1998). O acesso ao crédito ampliou a renda das famílias, gerando também crescimento dos bancos, públicos e privados, e dos detentores dos ativos financeiros na economia brasileira.

O processo de dependência da política ligada à taxa de juros e câmbio, iniciado já no primeiro governo FHC, foi praticada ao longo do governo lulo-petista. A baixa capacidade de geração de poupança interna também é prática recorrente na economia brasileira. Tais políticas do governo FHC, adotadas pelo ex-presidente Lula em seus dois mandatos, demonstram claramente uma necessidade de se utilizar de tais manobras, no que se refere à condução do sistema econômico. Embora a era social-desenvolvimentista de Lula tenha conseguido reduzir de maneira significativa a porcentagem da dívida externa e interna em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), e restringido à metade os juros reais; o processo de deterioração das contas públicas atrelado ao sucesso do sistema financeiro privado, enraizou-se na política nacional (BELLUZZO, 2010; BASTOS, 2015).

Cabe salientar, no entanto, que economias em crise tendem a levar à fuga dos investidores. A contenção de gastos proposta pelo governo Dilma, o descontrole cambial, alto desemprego, podem ser citados como alguns dos principais fatores que levaram ao descontentamento do governo da ex-presidente. As denúncias de corrupção

47 Ainda, “o valor da massa de ativos financeiros transacionados nos mercados de capitais de todo o mundo saltou de cerca de US\$ 5 trilhões no início dos anos 80 para US\$ 35 trilhões em 1995, segundo as estimativas do BIS. Esta impressionante escalada do volume da riqueza financeira (a um ritmo de pelo menos 15% ao ano) suplantou de longe o crescimento da produção e da acumulação de ativos fixos” (COUTINHO; BELLUZZO, 1998, p. 1).

do partido também foram fundamentais para agravar ainda mais a insatisfação e dar forças aos partidos de oposição durante as votações do processo no Congresso Nacional. Dilma causou à parcela rentista uma fúria exacerbada, e a “opinião pública” na figura de seus candidatos e representantes nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, optaram por legitimar o Golpe de 2016 (PRONER *et al.*, 2015).

A opção pelo caminho neoliberal da financeirização pode colocar o país em difíceis encruzilhadas de estagnação e desemprego. Historicamente, agendas que contornam essa situação tendem a estar associadas à políticas de contenção e contingenciamento de gastos no país, que atingem principalmente, e por vezes somente a base de nossa pirâmide social, que recebe até um salário mínimo. Pesquisadores e políticos atualmente e com a devida urgência sugerem taxações sobre grandes fortunas, heranças e aplicações financeiras (CARVALHO, 2015).

Os indicadores selecionados e argumentos, apresentados a seguir, buscam explicitar a incongruência de extrema fragilidade da classe trabalhadora em contraste aos lucros recordes de instituições financeiras no período recente.

A MONTANHA-RUSSA “DILMISTA” (2011-2016)

A Nova Matriz Econômica de Dilma Rousseff

Uma análise atenta do primeiro governo Dilma já indicaria que a dinâmica que prosperou por mais de uma década seria ameaçada. O projeto de país da ex-presidente empreendia esforço para “*minimizar o rentismo com a dívida pública como meio sistemático de acumulação de capital*” (BASTOS, p. 17). A estratégia de redução da taxa básica de juros praticada já em 2011 por Alexandre Tombini, visava transferir

parte do capital das aplicações em títulos da dívida pública para o setor produtivo, bens de capital fixo e indústria de transformação. Via desvalorização cambial (aumento da taxa de câmbio), garantir competitividade internacional e ampliação do mercado interno. Ainda, foram praticados subsídios creditícios, fiscais e trabalhistas, para além de redução de preços de serviços administrados e insumos essenciais, conforme Bastos (2017). A depreciação cambial iniciada logo no segundo ano de governo se depara com um cenário de (i) alta inflação e (ii) inclusive, perda da credibilidade da política monetária do governo (DIAS, FERREIRA; ASSIS, 2020). Pressões populares e da elite financeira fizeram com que a estratégia fosse abandonada já em meados de 2013 (BASTOS, 2017).

2012: em uma década o número de graduados sai de cerca de 470 mil em 2002, para cerca de 1,05 milhão (BASTOS, 2017). Os frutos das sementes de repulsa pela ex-presidente, colhidos em 2013, germinavam há um tempo por parte da classe média brasileira, e ao longo dos seis anos de governo da petista, acirrou a disputa dentro da classe trabalhadora (SOUZA, 2019). A classe média, que há décadas foi detentora de prestígio e privilégios no que se refere à educação superior, agora teria que participar de processos seletivos disputando vagas com esses novos formados, por vezes provenientes de favelas e zonas rurais de baixa renda. Era preciso portando barrar a emancipação da base da pirâmide. O argumento da austeridade é, destarte, vantajoso aos rentistas e à classe média.

Em “A Elite do Atraso”, o sociólogo Jessé Souza caracteriza essa parcela da classe média, deslumbrada pela elite dos proprietários, emuladora de hábitos e costumes da classe superior, como já preconizara Veblen (1983) em sua descrição da sociedade americana moderna. Ainda em Souza (2019, p. 70) essa classe cumpre na sociedade brasileira duas principais funções principais: (i) simbolicamente, na provocação do prazer da “superioridade” e do mando e, (ii) na criação de uma classe sem futuro para além dos trabalhos braçais corriqueiros, esta segunda associa-se a uma frente material e pragmática. A defesa da moral,

dos bons costumes e de um Estado menor e mais eficiente, alicerçaria desde então o aumento das desigualdades econômicas e sociais, garantindo aos bancos privados lucros recordes (SOUZA, 2019). Apesar da polêmica e pouco produtiva Nova Matriz Econômica [ou Agenda Fiesp], Dilma foi capaz de garantir sua reeleição – ainda que por muito pouco, a petista teve 51,64% dos votos válidos contabilizados.

A dívida pública líquida encontrava-se em patamar muito confortável em 2014 (BASTOS, 2017). A agenda contracíclica, na figura de Joaquim Levy, subestima o sentimento de incerteza por parte dos empresários, comprometendo os investimentos produtivos nacionais, minguando a arrecadação do Estado. A austeridade praticada durante o ciclo recessivo tendeu a agravar ainda mais a crise (BASTOS, 2017; CARVALHO, 2017). Consoante Bastos (2017): endividamento das firmas a partir da elevação de taxas de câmbio; elevação de alíquotas dos impostos e preços administrados; redução salarial, que compromete o consumo das famílias e a receita empresarial. Lava-Jato e a agenda pró-austeridade parecem retroalimentar, a partir de outubro de 2014, o descontentamento generalizado contra o governo⁴⁸.

O passo atrás dado por Dilma Rousseff ao projeto rentista

Um dos grandes méritos de “Valsa Brasileira” está na analogia aos passos ensaiados pela economia brasileira nas últimas duas décadas. Segundo Carvalho (2017), o momento do *boom das commodities* e suas externalidades sociais positivas representariam um passo

⁴⁸ A Lava-Jato também neutralizou, pelo medo ou pela prisão, a camada empresarial mais próxima do governo. Paradoxalmente, o fato de o governo Dilma Rousseff apoiar a Lava-Jato o enfraqueceu em outro sentido. Políticos e empresários envolvidos em transações ilegais tinham interesse evidente em substituir o governo por outro capaz de barrar ou limitar as apurações e patrocinar algum tipo de anistia dos crimes cometidos, como ficou evidente nas conversas com Romero Jucá e José Sarney gravadas por Sérgio Machado (BASTOS, 2017, p. 50).

adiante. O governo Dilma dá passo para o lado, já que a Agenda Fiesp não trouxera os impactos econômicos significativos e duradouros esperados. Temer, já no pós-*Impeachment*, representaria um passo atrás nessa empreitada desenvolvimentista.

A associação que queremos demonstrar, a partir das estatísticas apresentadas, organiza o governo Dilma em dois principais passos. A priori em seu primeiro mandato, um ousado passo atrás no que se refere à manutenção do rentismo, respalda-se (i) nas falas e declarações da ex-presidente atacando publicamente esse modelo de acumulação e (ii) optando pela redução da taxa básica de juros (Selic) já no primeiro ano de governo. Tendo fracassado em sua empreitada junto aos empresários, Rousseff dá passo ao lado e tenta através da nomeação de Joaquim Levy e Luiz Carlos Trabuco, por exemplo, recuperar confiança empresarial e do mercado financeiro (BASTOS, 2017).

Logo no início do segundo mandato de Dilma em 2015, revoltas gerais ocorreram em decorrência de medidas tomadas pela presidente, tais como decisões contraditórias sobre ministérios, a acusação de estelionato eleitoral feita pelo tucano derrotado, adoção de políticas fiscais que atingiram diretamente a população menos favorecida economicamente e ainda, acusações contra seu partido em delações premiadas da operação Lava Jato. A batalha contra o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, também foi um forte agravante à crise, gerando uma situação de desconforto alarmante entre o PT e o PMDB, aliados até pouco antes da aprovação do processo de *Impeachment*.

Resumimos em três pontos os desdobramentos dessa seção: i) Os processos de financeirização e rentismo foram praticados e inclusive ampliados durante o governo lulista. O projeto de Brasil em Dilma I coloca em xeque a continuidade exacerbada dessa prática – dá um passo atrás; ii) Lucro dos bancos, emprego e salário mínimo valorizado caminharam juntos durante o *boom das commodities*, entretanto, a situação econômica internacional pós-2008 faz-se distinta. Os eleitores

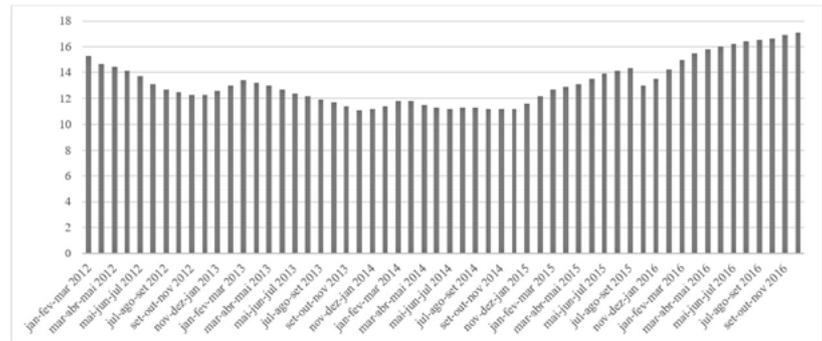
da ex-presidente não foram capazes de, via sindicatos e/ou manifestações públicas, alicerçarem apoio suficiente contra processo de *Impeachment*. Parte desses inclusive – motivados inclusive pela perda de emprego e renda –, compra o argumento neoliberal emulado pela classe média que, inicia ainda em 2014, um convite à polarização, logo após a derrota de Aécio Neves; iii) O combate à corrupção e a operação Lava-Jato colocam mais lenha na fogueira das sucessivas perdas de direitos da massa de trabalhadores da base da pirâmide nacional. Isto posto, a opção pelo não investimento da mais-valia e dos retornos das aplicações financeiras brasileiras no setor produtivo é justificado pela falácia ultraliberal da falência do Estado brasileiro.

As trajetórias da desocupação, da inflação e do lucro dos bancos (2010-2016)

Disponibilizada pelo IBGE, a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, esboça um agravamento do quadro a partir do último bimestre de 2014. Em agosto de 2016, mês da aprovação do *Impeachment* na Câmara dos Deputados, o indicador encontra-se em 16,4%.

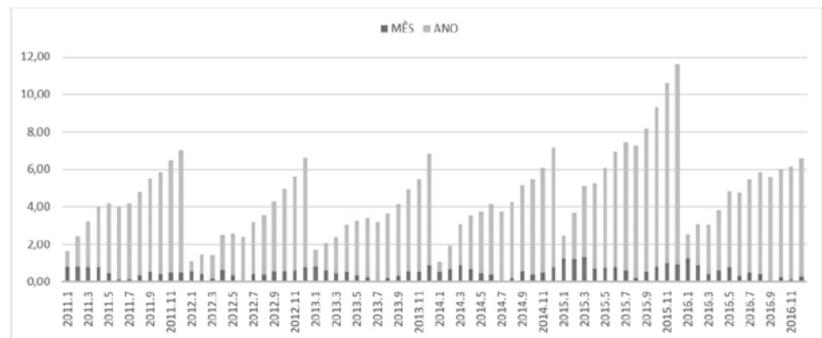
A combinação desse cenário de desemprego e inflação – representadas aqui pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – parece ter sido a tempestade perfeita para que o argumento de economia quebrada fosse digerido pelas camadas populares. Dificilmente [e infelizmente] o brasileiro médio de baixa renda adquire *know-how* suficiente para analisar a conjuntura macroeconômica, levando em conta superávits ou déficits primários, flutuações no câmbio e nos gastos do governo, entre outras variáveis. Inflação e o desemprego são os primeiros indicadores notados por esses consumidores. Somados os escândalos de corrupção, as três variáveis sugerem o descontentamento das camadas populares pelo governo dilmista.

Gráfico 1 – Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (%) para o Brasil – 2012-2016



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal. Nota: A série se inicia em 2012 e não em 2011 como as demais **proxies**, diante da indisponibilidade dos dados para períodos anteriores.

Gráfico 2 – IPCA mensal e acumulado no ano para o Brasil – 2011-2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor

A situação para os bancos é diferente ao longo da série analisada. Em 2011, os cinco maiores bancos do Brasil apresentaram segundo o Departamento Intersindical De Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), evolução em seu ativo total em 18,1%, atingindo R\$ 3,5 trilhões. O grupo apresentou um lucro líquido total superior

a 50,7 bilhões – crescimento de 9,8% com relação a 2010. Neste mesmo ano o quadro de pessoal evolui apenas 2,9%. 2012, marcado pelas políticas de redução de juros e **spreads** bancários – o **spread** bancário refere-se à diferença entre o preço de compra (procura) e venda (oferta) de uma transação monetária, título ou ação – o lucro líquido dos bancos manteve-se relativamente estável. Patrimônio líquido (PL) atinge R\$ 298,3 bilhões, crescimento de 13,5% em relação ao ano anterior. Nesse ano, Itaú Unibanco fecha 7935 postos de trabalho. Juntos, Bradesco HSBC e Santander eliminam mais 10.752 postos de trabalho. Os bancos públicos, Caixa e Banco do Brasil, geraram conjuntamente 7.665 postos de trabalho.

Em 2013, os seis maiores bancos em atividade no Brasil (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, Santander e HSBC) atingiram o montante de R\$ 4,8 trilhões em ativos totais, aumento de 11,6% em relação a 2012. Destaque para a Caixa Econômica, que alcança o montante de R\$ 858,3 bilhões (+22,0%). O Itaú nesse ano registra lucro líquido recorde, R\$ 15,8 bilhões (+12,8%). Santander e HSBC entretanto registraram perda em seu lucro líquido, respectivamente queda de 9,2% e 66,4%. Com exceção da Caixa que nesse ano contratou 5.272 funcionários, os demais bancos desligaram mais que admitiram (DIEESE, 2020). Em 2014, o patrimônio líquido (capital próprio) dos bancos cresceu 18,4% (R\$ 370, 5 bilhões), lucro líquido de 60,3 bilhões (+ 18,5%). Mais uma vez, destaque para Itaú Unibanco, R\$ 20,6 bilhões em lucro líquido. Nesse mesmo ano, lucro líquido da Caixa e Banco do Brasil foram R\$ 7,1 bilhões e 11,3 bilhões, respectivamente. De acordo com os relatórios do Dieese, a estratégia adotada pelos bancos privados organizou-se principalmente em duas frentes, a saber: corte das despesas com pessoal próprio, por meio da redução de postos de trabalho, e aumento das receitas com tarifas.

2015 é marcado pelo encerramento das atividades do HSBC no segundo semestre, adquirido pelo Bradesco em meados de 2016, após aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Os ativos dos cinco maiores totalizaram em 2015 R\$ 5,7 trilhões, o PL R\$ 390,3 bilhões. O lucro líquido comparado ao ano anterior teve acréscimo de 16,2% (R\$ 69,9 bilhões). O maior lucro líquido foi do Itaú Unibanco (R\$ 23,8 bilhões). Por fim, 2016 encerra com o total de ativos dos cinco maiores bancos em aproximadamente R\$ 6,1 trilhões. Neste ano, Itaú se torna o maior banco atuando no país, com ativo total na ordem de R\$ 1,426 trilhão; ainda, os bancos públicos restringiram a oferta de crédito, aumentaram substancialmente taxas de juros e os **spreads**, seguindo a lógica dos demais bancos, privados. O lucro líquido dessas instituições somou 59,6 bilhões.

A montanha-russa da era “dilmista” proporciona experiências diferentes de entretenimento e bem-estar, a depender do estrato social. O setor bancário, ocupando lugar privilegiado nessa aventura, ao longo de todo período é capaz de contornar a crise econômica, ora reduzindo suas carteiras de crédito, ora destruindo postos de trabalho, ambos inclusive em alguns momentos. O brasileiro de baixa-renda, por outro lado vivencia, a partir de 2014 principalmente, taxas recordes desocupação, subocupação e inflação. Na sequência, tecemos nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço empreendido nesse artigo está em colocar uma lupa sobre acontecimentos recentes da economia brasileira, e a partir de estatísticas pontuais e contribuições teóricas, corroborar uma leitura crítica do conturbado *Impeachment* de Dilma Rousseff. Após a aprovação *Impeachment*, O Brasil estratifica-se ainda mais, tende à polarização. As políticas neoliberais e a visão conservadora de líderes políticos eleitos ainda em 2014 esboçam trajetórias de desenvolvimento [no mínimo] desanimadoras para as classes trabalhadoras, e colocam

em xeque parte das conquistas sociais que foram garantidas após a Redemocratização. A conjuntura econômica é incerta e a população, receosa, parece não vislumbrar um futuro de estabilidade política.

Os desafios dos campos progressistas brasileiros nos anos que se seguem são inúmeros, dentre os quais salientamos: buscar recuperar junto aos seus eleitores, sua credibilidade frente as sucessivas crises e estresses políticos vivenciados pela economia brasileira nos últimos anos. Tarefa espinhosa e que ainda esbarra numa segunda empreitada, apresentar um projeto crível que retome o desenvolvimento econômico e social esboçado entre 1995-2012.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva: **A Ordem do Progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Campus. 2ª Edição, 2014.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2017.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. A crise financeira além da finança. **Revista Tempo do Mundo**. Brasília: v.2, n. 1., 2010.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. São Paulo: EESP/FGV, Texto para discussão n.157, 2006.
- CALABREZ, Felipe. Política macroeconômica e mercados financeiros: o jogo de credibilidade e a dívida pública no contexto da eleição do governo Lula (2002-2003). *Áskesis*. 2015;4(1).
- CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Editora Todavia, 2018. 192 p.
- COUTINHO, Luciano G.; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Desenvolvimento e estabilização sob Finanças globalizadas. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 7, p. 129-54, 1996.
- COUTINHO, Luciano. “Financeirização” da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. **Economia e Sociedade**, v. 7, n. 2, p. 137-150, 1998.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. São Paulo: Editora da USP, 1997.

DIAS, Lázaro Cezar; FERREIRA, Carolina Coelho; ASSIS, Vinícius Fernandes de. 2011-2018: Mensuração da credibilidade da política monetária brasileira. **Revista de Economia Mackenzie**, 17 (2), p. 94-113, 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE: **Desempenho dos cinco maiores bancos em 2011**. Fev./2012. Disponível em <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2012/desempenhoBancos2011.pdf/>. Acesso em 17/jul/2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE : **Desempenho dos bancos em 2012**. Disponível em <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2012/desempenhoBancos2012.pdf>. Acesso em 17/jul/2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE: **Desempenho dos Bancos em 2013**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2013/desempenhoDosBancos2013.pdf>. Acesso em 17/jul/2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE: **Desempenho dos bancos 2014**. Disponível em <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2015/desempenhoBancos2014.pdf>. Acesso em 17/jul/2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE: **Desempenho dos bancos 2015**. Disponível em <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2015/desempenhoBancos2015.pdf>. Acesso em 17/jul/2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE: **Desempenho dos bancos 2016**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2016/desempenhoDosBancos2016.pdf>. Acesso em 17/jul/2020.

EVANS, Peter. **Embedded Autonomy**: States and Industrial Transformation. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: DATHEIN, Ricardo. (Org.). **Desenvolvimentismo**: o conceito, as bases teóricas e as políticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos *et al.* O desenvolvimento econômico brasileiro recente: desindustrialização, reprimarização e doença holandesa. In: **Encontro de Economia Baiana**, Salvador: v. 8, p. 806-830, 2012.

FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**. Campinas: v.1, n. 1, p. 5-19, 1990.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da economia política. Livro I, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

NOGUEIRA DA COSTA, F. Blog Cidadania e Cultura (2016). Velha classe média: mobilidade social para classes A e B. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2016/07/17/velha-classe-media-mobilidade-social-para-classes-a-e-b/#more-43539>. Acesso em 17/jul/2020.

SALATA, André Ricardo. Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe Dados. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: v. 58, n. 1, 2015.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estudos CEBRAP**. São Paulo: n. 85, 2009.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: GMT, 2019.

SUZIGAN, Wilson. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 8, n. 4, 1998.

POULANTZAS, N. (1986). **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes.

PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele; TENENBAUM, Marcio; RAMOS FILHO, Wilson (orgs.). **A resistência ao golpe de 2016**. São Paulo: Canal6 editora, 2016.

VEBLÉN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa**: Um Estudo Econômico das Instituições. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

The background features a stylized landscape of rolling green hills. A prominent yellow number '11' is positioned in the upper right quadrant. The hills are rendered in various shades of green, with a light brown path or road winding across the top. The overall aesthetic is clean and modern.

11

Maycon Leandro da Conceição

crise democrática sob o governo Bolsonaro:

uma análise crítica
acerca da Política Pública
de Saúde Mental

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.95743.11](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.95743.11)

INTRODUÇÃO

Como a aprovação da Lei nº 13.840 de 2019 que aborda o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), apresentando como proposta de redefinição das condições de atenção de cuidados aos usuários dependentes de drogas e tratar do financiamento das políticas sobre drogas. Em contrapartida a isso, a aprovação da Lei nº 13.840 veio acompanhada de um conjunto de críticas, devido a uma série de vetos do chefe do executivo, entre elas a perda do protagonismo da Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, drástica redução das vagas de especialistas da sociedade civil do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas e principalmente o avanço das Comunidades Terapêuticas (CTs). O governo do Bolsonaro evidenciou seus planos de formular políticas públicas sem a participação popular a partir da extinção de órgãos colegiados já consolidados e retorno da indústria de leitos privados, o que evidencia a orientação anti-participativa e rupturas com as diretrizes da Reforma Psiquiátrica e instaurou um processo de uma crise democrática, durante o procedimento de um discurso de dicotomia entre esquerda e direita, e corrosão desta participação popular produzidas no governo Bolsonaro.

O primeiro movimento do governo em relação ao deslocamento da Política Nacional de Saúde Mental foi a aprovação do projeto de Lei da Câmara (PLC) 37 de 2010, da autoria do ex ministro da Cidadania, Osmar Terra (MDB), o projeto, que foi aprovado na Câmara em 2013, também aprovado no Senado em 15/05/2019 e sancionado pela Presidência em 16/06/2019, com uma série de 27 vetos. Em relação aos vetos, o momento inicial mais preocupante é a atuação dos conselhos participativos que foram abordados através da publicação do Decreto nº 9759 de 11 de abril de 2019, que reduziu de forma significativa a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social. Ou seja, o decreto do presidente Jair Bolsonaro (PSL),

almejava retirar as entidades da sociedade civil do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD).

O segundo movimento do governo para o deslocamento das Políticas Públicas de Drogas é devido a ascensão das as comunidades terapêuticas, instituições privadas que compõem a oferta de cuidados a usuários de drogas e/ou que fazem uso abusivo de álcool, muitas delas religiosas. A regulamentação das comunidades terapêuticas no Brasil surgiu a partir da Lei nº 11.343/2006, as Comunidades Terapêuticas (CTs) passaram a integrar oficialmente a rede pública de atenção e cuidado a usuários de drogas, e tornaram-se elegíveis ao financiamento público. Outro ponto importante para a consolidação das CTs no Brasil é a Medida Provisória nº 885, de 2019, que determina que qualquer bem apreendido ou sequestrado de produtores ou traficantes de drogas, sejam revertidos para financiar políticas públicas em parceria com as comunidades terapêuticas. Por fim, nesse sentido, a Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas de 2019, favorece o desmonte da reforma psiquiátrica, pois facilita e favorece a expansão de leitos de internação involuntária, a partir da premissa que a solicitação para a internação poderá ser feita através da família/responsável legal ou simplesmente pelo aval de um médico.

A reforma psiquiátrica brasileira está em curso desde 2001 e caracteriza-se por um processo complexo, responsável por um conjunto de transformações teóricas e práticas. Tais transformações têm gerado mudanças objetivas e subjetivas no cenário nacional envolvido, por sua complexidade e abrangência, a sociedade como um todo. Trata-se de um processo heterogêneo, composto de inúmeros planos, atravessamentos e configurações. A lei da reforma psiquiátrica, número 10.216, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2001, dispõe sobre a proteção e garantia de direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais graves e/ou sujeitos dependentes químico, essa lei marca a transformação da assistência psiquiátrica, propondo que o atendimento seja feito em serviços

substitutivos (CAPS) ao invés modelo asilar. A definição dos Centros de Atenção Psicossocial como porta de entrada na rede assistencial à saúde mental surgiu pela portaria GM 224/92 (BRASIL, 1992), teve como objetivo construir Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) na Política de Saúde Mental do Sistema Único de Saúde.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as decisões tomadas pelo Governo Federal via instituição de decretos para a extinção de conselhos e redução da participação social nesses órgãos à luz da defesa de uma democracia participativa e realizar uma análise dos discursos parlamentares acerca da Lei nº 13.840 de 2019, que aborda o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e como ela afeta as diretrizes da reforma psiquiátrica. As hipóteses levantadas nesse trabalho apontam para o caráter anti-participativa frente aos conselhos participativos do atual governo federal, para seu tratamento de adversários políticos como inimigos e para sua opção de fazer política através do jogo duro constitucional, infringindo, portanto, regras informais que sustentam a democracia (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018).

A fim de sustentar tais hipóteses, foi adotado como procedimento teórico-metodológico, um levantamento bibliográfico frente aos desdobramentos da reforma psiquiátrica, órgão que faz parte do processo de formulação de importantes Políticas Públicas em Saúde Mental no Brasil. Os resultados obtidos no trabalho, procuramos demonstrar no presente trabalho, que a Lei nº 13.840 apresenta como objetivo (re)definir as condições de atenção de cuidado aos usuários de drogas em todo o país e tratar do financiamento de políticas públicas sobre drogas. Mas surgem diversas críticas, em vez de fortalecer o cuidado dos usuários de drogas a partir da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), em especial ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas, acabou fortalecendo as comunidades terapêuticas e não definiu se são equipamentos de saúde e nem explicações concretas sobre as formas de financiamentos.

METODOLOGIA

O levantamento bibliográfico sobre a reforma psiquiátrica brasileira, a partir do aporte da aprovação da Lei nº 13.840. Enquanto um caminho sobre a CONAD aponta os argumentos de cuidado aos usuários de drogas simplesmente na ordem de segurança pública e religião, poucas argumentações sugeriram em torno de tratar o tema das drogas no âmbito de saúde pública. Em contrapartida a isso, muitos intelectuais contrários aos retrocessos das diretrizes das políticas públicas de saúde mental, predominam os argumentos de ordem saúde, através da defesa do SUS, Reforma Psiquiátrica e preocupação com o avanço das internações em comunidades terapêuticas.

RESULTADOS

A construção de um regime democrático que proteja contra as violações dos regimes autoritários, efetivada no contexto atual é o Controle Social, via democracia participativa, foi um dos instrumentos consagrados na Magna Carta de 1988. A Constituição Federal expressa, logo em seu artigo primeiro, que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado Democrático de Direito e prossegue afirmando, agora no parágrafo único- “todo o poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. Isto significa que o Brasil adota a chamada democracia liberal representativa, em que as partes das decisões políticas são tomadas diretamente pelo povo. Ademais, a Constituição prevê os instrumentos de participação social, através de plebiscito, do referendo e da iniciativa popular de projetos de leis para tanto.

O Controle Social é um instrumento de funcionalidade de uma democracia participativa. Todavia, a forma perene do Controle Social,

por meio dos Conselhos de Políticas Públicas, o diferencia das demais formas de participação, já que funcionam como espaços de discussão com atores de organizações da sociedade civil e do governo no âmbito da gestão das políticas públicas. Dessa forma, o Conselho Nacional de participação pode funcionar como um espaço institucional para responder aos movimentos de disputas e de resistências no processo de construção democrática da política pública. Entretanto, a literatura sobre a atuação dos Conselhos tem demonstrado que esses espaços teriam deixado de ser locais para o conflito e a deliberação (ALMEIDA, 2010; TEIXEIRA, 2013) e, com isso, perderam parte da capacidade de exercer a representação da sociedade civil na estrutura do Estado (ALMEIDA & TATAGIBA, 2012).

Outro fator significativo para o reconhecimento do espaço do Conselho Nacional é a existência da disposição do governo em articular os aparatos do Estado para respeitar as opiniões do Conselho (AVRITZER, 2007; LÜCHMANN, 2002; 2012). Essa ação pode ocorrer pela mobilização de atores relevantes no Poder Executivo e um arranjo multi-organizacional para dialogar com os movimentos sociais, com o intuito de viabilizar a formulação de políticas públicas. Entretanto, o que vimos do atual governo é uma tentativa de não reconhecer a legitimidade dos movimentos sociais e dos conselhos participativos. Nesse sentido, os dados apresentados a seguir fazem parte de uma preocupação em analisar quantitativamente os ataques do presidente Bolsonaro às instituições participativas brasileiras, mais especificamente, os órgãos colegiados. No quadro 1 apresenta dados secundários, coletados do trabalho do Hanrikson de Andrade para o Portal UOL, e propõe uma comparação no que diz respeito ao número total de participantes anterior e posteriormente aos decretos que reduziu os números de vagas em conselhos vinculados ao Executivo.

Quadro 1 - Redução do Número total de vagas em conselhos vinculados ao Executivo, antes e depois do decreto do Presidente Bolsonaro

CONSELHO NACIONAL	ANTES	DEPOIS	REDUÇÃO
Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas ⁴⁹	34	23	11

Fonte: ANDRADE (2019).

Tais redução dos Conselhos analisadas no quadro 1, não diz respeito que são marcas de governos anteriores ou pertencem exclusivamente a um partido, mas dizem respeito a conquistas resultadas de lutas democráticas do povo organizado durante o declínio do regime militar e processo de instauração da redemocratização a partir da década de 1980. Mas, logo no primeiro ano de governo, o presidente Bolsonaro reduziu drasticamente a participação popular na formulação de políticas públicas. A justificativa do governo para tal ação de desmonte, foi a alegação de que a quantidade de pessoas, em especial as pessoas representantes da sociedade civil que discordam de seu governo, causando uma série de conflitos decisórios nos Conselhos Participativos. É preciso, antes de aprofundar a análise acerca do caráter anti-povo e crise democrática do atual governo, compreender o contexto atual do cenário social do Conselhos consultivos e políticas de participação.

O campo da reforma psiquiátrica brasileira, também é composto por disputas e complexidade das relações de poder dos formuladores de políticas públicas, que assim como o impulsionam, criam conflitos e impasses que passam pela crítica ao fechamento dos leitos nos hospitais psiquiátricos, as dificuldades para a consolidação e organização da rede de serviços substitutivos, além dos desafios em quanto à questão da formação profissional, da desmobilização do movimento social que apontam para um não reconhecimento e diálogo por parte do governo federal e na lógica de abordar o Sistema Nacional de Políticas Públicas de Saúde Mental e de Drogas simplesmente na perspectiva de ordem de Segurança Pública e não como questão de Saúde Pública.

49 Decreto nº 9.926 de 19 de julho de 2019.

Segundo Bourdieu (1983), o campo científico como analisados pelo percurso dos membros do CONAD, tal como campo burocrático, o campo ideológico e o campo político, podem ser entendidos como “um pequeno mundo social relativamente autônomo dentro do grande mundo social”. Esse campo de saberes não pode ser ignorado e é através dele que entendermos a lógica baseada “de um acordo com sua própria lei, ele possui em si mesmo o princípio e a regra do seu funcionamento” (BOURDIEU, 1983). Ou seja, seria um erro subestimar a autonomia e a eficácia específica de tudo o que acontece no campo político, reduzindo a história propriamente política a uma espécie de manifestação de pouca relevância das forças econômicas e sociais.

No que diz respeito ao que se passa no Brasil atual, observa-se que, contra os mecanismos institucionais de participação social, chocam-se uma postura de crise democrática com relação à participação da sociedade e o imenso desejo do atual governo de rompimento com todas as políticas de desmobilização social, iniciadas ou mantidas por governos anteriores, sobretudo no governo da Dilma Rousseff (2011-2016). O primeiro ato do governo de Jair Bolsonaro no sentido de desmobilização dos movimentos sociais, portanto, ocorreu a partir do Decreto nº 9.759, de 2019, em que o atual presidente revoga o Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, sancionada pelo governo da Dilma Rousseff, que havia instituído a Política Nacional de Participação Social - PNPS, que objetivava Art. 1º:

[...] fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil. Parágrafo único: Na formulação, na execução, no monitoramento e na avaliação de programas e políticas públicas e no aprimoramento da gestão pública serão considerados os objetivos e as diretrizes da PNPS (BRASIL, 2014).

Com relação ao Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), acredita-se no âmbito da prática ocorrerá um retrocesso e que o novo cenário dificulta a elaboração de políticas públicas e fere a

democracia participativa, ao limitar a participação de especialistas e da sociedade civil na discussão. O Decreto nº 9.926, publicado no Diário Oficial da União (DOU) no dia de 19 de julho de 2019, reduziu todos os representantes da sociedade civil e especialistas do grupo, que será composto apenas por membros do governo e conselhos estaduais de políticas públicas antidrogas. O CONAD foi criado em 2006, o Conselho é o órgão superior permanente do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (SISNAD) e a partir do Decreto n. 9.926, de junho de 2019, dispõe sobre sua funcionalidade principais: deliberar sobre iniciativas do governo federal que visem a cumprir os objetivos da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) e acompanhar o cumprimento pelo SISNAD das diretrizes nacionais para a prevenção do uso indevido, a atenção, a reinserção social de usuários e dependentes de drogas, a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos demonstrar no presente trabalho, a Lei nº 13.840 apresenta como objetivo (re)definir as condições de atenção de cuidado aos usuários de drogas em todo o país e tratar do financiamento de políticas públicas sobre drogas. Mas surgem diversas críticas, em vez de fortalecer o cuidado dos usuários de drogas a partir da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), em especial ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas, acabou fortalecendo as Comunidades Terapêuticas, não definiu se as CTs são equipamentos de saúde e nem explicações concretas sobre as formas de financiamentos. Isto posto, até o momento são consideradas instituições privadas ligadas as igrejas e com falta de regulamentação e fiscalização. Outro fator preocupante com a aprovação da lei é em relação a redução de especialistas da sociedade civil no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, órgão importante na elaboração de políticas públicas

para usuários de dependência química e diretrizes da Política Pública de Saúde Mental como um todo.

A hipótese do trabalho é plausível, de que o governo do Jair Bolsonaro possui um caráter anti-povo e anti-participação da sociedade civil nos Conselhos democráticos, que ele trata seus adversários políticos como inimigos e que constrói sua atuação política através do jogo duro constitucional e a recusa de dialogar com os movimentos sociais. Essa lógica do governo fica evidente na drástica redução da participação social nos órgãos colegiados que fazem parte do processo de formulação de políticas públicas sobre drogas, buscando silenciar pessoas com visões de mundo distintas das defendidas pelo governo, o que demonstra o caráter anti participativo do governo Bolsonaro e o desrespeito à norma da tolerância mútua, tal como definida por Levitsky e Ziblatt (2018).

A partir dos posicionamentos de tais decisões dos atores sociais dentro das instituições de poder, podemos analisar o início da corrosão da política de saúde mental implementada, a partir de 2001, devido a perda do protagonismo da Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas em elaborar políticas públicas. Isto posto, a aprovação da nova Lei nº 13.840 de 2019 é estratégia, de avançar com a contrarreforma psiquiátrica, se deslocando da esfera da saúde, onde a legislação, as regulações, controle social e participação de conselhos de participação social são fundamentais para o funcionamento do Estado Democrático de Direito.

Por fim, a nova lei de Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas associa-se fortemente com a lógica de hospitalização e internações involuntárias, uma vez que é no espaço do hospital psiquiátrico e nas comunidades terapêuticas que reina a prática do modelo asilar e tais atitudes comprovam que a lógica manicomial não foi totalmente superada no Brasil. Fazendo alguns deslocamentos, tal como ocorreu neste trabalho, é possível perceber através da análise da

literatura tem-se mostrado que os cuidados à saúde dos usuários de drogas realizados nas Comunidades Terapêuticas que, em sua maioria funcionam a base de fé, terapia pelo trabalho e abstinência, sendo, portanto, um retrocesso da reforma psiquiátrica vigente no país.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. **A participação social no governo federal.** *In:* SILVA, Eduardo Moreira da; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. *Experiências Internacionais de Participação.* São Paulo: Ed. Cortez e UFMG, p. 133-146, 2010.
- ALMEIDA, C.; TATAGIBA, L. **Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas.** *In:* Serviço Social e Sociedade. São Paulo: n. 109, p. 68-92, jan./mar. 2012.
- ANDRADE, H de. **Bolsonaro reduz vagas e murcha participação social em conselhos.** Notícias UOL, 2019. Disponível em: Acesso em: 25 janeiro de 2021.
- AVRITZER, L. **“Reforma Política e Participação no Brasil”** *In:* AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (orgs.). *Reforma Política no Brasil.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, pp. 36-44.
- BOURDIEU, P. **O campo científico.** *In:* ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu,* São Paulo, Ática, Col. Grandes Cientistas Sociais, 1983.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 336/ 2002 de 19 de fevereiro de 2002.** Atualiza as normas constantes da Portaria MS/SAS nº 224, de 29 de janeiro de 1992.
- BRASIL, Decreto nº 8.243, de 23/05/2014. **Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS,** e dá outras providências, Brasília, maio, 2014.
- LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Zahar, 2018.
- LÜCHMANN, L. **Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre.** Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LÜCHMANN, L. **Participação e aprendizado político no orçamento participativo: estudo de caso em um município catarinense.** Educação & Sociedade. V. 33, p. 513-532, 2012.

TEIXEIRA, A. C. **Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010).** Tese de doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2013.

12

Washington Phillip Spanhol Carneiro

“deus acima de todos”:

o projeto de poder pentecostal
e o retrocesso democrático
no Brasil (2016-2020)

DOI: [10.31560/pimentacultural/2022.95743.12](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.95743.12)

INTRODUÇÃO

Alguns autores têm procurado discutir as relações entre a religião e a política como Campos (1999, 2002), Mariano (2010), Almeida (2019), Villazón (2014) e também a relação entre os pentecostais e neopentecostais na política nacional como Freston (1993a, 1993b, 1994b, 1999, 2014), Pierucci (1989), Machado (2006), Giumbelli (2006), Baptista (2009) além do destaque para o comportamento político e eleitoral como Smiderle (2013), bem como estratégias eleitorais utilizadas por esse segmento religioso em Vital da Cunha e Evangelista (2019). Dentre os evangélicos pentecostais e neopentecostais, destacam-se a Assembleia de Deus (AD) e a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) como atores de grande peso político e capacidade de mobilização eleitoral no cenário político nacional.

A AD foi fundada em 1911 na região norte do Brasil no início do século XX, em Belém do Pará, por dois missionários suecos que aderem ao discurso pentecostal após contato com esse fenômeno religioso nos Estados Unidos. Na primeira metade do século, o pentecostalismo se expandiu em direção ao centro-sul seguindo o movimento de urbanização e imigração ocorrido no país (ALENCAR, 2010; 2013). Aproximou-se, ao longo dos anos, de elementos que apresentam traços de uma tradição autoritária herdados da cultura brasileira mesclados à ideologia fundamentalista, importada dos Estados Unidos. Esteve ausente de uma articulação efetiva com a esfera pública em seu início, especialmente com a arena política, devido ao ideal missionário asceta e a crença na iminência do “apocalipse” numa concepção escatológica da vida e, por isso, não se constituiu naquele momento histórico como um elemento significativo da democracia liberal no país (BAPTISTA, 2009).

No entanto, na segunda metade do século XX, as instituições pentecostais como a Igreja AD passam a projetar-se no plano nacional por meio da mídia, programas de rádio e televisão, como o Programa

“A Voz Pentecostal” e “Movimento Pentecostal” na Rede Manchete. Nos anos 1980, o fenômeno pentecostal lança candidaturas próprias e expressa um novo comportamento político, ocupando cargos na arena política alterando as relações de poder entre o Estado, a sociedade e os movimentos religiosos (BAPTISTA, 2002, 2009; FRESTON, 1993a, 1993b, 1994b, 1999; MACHADO, 2006; MARIANO, 2010).

Entre o fim da ditadura civil-militar (1964-1985) e o processo de redemocratização, com a campanha pelas “Diretas já” e eleição para o Congresso Constituinte, os evangélicos pentecostais ampliam sua presença no cenário político com candidaturas selecionadas por prévias internas orientadas por uma elite dirigente. O crescimento numérico de seus representantes e o seu protagonismo na cena política nacional tendeu a ampliação desde então. Esse crescimento pode influenciar escolhas políticas no cenário nacional? A construção de alianças políticas e a adoção de certas estratégias eleitorais consolidadas no processo político pode, de alguma maneira, contribuir para o sucesso eleitoral de candidatos oficiais da AD? Com o crescimento numérico, bem como de sua representação no Congresso Nacional e em outros setores da sociedade, que implicações tem sua interferência nos arranjos institucionais característicos de um Estado de desenho institucional liberal democrático?

Observando-se as três últimas eleições para o Congresso Nacional (2010, 2014, 2018) a resposta para as primeiras questões é sim e isso tem muita relevância política. Respondendo à última questão, sua presença nos cenários tradicionais da arena política brasileira remodelou as relações entre o Estado, os partidos políticos e os segmentos religiosos. Os estudos sobre esse tema tocam o campo da Sociologia, Ciência Política e do que se convencionou chamar de História do Tempo Presente.

As Ciências Sociais têm rica tradição na pesquisa histórica. A construção de uma série histórica para apresentação do processo de

institucionalização e uma “virada” no tempo e no espaço realizada pela instituição religiosa que é objeto deste texto é importante ferramenta para análise dos processos sociais que se cruzam com os caminhos do pentecostalismo. O conceito de dependência da trajetória (*path dependence*) é abordado aqui valorizando-se a importância do processo histórico na construção de uma comparação entre a inércia inicial e as escolhas decorrentes de uma causalidade social que atravessou esse fenômeno religioso. Sabendo-se da importância da história e da herança do passado no futuro de instituições como a AD, observa-se que os indivíduos procuram atuar dentro de arranjos institucionais cuja estrutura e funcionamento no tempo presente podem ser compreendidos integrando-se uma perspectiva histórica; de uma sequência de eventos, temporalidades e processos sociais que provocaram transformações observadas no presente. A trajetória percorrida por esses grupos imprime consequências no fluxo dos eventos históricos nos períodos de continuidade e situações críticas que se produzem em momentos de mudanças institucionais criando um novo trajeto e tal fato pode ser observado nesse fenômeno religioso (PIERSON, 2004).

A metodologia a ser desenvolvida combina instrumentos do método qualitativo e quantitativo. De outro lado, partindo-se do método comparativo em política (LIPJHART, 1975), busca-se comparar os pleitos, analisando-se, respectivamente, a presença de candidatos evangélicos pentecostais que estavam no pleito e os números absolutos dos que atingiram sucesso eleitoral para cargo eletivo nos anos de 2010, 2014, 2018 para o Congresso. O institucionalismo histórico auxilia a compreensão da análise sobre a instituição religiosa em questão, dado que a organização institucional da comunidade política se torna o “*principal fator a estruturar o comportamento coletivo e a estruturar resultados distintos*” (HALL & TAYLOR, 2003, p. 195). Nesse modelo, as análises de processos políticos se inclinam para as instituições como variáveis independentes em lugar dos atores. Podemos tomar como exemplo as igrejas como variáveis de grande peso. Teóricos desse

campo de estudos “preferem postular um mundo onde as instituições conferem a certos grupos ou interesses um acesso desproporcional ao processo de decisão” pela natureza do sistema político e sua construção sociohistórica (HALL & TAYLOR, 2003, p. 200).

A hipótese defendida aqui destaca que as características do fenômeno religioso pentecostal, somadas a composição de alianças dentro do campo conservador após as eleições de 2014, reforça a proeminência de atores religiosos com o avanço do ultraconservadorismo após as manifestações de junho de 2013, movimento que se traduziu na derrubada de Dilma Rousseff em 2016, representante do campo progressista, bem como na eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018, representante da extrema direita no espectro político nacional.

PENTECOSTALISMO E EXTREMA DIREITA: UM CASAMENTO ULTRACONSERVADOR

O protagonismo pentecostal no seio da política é notável. Esse fenômeno religioso emerge oficialmente no cenário nacional a partir da década de 1980, como grupo de pressão com maior intensidade a partir do Congresso Constituinte (1987-88) e tendeu a compor um projeto corporativo de ocupação do espaço público como “projeto de poder” seguindo a lógica da cultura política brasileira presente nos partidos – e segmentos que compõem bancadas temáticas como a ruralista, empresarial, sindical, “da bala” até a formação de uma “bancada evangélica” – de ocupação dos espaços de poder no Estado. Dentre as práticas que se incorporaram no meio evangélico pentecostal figura o “voto de cajado”, ou de “cabresto”, resquício do coronelismo que se fundou como parte da cultura política nacional ao longo da história. O voto é orientado pelo pastor ou líder religioso. O coronelismo, durante a “República Velha” (1889-1930), pressupunha uma “superposição

de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura social e econômica inadequada”, uma manifestação do poder privado, um compromisso, uma troca de proveitos (dividendos) entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, os senhores de terras (LEAL, 2012, p. 16).

Na segunda metade do século XX, pentecostalismo se acomodou às estruturas do regime autoritário da ditadura civil-militar (1964-1985), diferentemente de setores católicos sob orientação da Teologia da Libertação. Após a redemocratização, os evangélicos passam a compor parte dos novos atores políticos em cena. Uma máxima ecoou durante as eleições na gestação da Nova República: “Irmão vota em irmão!”. A partir de 1986, esta ideia alcunhada por Josué Sylvestre (1986) que se contrapõe ao “crente não se mete em política”, é popularizada por Paul Freston em suas publicações entre 1991 e 1993. Essa máxima foi contestada por Guadalupe (2020) que, ao analisar o voto confessional na América Latina, observa a sub-representação dos evangélicos e a inexistência desse tipo de voto ao encontrar, sobretudo, um voto “denominacional”. Nessa lógica, o pentecostal vota no pentecostal, o universal pelo universal, o assembleiano pelo assembleiano e o batista pelo batista. Segundo Guadalupe (2020), não há correlação direta entre a população evangélica e a porcentagem de votos a candidatos evangélicos na América Latina (GUADALUPE, 2020).

No entanto, um casamento ultraconservador entre setores da direita, da extrema direita e do fundamentalismo religioso se misturou no que se convencionou chamar de cultura política nacional, suplementada por práticas como o fisiologismo dos partidos, o clientelismo e o parquialismo eleitoral presente na cultura política brasileira nos planos nacional e subnacional. Os evangélicos souberam aproveitar bem essa lógica e remeteram o seu impulso ascendente, seu crescimento e expressão social para a corrida eleitoral (BURITY e MACHADO, 2005; 2014).

Ganham projeção significativa após as eleições de 1982 e de 1986 para o Congresso Constituinte. Em 1982 elegeram-se 12 deputados federais evangélicos, sendo que 2 eram pentecostais. Em 1986 foram eleitos 32 deputados evangélicos e 18 eram pentecostais. Esse segmento alcançou crescimento de cerca de 900% de sua representação no parlamento no período. A AD obteve o maior número de deputados com sucesso eleitoral elegendo 13 deputados. Nos anos seguintes, aumentam gradativamente a sua representatividade. Em 1998, o segmento evangélico elege 44 deputados com uma aproximação a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em 2002, uma mudança na composição das alianças (MACHADO, 2012) altera o cenário com a IURD apoiando Lula (PT) no segundo turno e a AD, o candidato José Serra (PSDB). No pleito de 2010, foram identificados inicialmente eleitos 73 parlamentares evangélicos sendo 70 deputados e 3 senadores contra 36 integrantes eleitos em 2006 e desse total de parlamentares, cerca de 44 eram pentecostais e mais de 20 da AD, número absoluto corrigido posteriormente para 63 (NASCIMENTO, 2010).

O crescimento dos evangélicos apurado pelo IBGE (2010) apontou a defesa da “*família tradicional*” como fator relevante no seu crescimento, como o da AD, que alcançou a cifra de 12 milhões de fiéis, o maior segmento evangélico e o segundo maior segmento religioso do Brasil, atrás apenas da Igreja Católica. Entre 2000 e 2010, a projeção no cenário nacional passa de 60% em relação ao crescimento dos representantes evangélicos acompanhando o crescimento da população evangélica no geral, segundo os dados do IBGE (2000; 2010). Entretanto, Guadalupe (2020) aponta que no âmbito latinoamericano essa correspondência não se confirma. Cabe verificar em pesquisas posteriores se as observações para o cenário brasileiro se aproximam mais dessa realidade e se as análises superestimam essa representatividade.

A AD ampliou seu campo de ação com incursões nos canais de comunicação de grande difusão como o rádio, a televisão e pela internet, não apenas para o proselitismo, mas também para alcançar

objetivos políticos baseados em uma pauta moralizante. Defensores de uma agenda “conservadora” e em certa medida “ultraconservadora”, os pentecostais têm mudado o seu perfil social e político. Compõem uma faixa da população com baixa renda e escolaridade características de suas origens estigmatizadas e recentemente re-interpretadas, mas também a classe média e alta, a exemplo das igrejas que cederam à “Teologia da Prosperidade”, uma corrente importada dos EUA que prega benefícios e retorno financeiro a partir de doações em dinheiro dos fiéis. A busca por espaço nesse “mercado da fé” levou a denominação AD a se aproximar da esfera secular para a sobrevivência e expansão a partir da abertura política.

Para alcançar esse sucesso, passaram a utilizar em larga escala da força interna que possuem os evangélicos e pentecostais, as grandes somas de dinheiro público, privado e de arrecadações internas, bem como a intensa obediência dos seus membros aos seus líderes que manobram a massa eleitoral evangélica em direção à realização de campanhas de sucesso e vitórias expressivas na corrida eleitoral (MACHADO, 2006). Ao lado da AD, a IURD é a igreja neopentecostal com maior sucesso eleitoral. Lança candidaturas próprias desde 1982. Segundo Oro (2003) *“O sucesso eleitoral da Universal estaria levando outras igrejas a adotar estratégias semelhantes. [...] optando por indicar candidatos “oficiais” a seus membros, à maneira da Universal”* (ORO, 2003 *apud* SMIDERLE, 2013, p. 142). Esse esforço se dá no sentido de:

[...] expandir seu crescimento e defender seus interesses corporativos, entre as quais alardeia o da liberdade religiosa. Alega que, com representantes no parlamento, no caso de “perseguição”, da qual frequentemente se diz vítima, estará preparada para lutar pela manutenção de suas concessões de emissoras de rádio e TV. Seu engajamento na esfera política, como se vê, não é desinteressado, nem nobre. Visa basicamente a duas coisas: conquista de poder e atendimento aos interesses corporativos da denominação e das causas evangélicas (MARIANO, 2010, p. 91).

Para justificarem seus mandatos, os políticos pentecostais de várias denominações apontam a defesa de privilégios fiscais para igrejas, perdão de dívidas, combate a penalidades de desobediência a leis restritivas à poluição sonora, questões relativas à edificação de templos, regularização de imóveis, dentre outros. Com o uso do rádio, TV e internet, a palavra do pastor, que na visão evangélica tradicional não pode ser contestada, reproduz a ideia do “voto de cajado” e tem alcançado seus objetivos de forma significativa. No parlamento brasileiro, manobram vetos e emendas ao orçamento do Executivo. Tais fatos indicam que os incentivos eleitorais aos parlamentares induz a cooptação de clientelas eleitorais de base setorial ou geográfica com limites, assim como aponta para práticas paroquialistas e para o clientelismo político ao realocar a despesa de bens públicos nacionais para bens privados de natureza paroquialista (TOMIO e RICCI, 2008; AMES, 1995; CAREY e SHUGART, 1995; MAINWARING, 2001).

Um fato importante no seio do pentecostalismo assembleiano marcou a virada do milênio. Em janeiro de 2001, foi criada a Comissão Política da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) em Brasília. Em agosto, essa comissão apresentou o “Projeto Político da CGADB: a valorização do voto evangélico”. Esse projeto deixa claro o projeto de poder da instituição religiosa ao propor o apoio aos candidatos membros que apresentassem “vocação política” indicados pela denomina o através de suas lideranças religiosas. Nesse momento, essa igreja já possuía representantes no Congresso, mas amplia sua investida na arena política nacional. Em 2003, foi criada a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), chamada de “bancada evangélica”, para articular a a o coletiva no Congresso Nacional (MARIANO, 2010). Os evangélicos assumem um papel de relevância no cenário nacional, com um poder grande de negocia o por suas “aspira es hegem nicas que têm que ser levados em conta em qualquer discussão das implica es da democracia hoje” (FRESTON, 1999, p. 336). A tabela 1 apresenta o crescimento do número de parlamentares vinculados a FPE no Congresso entre as elei es de 2010, 2014 e 2018.

Tabela 1 – Representantes evangélicos no Congresso Nacional (2010, 2014, 2018)

	Eleições 2010		Eleições 2014		Eleições 2018	
	Deputados	Senadores	Deputados	Senadores	Deputados	Senadores
Representantes evangélicos eleitos*	73	3	75	3	84	7
Representantes da AD eleitos*	22	-	19	-	33	3
Representantes da IURD eleitos*	8	2	7	1	18	1

Fonte: DIAP / Congresso em Foco / Frente Parlamentar Evangélica.

*Os números variaram para mais ou para menos no decorrer das legislaturas conforme as vagas foram sendo ocupadas pelos suplentes por licença, vacância ou identificação de algum parlamentar a alguma denominação evangélica. Em 2020 faleceu o senador Arolde de Oliveira da Igreja Batista-RJ por Covid-19.

Ao longo das duas últimas décadas, ocorreu o fortalecimento dessa bancada e a ampliação do número de representantes que se identificavam com a bancada evangélica. Observando-se a série histórica entre 2010, 2014 e 2018, constata-se que em 2010 a bancada evangélica deu um salto de quase 50% com 73 deputados e 3 senadores. Também consta a reeleição de 32 dos 45 parlamentares da bancada anterior. O presidente da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), pastor João Campos (PSDB-GO), controlava a Frente nesse momento.

Em 2014, os evangélicos cresceram 14% com quase 80 parlamentares na eleição. Em números por densidade populacional representavam mais de 22% segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo uma em cada cinco pessoas frente aos 65% de católicos. Nas eleições deste ano, o número de candidatos que usam abertamente o nome na urna como bispo, pastor, missionário, etc., cresceu 45% em relação a 2010. Três deputados foram eleitos com o nome de “pastor” na urna. Pastor Eurico (PSB-PE), Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), Pastor Jony (PRB-SE). O Congresso passa a contar com representantes ultraconservadores que não se

furtam do racismo, da homofobia e da misoginia, defendendo pautas contra o aborto, direitos das minorias, dentre outras, ao lado das bancadas ruralista e da bala, com pautas contra os direitos indígenas, quilombolas e redução da maioria penal (BEDINELLI, 2014).

A bancada evangélica reelegeu 37 deputados, 53% dos seus componentes em 2014. As igrejas que mais cresceram foram a AD com 19 deputados, a Batista com 10 e a IURD com 7. A expectativa de crescimento de 20% observada em eleições anteriores não se concretizou com cerca de 80 parlamentares identificados pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e pelo DIAP, corrigidos para 75 em números absolutos. Isso representou um crescimento de 3% em relação ao pleito anterior. Número distante dos 20% e 30% de crescimento de representantes no Congresso como esperado por esse segmento religioso.

Nas eleições de 2018, a igreja que mais elegeu parlamentares foi a AD (33) e em segundo lugar aparece a IURD (18), seguindo uma tendência histórica de ampliação do número de representantes no Congresso Nacional, registrando cerca de 10% de crescimento. Reelegeram-se mais de 10 parlamentares como Marco Feliciano (PSC-SP). Fazem parte dos identificados à AD a deputada Lauriete (PR-ES), João Campos (PRB-GO) e Felipe Francischini, que é filho do deputado delegado Francischini, coordenador da campanha à presidência de Jair Bolsonaro e eleito para deputado estadual no Paraná. Também assumem filiação religiosa à IURD o deputado Julio Cesar (PRB-DF). À Igreja Batista, ligam-se os deputados Lincoln Portela (PL-MG), Joice Hasselman (PSL-SP), Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e Flávio Bolsonaro (PSL-RJ). A FPE tem hoje como coordenador o pastor Silas Câmara (REP-AM).

Em 1994, identificaram-se 21 deputados evangélicos enquanto que em 2020 identificaram-se 105 deputados e 15 senadores componentes do que se convencionou chamar de “bancada evangélica”. Dentre eles, pentecostais e neopentecostais, porém, nem todos os evangélicos podem ser associados diretamente à bancada evangélica, como

a deputada Benedita da Silva (PT-RJ). A afinidade religiosa se coaduna com a partilha de valores ditos “tradicionais”. Os parlamentares comungam de ideias e propostas legislativas restritivas aos direitos das mulheres como a questão do aborto, de minorias, negros, LGBTQIAP+, dentre outras questões que podem ser vistas como uma ameaça ao poder do segmento pentecostal e na arena política.

A aproximação dos evangélicos pentecostais com a extrema direita nos últimos anos associa valores ultraconservadores e rememora um passado recente vivido na história brasileira na expressão do fascismo, que pregava práticas autoritárias e antidemocráticas em torno de um líder carismático populista de extrema direita nos anos 1930 e tinha em Plínio Salgado, fundador do Integralismo, sua personalização. A defesa de pautas como a “Cura gay” (conversão do homoafetivo em heterossexual), xenofobia, aborto, misoginia, machismo, autoritarismo, política de popularização de armas, redução da maioria penal, dentre outras, demonstra que esse segmento, na forma de suas denominações religiosas, institucionalizado na arena política enquanto ator político não tem maior compromisso com a radicalização da democracia, mas com interesses, ora individuais, auferindo dividendos políticos, ora corporativos, favorecendo o interesse privado e grupos exclusivos de forma paroquialista.

DEUS ACIMA DE TODOS: PROJETO DE PODER PENTECOSTAL E RETROCESSO DEMOCRÁTICO (2016-2020)

A consolidação do pentecostalismo e suas variantes como instituição e grupo de pressão na esfera pública permitiu sua projeção em direção a arena política. Seguindo a perspectiva institucionalista histórica, pode-se dizer que a organização institucional da comunidade

política religiosa como estruturante do comportamento coletivo em sua trajetória (*path dependence*) e a busca de resultados positivos (*positive feedbacks*) para a instituição religiosa na arena política floresceu com o abandono de um ideal asceta e escatológico em nome da ocupação de espaços laicos. A ideia de sacralização da esfera pública passa por um projeto de poder e de ocupação desse espaço, de influência na política e exercício do poder no Estado na forma de seus representantes. Processo histórico este que marca o final do século XX, quando um grande número de candidaturas ligadas às religiões e em especial ao segmento evangélico pentecostal, que expressava naquele momento um conjunto de pensamentos dentro campo conservador, conseguiu inserir representantes no cenário nacional.

As características históricas do pentecostalismo e seu projeto de poder possibilitou recentemente a formação de alianças políticas entre representantes pentecostais da igreja AD e a extrema direita, bem como favoreceu a eleição de candidatos desse matiz ideológico para o Congresso Nacional, além da composição de uma bancada “ultra-conservadora” que imprime um comportamento misógino, machista, homofóbico, autoritário sob o manto de uma suposta “cultura religiosa conservadora”. Tema recorrente e crescente no período da série histórica abordada neste texto que compreende as eleições para o Congresso entre 2010 e 2018.

O crescimento populacional desse segmento em números tendeu a refletir o avanço do conservadorismo após as manifestações de junho de 2013, que levaram multidões às ruas após movimentos sociais de caráter popular reivindicarem direitos. Cooptadas pelas elites político-econômicas, as manifestações logo perderam o seu caráter popular e assumiram um viés elitista e de oposição ao campo progressista com ataques ao Partido dos Trabalhadores, dirigentes e seus membros, fossem simbólicos ou físicos, bem como a qualquer pessoa que se colocasse como progressista ou identificado com as bandeiras das esquerdas (GALVÃO; Z Aidan; SALGUEIRO, 2019).

Entre os anos de 2016 e 2020, as eleições municipais demonstraram ainda a força da extrema direita apesar de seu leve recrudescimento. Somou-se a esse fenômeno social em um novo cenário, estratégias pautadas na disseminação de notícias falsas (*fakenews*), que eram rapidamente distribuídas por exércitos de perfis falsos na internet e impulsionamentos por robôs patrocinados por movimentos políticos e empresários ligados à extrema direita e a segmentos religiosos. A manipulação da opinião pública através de uma infodemia de notícias falsas criou um ambiente favorável ao descrédito à democracia e à descrença no sistema político como um todo formando um ambiente antidemocrático. Isso deu combustível ao avanço ultra-conservador que, de certa maneira, flerta com as características do fascismo. Esse fenômeno não foi uma especificidade brasileira e foi visível em diversos países no tempo presente.

O crescimento da extrema direita no Brasil seguiu a esteira de movimentos que emergiram das “jornadas de junho de 2013”, acelerou no país após as eleições de 2014 com a derrota da direita “tradicional”, que somava então quatro derrotas eleitorais para o executivo nacional desde 2002 para o Partido dos Trabalhadores, então no poder. O movimento para a tomada do poder por parte da direita se traduziu no golpe de 2016 (GALVÃO; Z Aidan; SALGUEIRO, 2019). Essa ruptura democrática desestabilizou o sistema democrático brasileiro de desenho institucional liberal e permitiu a vitória de Jair Bolsonaro (então PSL), representante da extrema direita no gráfico ideológico da política nacional.

Jair Bolsonaro filiou-se ao Partido Democrata Cristão (PDC), fundado em 1985 e extinto em 1993. Este representava à época a aproximação do discurso do candidato com o segmento religioso sob a suposta defesa da “família tradicional”. Candidatou-se a vereador no estado do Rio de Janeiro (1989-1990) e, logo após, foi eleito consecutivamente por sete mandatos para deputado federal (1991-2018) e presidente (2019-2022). Durante sua vida política tentou se aproximar dos segmentos religiosos e durante a campanha

presidencial chegou a ser batizado em Israel pelo pastor Everaldo (PSC), preso pela Polícia Federal na operação *Tris In Idem*, que apurava corrupção na área da saúde no Rio de Janeiro.

A Constituição Federal de 1988 dispõe que a República Federativa do Brasil se constitui em um Estado Democrático de Direito assegurando a liberdade religiosa, a separação entre o Estado e a religião e o princípio da laicidade do Estado. No entanto, dogmas religiosos têm forte presença nos debates políticos e grande expressão política no cenário nacional. O fundamentalismo religioso ocupa espaço significativo nesse contexto. O atual presidente foi eleito com o auxílio de setores da sociedade que se identificam com o fundamentalismo, com o discurso machista, racista, homofóbico, misógino, entre outros, e que flerta com o discurso fascista, que marcou a história recente do país. O integralismo tinha na figura de Plínio Salgado uma versão do Mussolini brasileiro. Reverberando a crítica a democracia, que era associada ao comunismo e ao liberalismo na Itália, o Brasil conheceu no integralismo sua versão brasileira do fascismo italiano, recentemente objeto de publicação de Gonçalves e Neto (2020). Segundo os autores, práticas fascistas persistiram atreladas à cultura política nacional. Passando pela Ação Integralista Brasileira dos anos 1930 até o bolsonarismo, o discurso e práticas fascistas têm sido uma constante na história do país.

As democracias no mundo se estabeleceram por meio de lutas sociais e pela universalização do voto. No caso brasileiro, as rupturas democráticas após o advento da república, a recente memória de uma ditadura civil-militar entre 1964-1985, bem como a presença de seus protagonistas e herdeiros nos meandros do poder ainda ecoam o discurso fascista na estrutura do Estado. A ideia de radicalização da democracia pode soar como uma ameaça aos setores ultraconservadores que não têm apreço pela própria democracia. Em um estudo realizado por Wanderley Guilherme dos Santos na obra *A democracia impedida: o Brasil no século XXI* (2017) e analisada por André Pereira na obra *Foi Golpe! O Brasil de 2016 em análise* (2019) resultante das atividades de extensão “Curso na Ufes:

O Golpe de 2016 e a democracia no Brasil e na América Latina”, com a implantação da democracia de massas com alta participação eleitoral após 1988, a insatisfação com os serviços prestados pelo estado agravado pela crise internacional de 2008 levou a um aumento da contradição entre o capitalismo e a democracia de massas. Como resposta, medidas impopulares para estabilização da crise que beneficiaram o capital levaram ao aumento da insatisfação já existente estruturalmente e o resultado lógico da instabilidade interna seria o golpe parlamentar.

Na esteira desse processo, os movimentos de rua ocuparam espaço nas redes sociais e favoreceram um novo cenário ainda mais conservador que o momento anterior às eleições de 2014. Esse movimento apresenta características fascistas, ou o que se pode chamar de *pós-fascismo*, conforme conceito cunhado por Enzo Traverso (2019), e modulou a onda bolsonarista que levou à eleição de vários candidatos ao Congresso Nacional e nos estados como João Dória em São Paulo sob o slogan “Bolsodória” e Wilson Witzel, no Rio de Janeiro nas eleições de 2018. Seguindo o conceito discutido por Traverso (2019),

O pós-fascismo [...] surge de um passado fascista clássico, mas vem mudando suas formas. Muitos movimentos pertencentes a esta constelação não apelam a essas origens e se distinguem do neofascismo. De qualquer modo, eles não exibem uma continuidade ideológica com o fascismo clássico. [...] O pós-fascismo pertence a um regime particular de historicidade – começo do século XXI – o que explica seu conteúdo ideológico errático, instável e contraditório, no qual se misturam filosofias políticas antinômicas (TRAVERSO, 2019, p. 15).

Como expressão de uma direita radical derivada de uma onda global, o fascismo foi transnacional, transatlântico e trans-histórico. Recentemente, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Itália, Polônia, Hungria e Eslováquia eram governados por representantes de extrema direita, nacionalistas e xonóforos até 2018. Os partidos políticos representantes desse matiz ideológico também ganharam força na França com 33,9% dos votos a Marine Le Pen, na Alemanha com 13%

para o Alternativa para a Alemanha (AfD) e na Itália, onde a *Liga do Norte* tornou-se a força hegemônica da direita colocando de escanteio a *Forza Italia* de Silvio Berlusconi. Nos Estados Unidos, a eleição de Donald Trump em 2016 e Jair Bolsonaro no Brasil em 2018 são parte desse fenômeno global de ascensão de uma extrema direita populista, nacionalista, xenófoba e racista. Movimento que não se via desde a década de 1930 (TRAVERSO, 2019).

Tais características somadas à ideologia e afinidade religiosa de segmentos que expressam o fundamentalismo religioso formaram um caldo de cultura de extrema direita que se expressou na composição de alianças dentro do campo conservador após as eleições de 2014 e reforçaram a proeminência de atores religiosos com o avanço desse ultraconservadorismo. Os partidos mais próximos às instituições religiosas receberam um número expressivo de filiações, como o PRB, controlado pela Universal, que alterou sua sigla para Republicanos (REP), e partidos que representavam o “bolsonarismo”, como o então minúsculo PSL, que conseguiu fazer uma das maiores bancadas no Congresso em 2018.

O atual governo aparenta dividir de forma pragmática o seu governo em três áreas, sendo elas a ala ultraliberal, na figura de seu ministro Paulo Guedes, a ala militar, que ocupa boa parte dos cargos no executivo e em especial no Itamarati, e a ala chamada de “ideológica”, o próprio “bolsonarismo”, que compreende fundamentalistas religiosos, pessoas ligadas ao astrólogo Olavo de Carvalho, setores de extrema direita, dentre outras, que são influenciados diretamente pela família Bolsonaro e que ocupam espaços de poder no Estado. As consequências da interferência desses movimentos sociais na mudança social, política e institucional e os seus efeitos nas políticas públicas e na institucionalização de direitos, assim como na interação com o Estado sob a dinâmica organizacional e identitária de movimentos sociais e atores coletivos tende a reforçar o campo conservador. Segundo análise do portal Congresso em Foco, a bancada evangélica é fiel ao governo Bolsonaro em 89% das votações na

Câmara enquanto a taxa média é de 76%. No Senado a taxa média é de 87% enquanto entre os evangélicos é de 91%. A manutenção do governo Bolsonaro medida pelo índice de governismo também pode ser explicada, dentre outros fatores, pela altíssima participação desse segmento religioso nas posições favoráveis ao governo (DIAP, 2020).

O resultado desse processo sociohistórico de ocupação dos espaços de exercício do poder também pelos evangélicos pentecostais com ocupação de cargos no Congresso Nacional, a consequente organização de uma “bancada evangélica”, a presença em outros setores do Estado a partir de um projeto concreto de poder e sua associação às bancadas “da bala” e “do boi” (ruralista) e recentemente à extrema direita fascista, em especial devido à ascensão do bolsonarismo, representa na história da Nova República um profundo retrocesso. Fato que é acompanhado de políticas de austeridade, redução dos espaços de participação popular e diálogo com a sociedade – como o exemplo da nomeação de Damare Alves para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – perseguição a opositores, à imprensa, retirada de direitos sociais, flexibilização de políticas ambientais, imposição de uma agenda antidemocrática e embates entre o Executivo e o Congresso após a última eleição nacional que levou candidatos de perfil autoritário ao poder e alguns à reeleição representam, por fim, um grande retrocesso democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos candidatos assumem como estratégia a composição de alianças buscando o sucesso eleitoral no jogo político usando como pano de fundo a identidade religiosa. Candidatos evangélicos pentecostais que se lançam no processo pela primeira vez tendem a pautar sua candidatura na identificação religiosa com a sua promoção interna,

ou seja, dentro dos templos religiosos e também nos laços construídos com o eleitorado evangélico por meio da mídia, como programas de rádio e televisão com o objetivo de alcançar maior eleitorado desse segmento usando o capital religioso acumulado ao longo de sua carreira em funções exercidas nos templos ou nos serviços religiosos.

Em paráfrase à teoria das organizações de Panebianco (2005), a construção da organização partidária, seus interesses político-eleitorais e a inserção de elementos religiosos pentecostais nesse campo é característico de sua institucionalização e a construção de carreiras religiosas tende a influenciar algumas carreiras políticas. O recrutamento dentro da instituição não é sem intenção (PANEBIANCO, 2005), tem uma lógica pré-estabelecida nas escolhas formais, ou seja, a partir de prévias internas a partir de um projeto de poder. De outro lado, candidatos que estão no exercício do poder tendem a otimizar o capital eleitoral somado ao capital religioso adquirido previamente para a alcançar a reeleição e permanência no cargo sob o discurso da defesa de uma agenda conservadora (AMES, 2000).

O controle do comportamento político dos atores religiosos parece ser maior por parte das instituições religiosas do que dos partidos aos quais estão filiados, colocando em xeque a fidelidade partidária *versus* a sua crença religiosa, motivo de alguns representantes destoarem das decisões partidárias durante o processo legislativo. Os representantes pentecostais chegam a ocupar diversas siglas partidárias como o PSC, PR, PRB, PL, ou mesmo PT e PCdoB, dentre outras siglas divergentes no gráfico ideológico. Eles caminham da esquerda à direita sem distinção, porém concentram-se nos partidos de direita. Diferentemente da IURD, a AD não se propôs ao controle de uma única sigla partidária. Os candidatos atuam com relativa liberdade no processo eleitoral. Fato que parece poder ser explicado pela fraca institucionalização partidária do modelo político vigente (MAINWARING, 2001).

As elites pentecostais podem ser vistas como formuladoras de estratégias para eleição de candidatos oficiais das igrejas e negociadoras de acordos com os atores no cenário político utilizando-se do capital eleitoral representado pelo número de eleitores presentes nos templos e seu poder de financiamento de campanhas, dentre outras atividades. Os eleitores pentecostais, em grande medida, parecem exercer seu direito de voto por meio da identificação religiosa, de forma “denominacional”. Esse exemplo favorece a realização de **lobbies** na proposição de emendas ao orçamento e votação de projetos de interesse do segmento religioso evangélico pentecostal através de seus representantes. O que permite às instituições auferir dividendos de forma paroquialista, fato que é favorecido pela lógica do sistema político brasileiro dentro de um projeto de poder concreto pondo “Deus acima de todos” em nome do poder.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Gedeon Freire de. **Assembleia de Deus**: origem, implantação e militância (1911-1946). São Paulo: Arte Editorial, 2010.
- ALENCAR, Gedeon Freire de. **Matriz pentecostal brasileira**: Assembleia de Deus – 1911-2011. Protestantismo e Sociedade. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2013.
- AMES, Barry. **Electoral rules, constituency pressures, and pork barrel**: bases of voting in the Brazilian Congress. *Journal of Politics*. 57(2), 1995, p. 324-343.
- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira**: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil. São Bernardo: Instituto Metodista Izabela Hendrix/Annablume, 2009.
- BEDINELLI, Talita. Congresso Nacional se enche de representantes ultraconservadores. Congresso deve se tornar mais reacionário. Deputados racistas, homofóbicos e contra o aborto estão entre os mais votados. **El País**. Eleições 2014. 7 out. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/08/politica/1412729853_844912.html/ Acesso em: 12 dez. 2020.

BURITY, Joaniildo A.; MACHADO, M. D. C. **Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2005.

BURITY, Joaniildo. "A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos". *In: DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 57, nº 3, Rio de Janeiro, 2014, pp. 601 a 631. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext_pr&pid=S0011-52582014010500001. Acesso em: 24 Nov. 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional**. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalle.asp?id=54010>; Acesso em: 24 nov. 2020.

CAMPOS, Leonildo Silveira. "Composições e recomposições do poder espiritual e político". **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 313, p. 20-23, set./out. 2000.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Teatro, Templo e Mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CAREY, John M. & SHUGART, Matthew S. Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas. 14(4), **Electoral Studies**, 1995, p. 417-439.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). Eleições 2010. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/eleicoes-2010/bancadas-suprapartidarias/bancada93evangelica-cresce-no-congresso>; Acesso em: 29 nov. 2015.

FRESTON, Paul. Breve história da Assembleia de Deus. **Revista Religião e Sociedade**, 16/3,

FRESTON, Paul. "Brother Votes for Brother: The New Politics of Protestantism in Brazil." *In Rethinking Protestantism in Latin America*. Philadelphia: Temple University Press, 1993b.

FRESTON, Paul. **Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético**, Curitiba, Encontro, 1994b.

FRESTON, Paul. Pentecostalism and Global Politics: Three Questionable Approaches. *In: Institute On Culture, Religion & World Affairs. Key Issues in Religion and World Affairs*. Henry Luce Foundation. 3 de Mar. 2014. Disponível em: <http://www.bu.edu/cura/files/2013/10/freston-paper.pdf>. Acesso em: 3 Nov. 2015.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. 304 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1993a.

FRESTON, Paul. Protestantismo e Democracia no Brasil *In*: **Lusotopie**, 1999, p. 329-340. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/freston.pdf>; Acesso em: 19 Set. 2011.

FREY, João. Radar do Congresso. Exclusivo: bancada evangélica é fiel a Bolsonaro em 89% das votações. **Congresso em Foco**. 25 out. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/bancada-evangelica-e-fiel-a-bolsonaro-em-89-das-votacoes/>; Acesso em: 12 dez. 2020.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil *In*: **Religião e Sociedade**. Vol. 28 Nº 2. Rio de Janeiro. p. 80-101. 2008.

GONÇALVES, Leandro Pereira e NETO, Odilon Caldeira. **O fascismo em camisas verdes**: do Integralismo ao Neointegralismo. São Paulo: Editora FGV, 2020.

GUADALUPE, José Luis Pérez. **El hermano no vota al Hermano**: la inexistencia del voto confessional y la subrepresentación política de los evangélicos en America Latina. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Campinas, v. 22, 2020.

HALL, Peter e TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. *In*: **Lua Nova**. Nº 58. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>; Acesso em: 26 Out. 2020.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 7. ed., 2012.

LIPJHART, Arend. A política comparativa e o método comparativo. *In*: **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro. Nº 18. 1975. p. 3-19.

MACHADO, Aline. **Alianças eleitorais**. Casamento com prazo de validade. Rio de Janeiro: Elsevier/Campos, 2012.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião**. A participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Porto Alegre/Rio de Janeiro, Mercado Aberto/FGV, 2001.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 2010.

MARINI, Luisa e CARVALHO, Ana Luiza de. Renovada, bancada evangélica chega com mais força no próximo Congresso. **Congresso em Foco**. 17 out. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/renovada-bancada-evangelica-chega-com-mais-forca-no-proximo-congresso/>; Acesso em: 12 dez. 2020.

NASCIMENTO, Rogério Ferreira do. O pentecostalismo e a política: o fiel da balança. 2010. *In: Tempo e Presença Digital*. Koinonia. “Religião e política: Con(vivência)? Con(fusão)?” Ano 5, nº 22-23^a. Novembro de 2010. Disponível em: http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=419&cod_boletim=23&tipo=Artigo; Acesso em: 12 dez. 2020.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido**. Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton University Press, 2004.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representante de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, n. 11, p. 104-132, 1989.

SMIDERLE, Carlos. G. S.M. **Modernização à brasileira: o tempero pentecostal na política nacional**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2013.

SYLVESTRE, Josué. **Irmão vota em irmão: os evangélicos, a Constituinte e a Bíblia**. Brasília: Pergaminho, 1986.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas e RICCI Paolo. “Conexão Eleitoral, Processo Legislativo e Estratégias Parlamentares nas Assembleias Legislativas Estaduais”. **6º Encontro da ABCP**. UNICAMP. Campinas. 2008.

TRAVERSO, Enzo. Do fascismo ao pós-fascismo. *The New Faces of Fascism: Populism and the Far Right*. London: Verso, 2019. Tradução Monica Lucia R. Fernandes e Rafael Alexandre Mello. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. Vol. 13 Nº 2. 2019. p. 12-44.

VILLAZÓN, J. C. Viejas e Nuevas Derechas en América Latina: los evangélicos como factor político. *In: Nueva Sociedad*. Nº 254, noviembre-diciembre, 2014. Disponível em: http://nuso.org/media/articles/downloads/4073_1.pdf. Acesso em: 6 Nov. 2015.

VITAL DA CUNHA, C. e EVANGELISTA, A.C. Estratégias eleitorais em 2018: o caso das candidaturas evangélicas ao legislativo. *In: Sur. Revista internacional de Direitos Humanos*. Vol. 29, p. 87-100, 2019.

sobre os organizadores

Maro Lara Martins possui graduação em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e doutorado em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Realiza estágio pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi professor na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atualmente, é Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e coordenador do Núcleo de Teoria Social e Interpretação do Brasil (Netsib-UFES). Membro da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), da Associação Nacional de História (ANPUH) e da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Áreas de interesse: Pensamento Social Brasileiro, Teoria Social e Sociologia Histórica.

Cláudio Araújo de Souza e Silva é professor adjunto III do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (Campos dos Goytacazes). Coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Sociais na mesma Universidade. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas da Imaginação e do Pensamento Político-Social no Sul do Mundo (Imagina-Sul/UFF) e do Laboratório de Pesquisa e Ensino de Ciências Sociais (LAPECS/UFF). Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão nas seguintes áreas: teoria política, sociologia política, elites, ideologias políticas, pensamento social brasileiro, ciências sociais no Brasil, história política no Brasil. Graduado em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000), mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2005) e doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- PPCIS/UERJ (2012).

Rodrigo Machado é doutor em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Pesquisador do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM). Possui interesses investigativos nas áreas de Teoria da História, História da Historiografia, História da Literatura, Brasil Império e Primeira República. Ainda atua como editor-chefe do portal HH Magazine: humanidades em rede, e editor colaborador da revista História da Historiografia.

sobre os autores e autoras

Antônio Cecílio Barboni Júnior é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPG-SOL/UnB). Bacharel em sociologia e licenciado em ciências sociais pela mesma instituição, participa do grupo de estudos “Arte, Sociedade e Interpretações do Brasil”, vinculado ao departamento de sociologia da UnB. Desenvolve pesquisa sobre a dinâmica entre identidades nacional e regional através da trajetória de Gilberto Freyre entre as décadas de 1920 e 1940. Tem interesse nas áreas de pensamento social brasileiro e sociologia da literatura.

Arthur Ferreira Reis possui graduação em História pela Faculdade Saberes (2014) e mestrado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2016). Atualmente é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes temas: imprensa, primeiro reinado, plancher, chapuis e política.

Flávio Dantas Martins possui graduação em História (2008) e mestrado em História (2012) pela Universidade Estadual de Feira de Santana e doutorado em História (2022) pela Universidade Federal de Goiás. Foi professor do Instituto Federal do Sertão Pernambucano e do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal da Bahia. Atualmente é professor do Centro das Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia, onde leciona cursos de História Moderna e Contemporânea e desenvolve pesquisas nos campos da História da Historiografia, História da Memória, História Agrária e História Ambiental, tendo como recorte as Catingas do Rio São Francisco.

Francisco Emanuel Silva Meneses Alves é doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2021-2024, possui Mestrado em Antropologia e Licenciatura Plena em Ciências Sociais pela mesma instituição.

Gabriel Floriano Lourenço é mestrando em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: gabrielfloriano@id.uff.br

Heloísa Maria Teixeira possui graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (1996), mestrado e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2001 e 2007) e pós-doutorado pelo Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (2013). Foi professora visitante da Universidade Federal de Viçosa durante o período de setembro de 2013 a setembro de 2015 e docente da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais durante o ano de 2016. Entre 2017 e 2018, atuou como pesquisadora residente da Biblioteca Nacional. Suas pesquisas têm ênfase nas seguintes temáticas: História Intelectual, História da Educação, Ensino de História e Relações étnico-raciais, concentrando-se no período do século XIX e primeira metade do século XX.

Hilton Costa é graduado em História pela Universidade Federal do Paraná (2002), Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004), Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2010), Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (2014), Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2018). Áreas de interesse e pesquisa são: História do Brasil, História das Intelectuais e dos Intelectuais, História das Ideias, Relações Raciais no Brasil. Professor Adjunto do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR).

Jaider dos Santos Costa é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense (PPGJS/UFF).

João Paulo de Souza Favoretti possui Mestrado em História, com área de concentração em "História Social das Relações Políticas", pela Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes (2021); Graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes (2019). É professor de História efetivo da rede de ensino da Prefeitura Municipal de Vitória-ES (PMV). Tem experiência na área de História do Brasil Republicano, atuando principalmente nos seguintes temas: História Intelectual, Biografia e Pensamento Político Brasileiro.

José Colaço Dias Neto é professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense de Campos dos Goytacazes (COC/ESR/UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense (PPGJS/UFF), coordenador do Núcleo de Estudos Antropológicos do Norte Fluminense Luiz de Castro Faria (Neanf/UFF) e pesquisador do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC/UFF).

Lázaro Cezar Dias é mestrando em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E-mail: lzar.cezar@gmail.com

Luiza Karla Castillio Camargos é bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Ouro Preto.

E-mail: luiza.castillio@gmail.com

Maycon Leandro da Conceição é Mestrando em Ciência Política-Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol-UFSCar),

E-mail: mayconleandro819@gmail.com

Priscila Soares dos Santos é mestranda em Economia e Desenvolvimento pela UFSM. Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

E-mail: pri.soaares@gmail.com

Tatiana Thaís Lasta possui graduação em Ciências Econômicas pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2013) e Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2016). Atualmente é Doutoranda pelo mesmo programa e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Pesquisadora e integrante do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional (NPDR), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Tem experiência na área da pesquisa tendo envolvimento em projetos de iniciação científica desde a graduação. Projetos na área de economia, com ênfase em Economia regional e Formação econômica do Brasil atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, desenvolvimento regional, desenvolvimento desigual, questão regional e pensamento social brasileiro. Tem experiência no ensino presencial e à distância.

Washington Phillip Spanhol Carneiro é bacharel e licenciado em História. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo.

índice remissivo

A

análise crítica 156, 204
Antropologia brasileira 14, 100
antropólogos 64, 66, 67, 72, 74, 75, 98

B

Brasil contemporâneo 72, 112, 128, 152,
153, 154, 155, 171
Brasil Contemporâneo 11, 125

C

campo científico 13, 31, 211, 214
ciências 12, 13, 18, 54, 55, 67, 76, 77, 78,
80, 81, 174, 239, 240
ciências sociais 12, 13, 18, 67, 80, 81,
239, 240
civilização 14, 25, 29, 51, 57, 64, 74, 76,
80, 84, 85, 102, 103, 105, 106, 107, 110,
111, 112, 113, 114, 115, 116, 174, 177
Compilador Constitucional 13, 32, 34, 35
contexto linguístico 155
contexto social 11

D

democracia 11, 19, 31, 101, 105, 187, 207,
208, 212, 214, 215, 217, 224, 227, 229,
230, 231, 235
desigualdade 115, 116, 122, 123, 139, 170,
177, 182
dilmista 186, 193, 197, 200

E

Etnologia 14, 63, 69, 81, 83, 84, 94, 99

F

formação cultural 103

G

governo Bolsonaro 156, 204, 205, 213,
232, 233

H

história 14, 24, 29, 44, 45, 46, 47, 48, 51,
52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 65, 66,
74, 75, 77, 84, 101, 103, 112, 116, 122,
144, 146, 147, 166, 168, 173, 211, 219,
220, 227, 230, 233, 236, 239

I

impacto político 155
interpretações 45, 59, 120, 121, 122, 154,
155, 171

M

Monarquia brasileira 157, 158, 160, 161,
164
movimentos constitucionalistas 33

N

neomonarquistas 158

P

pensamento social 11, 13, 15, 53, 60, 77,
118, 119, 120, 121, 124, 151, 152, 155,
171, 172, 183, 239, 240, 242
pentecostal 156, 216, 217, 218, 220, 221,
227, 228, 235, 238
Política 60, 69, 71, 73, 156, 158, 185, 201,
203, 204, 205, 207, 211, 212, 213, 214,
218, 224, 237, 239, 242

Q

questão regional 15, 20, 118, 119, 120,
122, 124, 125, 127, 129, 131, 138, 141,
151, 152, 242

R

regionalismo 13, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24,
25, 30, 31

S

Saúde Mental 156, 204, 205, 207, 210, 213
sistema político 187, 220, 229, 235
sistema prisional 170, 171, 172, 178, 179,
183

T

Teoria Social 11, 239
transformação intelectual 82

V

vocabulário normativo 155

COLEÇÃO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

www.pimentacultural.com

História das ciências sociais.

Intérpretes e interpretações
do Brasil contemporâneo

volume **2**

FAPEs
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

 **pimenta
cultural**